II FÓRUM BRASILEIRO DE FILANTROPOS E INVESTIDORES SOCIAIS

O Papel Transformador do Investimento Social Privado

EDITORES
Marcos Kisil
Paula Jancso Fabiani

IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

II FÓRUM BRASILEIRO DE

FILANTROPOS & INVESTIDORES SOCIAIS

SÃO PAULO 2013

24 de outubro

O Papel Transformador do Investimento Social Privado

IDIS

Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

Fundado em 1999, o **Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)** é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) pioneira no apoio técnico e consultoria ao investidor social no Brasil e na América Latina. Facilita o engajamento de pessoas, famílias, empresas e comunidades em ações sociais estratégicas transformadoras da realidade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais no País. Com a missão de apoiar o investimento social privado para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável, o IDIS atua de duas formas: desenvolvendo ações pró-ativas e atendendo demanda de apoio técnico de empresas, fundações, institutos e indivíduos.

www.idis.org.br

Global Philanthropy Forum

O **Global Philanthropy Forum (GPF)** é um projeto do World Affairs Council, criado com o objetivo de construir uma comunidade de doadores e investidores sociais comprometidos com causas internacionais. Também busca estruturar, potencializar e aprimorar o caráter estratégico do investimento social privado. Por meio de uma conferência anual, um seminário de verão, eventos especiais e teleconferências, o GPF conecta doadores a causas, a estratégias eficazes, a potenciais parceiros de cofinanciamento e a emblemáticos agentes de mudança de todo o mundo. A proposta é expandir o número de filantropos que serão estratégicos para causas internacionais diversas, através da construção e manutenção de comunidades de aprendizagem contínua.

www.philanthropyforum.org

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fabiani, Paula Jancso e Kisil, Marcos (org.)

O Papel Transformador do Investimento Social Privado
/Marcos Kisil e Paula Jancso Fabiani (org.) - São Paulo, 2014.
190p.

ISBN 978-85-60904-14-3

1. Filantropia. 2. Investimento Social Privado. 3. Impacto.
4. Meio Ambiente. 5. Governo.

Índice

- INTRODUÇÃO 7
- APRESENTAÇÃO DO FÓRUM E BOAS-VINDAS 13
- O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NA AGENDA DO GOVERNO 21
- O PAPEL TRANSFORMADOR DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO 31
- MEIO AMBIENTE: O PAPEL TRANSFORMADOR DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO 47
- PARCERIAS NO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: EMPODERANDO COMUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO 65
- AVALIANDO O IMPACTO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO 83
- EM CONVERSA COM 99
- O IMPACTO DO AMBIENTE LEGAL NA FILANTROPIA 113
- PARCERIAS NO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: CAPACITANDO A NOVA GERAÇÃO PARA O TRABALHO 131
- FILANTROPIA E CIDADANIA 147
- PALESTRANTES 165
- PESQUISA: RETRATO DA DOAÇÃO NO BRASIL 177
- BANCO DE IMAGENS 183

IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

INTRODUÇÃO

O PAPEL TRANSFORMADOR DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

.... Há uma tremenda força de mudança no ar.
Há um movimento poderoso tecendo a novidade
através de milhares de gestos de encontro.
Há fome de humanidade entre nós, por sorte ou por
virtude de um povo que ainda é capaz de sentir
e mudar.

Betinho

Paulo Freire contribuiu como poucos na reflexão do homem e seu compromisso com a sociedade. A relação entre teoria e prática centra-se na articulação dialética entre ambas. Para tanto, o pensamento pedagógico de Paulo Freire aponta para a comunicação, como princípio que transforma o homem em sujeito de sua própria história através de uma relação dialética vivida na sua inserção na realidade e na cultura.

Iniciamos o século XXI com o rápido crescimento das ligações e dos fluxos de informações e conhecimentos que afetam todas as esferas da vida humana: economia, política, ambiente, cultura, sociedade e mesmo as relações interpessoais. Estes processos deram origem a importantes transformações sociais em todo o mundo, fazendo com que velhas dicotomias econômicas e culturais, como "moderno e tradicional", "altamente desenvolvido e menos desenvolvido", "Oriente e Ocidente", "o Sul e o Norte", perdessem saliência. Tornou-se cada vez mais difícil agir localmente sem pensar globalmente (como diz o slogan), enquanto dentro de um país a análise foi se tornando mais complexa para a compreensão da sociedade e de seus problemas.

Sabemos que o desenvolvimento sustentável é uma necessidade que ainda é tratada como uma utopia. O maior desafio é a exigência de escolhas inovadoras e novas formas de pensar. Novos conhecimentos e inovações em tecnologia, gestão e políticas públicas cada vez mais desafiam as organizações a fazerem novas escolhas em relação ao impacto de suas operações, produtos, serviços e atividades sobre a economia, as pessoas e o planeta.

Neste sentido, o próprio papel do investimento social privado é colocado em debate, destacando seu potencial como força capaz de gerar soluções para os desafios transformadores da sociedade.

Investimento social privado é um conceito que foi criado em meados dos anos 1990 para designar uma forma de atuação social da cidadania, que busca se diferenciar de formas mais tradicionais de filantropia enquanto exercício de uma caridade paternalística. O contexto da sua criação levou à fundação do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).

Após anos de existência, o conceito já apresenta consistência teórica e, principalmente, uma prática rica em ações para o desenvolvimento da sociedade - resultado do trabalho realizado pelos investidores sociais que trazem para sua filantropia competências novas para lidar com a complexidade do

desenvolvimento. Busca de informações sobre situações problema, identificação de parceiros que já atuam nessas situações, conhecimento sobre as melhores práticas existentes, uso de ferramentas para o planejamento estratégico de suas futuras ações, gestão eficiente dos recursos disponíveis, preocupação com o impacto transformador de seus atos são alguns exemplos de atuação dos investidores sociais. Com eles, são exigidas novas competências para lidar com a complexidade, a conectividade e a constante mudança dos valores, preferências e demandas da sociedade.

Este conjunto de questões não poderá ser atendido de forma independente pelos investidores sociais. A transformação de uma sociedade é um esforço de muitos. Governos, setor produtivo, sociedade civil, universidades, mídia e os cidadãos devem encontrar fórmulas de participação e inclusão nos debates e nas soluções propostas de desenvolvimento. A própria noção de organização em redes sociais e formas abertas de organização e inovação pedem por modelos mais eficazes de cooperação e colaboração. Exigem novas formas de compartilhamento de conhecimentos, práticas e valores, bem como de cooperação interinstitucional.

Sabemos que o investimento social e seus protagonistas vivem, de maneira permanente, dilemas nem sempre solúveis, como:

- Agir com o coração ou com a razão;
- Atender uma necessidade que está na moda ou estar num foco que exige permanência temporal;
- No caso de empresas, inserir o investimento social nas estratégias mais gerais da empresa ou atender as necessidades e demandas das comunidades onde estão inseridas;
- Investir em ações transformadoras ou compensatórias;
- Agir como substituto ou complemento da ação do governo.

A opção por uma ação transformadora implica na necessidade do investidor se comprometer com uma causa de maneira contínua e permanente até que o impacto de seus recursos esteja presente na sociedade. Esta decisão sobre a causa e direcionalidade do investimento deve ter como base estudos e tomada de decisão estratégica.

Definir a necessidade de mudança implica em saber o que é a mudança. Para tanto, em cada caso, deve ser pontuado por que se muda, o que se muda, como mudar, estabelecendo os tipos de intervenções que influenciam ou determinam os resultados da mudança. Sem essas definições fica impossível estabelecer o processo de mudança, criar os indicadores de monitoramento e avaliação e, assim, saber se as mudanças trouxeram os impactos esperados. Assim, essas definições compõem o que hoje conhecemos como teoria da mudança com todos os blocos de construção necessários para provocar uma transformação na sociedade.

Ter uma teoria da mudança representa ter um roteiro para chegar à transformação pretendida. Se este roteiro for bom e completo e puder ser compreendido por outras pessoas, ele passa a ser um instrumento facilitador de apoio de outros grupos sociais e, assim, permitir uma maior chance de que a mudança ocorra, sendo o investimento social privado um agente transformador da sociedade.

Sabemos que muitas vezes os investidores não desenvolvem adequadamente suas teorias para transformar uma realidade. Assim, não levam em conta que: (a) a mudança leva tempo; (b) os sucessos nem sempre são reconhecidos quando ocorrem; (c) não temos o rigor de relacionar os sucessos dentro de uma cadeia de causa/efeito. E mesmo que tenham sucesso em enfrentar essas dificuldades, muitas vezes pecam por não saber comunicar exatamente o que buscam realizar. Esta questão se torna mais complexa quando a mudança exige outros parceiros estratégicos, essenciais para o sucesso da transformação desejada.

O que o IDIS deseja ao promover a confluência dos temas propostos neste Fórum é o entendimento do significado e do papel do investidor social privado na evolução do desenvolvimento, rumo a um modelo mais integrativo e "responsivo" aos imperativos desta nova era que emerge. Neste sentido, o Fórum teve como proposta colocar estes e outros temas correlatos em destaque, reunindo instituições públicas, acadêmicas, empresas, pesquisadores, cientistas e investidores sociais privados para conhecer e compartilhar experiências, formas de fazer e casos práticos que ilustrem e inspirem para as transformações nos diferentes âmbitos em que atuam.

O resultado deste esforço pode ser verificado nas páginas a seguir onde as diferentes palestras, entrevistas e mesas são transcritas.

Boa Leitura!

Marcos Kisil

APRESENTAÇÃO DO FÓRUM E BOAS-VINDAS

Participantes:

Henrique Ubrig, vice-presidente do Conselho Deliberativo do IDIS
Suzy Antonian, vice-presidente sênior do Global Philanthropy Forum

Apresentadora:

Paula Fabiani, diretora-executiva do IDIS

Paula Fabiani: É com grande alegria que recebemos vocês hoje para o II Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, realizado pelo IDIS em parceria com o Global Philanthropy Forum. O sucesso da primeira edição renovou nossa motivação para realizar este segundo encontro, que já se consolida como espaço para a comunidade filantrópica reunir-se, trocar experiências e aprender com seus pares, fortalecendo a filantropia estratégica..

Nesta edição, elaboramos uma agenda com o apoio do Comitê Consultivo do evento, que teve a missão de identificar conosco os assuntos mais relevantes e urgentes.

O destaque do nosso encontro será dado à reflexão sobre "O Papel Transformador do Investimento Social Privado na Promoção do Desenvolvimento da Sociedade

Brasileira". Contamos com a participação voluntária de 32 palestrantes de diversas áreas do conhecimento. Aproveito este momento para dar especiais boas-vindas a vocês, palestrantes, e transmitir o nosso muito obrigado.

O encontro desses especialistas com vocês vai fortalecer e ampliar nossa rede de investidores sociais e também vai nos conectar com experiências nacionais e internacionais que podem contribuir com a nossa ação social e ambiental.

A filantropia brasileira deixa suas práticas reativas no passado e torna-se protagonista do desenvolvimento humano, econômico, social e ambiental, agindo de forma inovadora, engajada na busca por um país mais justo e sustentável. Para apresentar inovações sociais e temas relevantes para a filantropia brasileira, teremos, no almoço, 14 mesas temáticas que serão conduzidas por líderes que compartilharão suas experiências. A ideia é criar um ambiente informal em que cada líder conduza a conversa sobre os desafios e as inovações de sua iniciativa ou área temática. Caso a mesa de sua escolha não tenha lugares disponíveis, solicitamos que busque outra mesa de seu interesse.

Todas as informações sobre o evento e a lista das mesas temáticas estão reunidas no caderno que foi entregue no credenciamento. Além do caderno, entregamos o livro "O Papel da Filantropia no Desenvolvimento do Brasil - Primeiro Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais", que reúne o rico conteúdo do fórum realizado no ano passado. Esta publicação é uma importante referência e fonte de informações. Esperamos que seja amplamente aproveitada por vocês.

Este evento só foi possível graças aos nossos parceiros e apoiadores e, em nome do IDIS e do Global Philanthropy Forum, quero agradecer às seguintes organizações: Charities Aid Foundation (CAF), nosso parceiro institucional; Rockefeller Foundation, nosso apoiador financeiro; e nossos parceiros: Instituto C&A; Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID; Fundação Banco do Brasil; Fundação Telefônica Vivo; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; e Fundação José Luiz Egydio Setubal.

Henrique Ubrig: Cada um tem a sua definição de investimento social. Pra mim, é o que perpetua a espécie humana. Pra mim, é o que olha nos desequilíbrios. Pra mim, é o que busca como trazer a sua potencialidade total humana. Temos que aceitar que somos seis bilhões e, no momento em que seis bilhões passam a usar recursos, este planeta é inviável. Temos que ter fórmulas diferentes. Sabemos que a exclusão

não leva à solução, leva a graves conflitos. Não importa a região de que estamos falando, não importa se é Oriente Médio, se é Ásia, se é Brasil, se é o nosso trânsito, se é o nosso crime. Não importa! Não há uma solução se nós não entendermos esse conjunto maior.

Acho que o investimento social busca encontrar caminhos que vão trazer respostas sustentáveis. Não tem o lado pequeno, tem o lado grande. Tem o lado de trazer uma responsabilidade individual, coletiva e global. Eu acho que aí está a viabilidade. Nós estamos nesse processo de criar viabilidade para o futuro. Na área em que eu atuo, na área empresarial, nós percebemos o quanto é importante usar novas tecnologias, usar novos processos, usar novos métodos, e reduzir drasticamente o uso desses recursos. São finitos, são limitados e devem ser muito bem usados, usados de uma maneira que sejam renováveis. Portanto, fico muito satisfeito, fico feliz de ver a segunda edição do Fórum. A primeira foi absolutamente um grande sucesso. Em cima da primeira edição, já estamos trazendo novidades e vamos entrar na segunda, que certamente também será um grande sucesso pelo envolvimento de vocês, pela participação de vocês e pela diferença que vocês fazem.

Suzy Antonian: Há três anos, a Carol Civita me contatou com ideia de criar uma plataforma para filantropos no Brasil. Assim, "mais deles poderiam se juntar e aprender uns com os outros para não ter que inventar a roda a cada vez", disse ela. Essa simples ideia fez emergir a parceria entre o IDIS e o Global Philanthropy Forum para a promoção do Fórum de Filantropia Brasileiro. Somos gratos à visão da Carol. E quero agradecer ao Marcos Kisil, à Paula Fabiani e a toda a equipe do IDIS por tornar essa visão em uma realidade de dois anos consecutivos. Estamos felizes por sermos parte desse esforço, agora estamos querendo aprender com vocês hoje e sempre.

Há mais de dez anos, o Global Philanthropy Forum foi fundado com os inovadores do Vale do Silício, que dividiam interesse em causas globais e que tinham compromisso estratégico com a filantropia deles. Muitos foram beneficiários da indústria do conhecimento e tem se beneficiado do alcance global das suas indústrias que irão contribuir de volta para as questões globais.

Nós operamos sob uma teoria que, quando doadores e investidores sociais se reúnem para resolver desafios globais, eles devem estar munidos com a informação correta e com estratégias testadas. Só então, poderiam alcançar suas metas sociais.

Também acreditamos que, se eles estiverem inseridos numa comunidade maior, composta por seus pares, por outros desenvolvedores, especialistas, líderes políticos e inovadores nas ONGs, eles estarão mais preparados para aprender, ensinar, colaborar, doar e crescer. Nossa teoria se mostrou correta.

Desde nossa fundação, construímos uma rede de mais de dois mil filantropos, investidores sociais, executivos de fundações privadas e corporativas. O que percebemos, constantemente, é que nossos membros valorizam o fato de fazerem parte dessa comunidade, porque isso lhes dá uma fonte de conhecimento contínuo, aprendizado com seus pares e dados seguros. E agora vocês também são parte dessa comunidade.

O crescimento de filantropia nos Estados Unidos e outros lugares nos fez perceber que o fórum tinha uma necessidade não só de trazer filantropos americanos, mas, sim, de conectá-los a investidores sociais do mundo todo, como do Brasil, da América Latina, da África e da Ásia. Nós sabemos muito bem que inovação, filantropia e investimento social podem vir de qualquer lugar e há lições a serem aprendidas com vocês e em outras partes do mundo também. É por isso que estamos felizes de sermos parceiros nesta conferência de hoje e vamos começar um esforço igual na África, com a primeira reunião do Africa Philanthropy Forum, em fevereiro de 2014, na Etiópia.

Hoje, estamos com foco no investimento social privado. Apesar de muito ter sido escrito sobre isso, eu penso que alguns dos pontos-chave de que temos de lembrar durante todo o dia de hoje são que o investimento social privado e o seu núcleo estão baseados em algumas premissas, como uma visão clara, uma orientação para valor bem distinta, uma determinação da melhor forma de alcançar os resultados propostos com foco em resultados e grande atenção ao monitoramento e à avaliação. Um compromisso é manter o foco na estratégia e no alinhamento de recursos para apoiar as metas filantrópicas com recursos financeiros, redes pessoais e engajamento pessoal.

À medida que vocês pensarem na filantropia, no seu papel, gostaria de deixar algumas observações relacionadas a alguns tópicos de hoje. Em primeiro lugar, o fato de que a filantropia tem um papel importante em ligar os diferentes setores da sociedade e fazer a mediação entre eles: isso é especialmente verdadeiro nos dias de hoje, visto que o contrato social, que é a forma pela qual alocamos respon-

sabilidades e recursos para o gerenciamento de problemas e oportunidades partilhadas, não é algo fluido. Vemos isso repetidamente nos Estados Unidos e temos visto isso nos últimos dois anos em muitas partes do mundo também.

Em segundo lugar, o fato de que, apesar dos recursos que a tecnologia e acesso à informação têm colocado nas mãos dos cidadãos, dando a eles mais ferramentas para organizar e potencializar o papel de decisão na sociedade, essas ferramentas por si só não são suficientes. Mesmo que esses recursos empoderem cidadãos, também podem ser usadas por governos contra eles. E, com mais informação, há também mais fragmentação e, às vezes, menos espaço para independência do conhecimento. Nesse contexto, o papel da filantropia é importante para manter organizações, plataformas e infraestruturas que garantam que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas de forma significativa e sustentável e para que os investimentos estejam voltados para a capacitação, promovendo políticas públicas, aumentando a transparência da resiliência social e mantendo um setor social vibrante.

Cada um de nós sabe que o que chamamos de governança é um processo que envolve todos. Os governos nacionais não podem resolver todos os problemas, nem os mercados, nem os mais geniais líderes da sociedade civil e os filantropos que os apoiam. A governança realmente envolve todos e me traz ao terceiro ponto, também comentado na conferência, que parcerias devem estar no coração. É como podemos construir as soluções. Eu quero dizer que parcerias que ligam o setor público, privado e a sociedade civil são importantes porque as parcerias, muitas vezes, aparecem quando outras soluções fracassaram. Se feitas de forma correta, essas parcerias podem ter êxito em alcançar as metas, inclusive, em grande escala, na nuvem política do setor público, nas áreas de inovação e empreendedorismo inerentes ao setor privado, em compromissos profundos e na falta de recursos provenientes das organizações comunitárias. Então, o investimento social privado pode ser um catalisador e cimentar as parcerias que, de outro modo, não poderiam existir. À medida que ouvimos vários casos de colaboração, vamos levar conosco os elementos que dão êxito a uma parceria, como metas claras, compreensão da motivação de cada parte e não ter vergonha em pensar fora da caixa. Finalmente, à medida que avaliamos os impactos e discutimos medidas de sucesso, pode ser bom também manter uma perspectiva nos aspectos mais intangíveis na filantro-

pia, como manter um horizonte de longo prazo para avaliar o sucesso, dar espaço para a realidade local e contextual, construir a confiança, que é a cola que permite uma sociedade vibrante ter benefícios para a sociedade, ter consciência de todos os benefícios para a sociedade, que não podem ser sempre medidos quantitativamente em termos de quantidade, para que os beneficiários não sejam jamais esquecidos através da métrica.

Conforme as conversas vão progredindo hoje, eu gostaria que vocês partilhassem livremente não somente os seus sucessos, mas também os fracassos. A filantropia não conquista só as páginas fáceis, podemos tirar uma página do Vale do Silício, ver as falhas, examinar e voltar com as melhores respostas e soluções para os problemas mais enraizados da sociedade.

Paula Fabiani: Há 14 anos, o IDIS vem apoiando e disseminando a prática de investimento social privado, tendo participado da estruturação de inúmeras fundações, institutos e programas de investimento social privado no Brasil e América Latina, inclusive de alguns aqui presentes. O IDIS acredita no papel estratégico do investidor social privado, na construção de um país mais justo e sustentável e busca fomentar a criação de uma comunidade de investidores sociais que possa cobrar melhorias para o setor e atuar de forma sinérgica na solução de problemas. Para apoiar a construção de um movimento filantrópico no país e fomentar o investimento social integrado, composto por ações de empresas, indivíduos e organizações, produzimos, com direção de Albino Castro, o documentário "Investimento Social Privado - O Presente é o Futuro". Esse documentário, que apresentamos hoje em pré-estreia exclusiva, tem como missão reunir e disseminar informações sobre investimento social privado em uma linguagem acessível e didática para todos. Nosso objetivo é inspirar novos investidores e motivar os investidores sociais já atuantes. Ele foi estruturado pra ser apresentado em duas partes, sendo que a primeira será apresentada a seguir e a segunda logo após o almoço. Inclusive, vários dos entrevistados estão aqui presentes, vocês vão conseguir reconhecer as carinhas das pessoas. Aproveitamos também a ocasião para agradecer imensamente essa participação voluntária de todos. É com prazer que exibimos agora a primeira parte do documentário.

"Filantropia é um conceito milenar e presente nas mais diversas culturas e religiões. Mas a simples ajuda ao próximo, tradicional no Brasil, não gera mudanças sociais. O Investimento Social Privado é a filantropia da transformação."

**O documentário Investimento Social Privado é uma realização do IDIS com co-produção da Criando Consultoria. O material completo está disponível na internet, no link https://www.youtube.com/watch?v=-iIRpr5DR8E ou no site do IDIS (http://www.idis.org.br)*

PALESTRA DE ABERTURA

O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NA AGENDA DO GOVERNO

Palestrante:
Gilberto Carvalho, Ministro-chefe, Secretaria-Geral da Presidência da República

Moderadora:
Paula Fabiani, diretora-executiva do IDIS

Paula Fabiani: Para realizar a palestra de abertura, "O Investimento Social Privado na Agenda do Governo", convido ao palco o senhor Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gilberto Carvalho: Nós somos um país, como todos sabemos, que foi reconstruindo a sua democracia depois do regime ditatorial, e onde demos passos muito importantes do ponto de vista da chamada democracia formal, da representação política, do ponto de vista do exercício das liberdades, do ponto de vista de um progressivo

processo de uma democracia representativa que se combina com uma democracia participativa. Já há algum tempo, na tradição democrática brasileira, avançamos muito na questão da participação real da sociedade nos vários níveis de governos, através das conferências, através dos inúmeros conselhos - com destaque para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, através das mesas de negociações, através das audiências públicas, enfim, da criação de mecanismos efetivos que vão combinando de maneira adequada a democracia representativa, parlamentar, com toda sua estrutura, o Executivo, o Judiciário, com uma democracia efetivamente participativa. Ainda estamos longe de atingir o objetivo que nós sonhamos, mas que já há passos e é reconhecido na sociedade brasileira cada vez mais esse elemento. Mas, há outro elemento em que nós também temos avançado, que é na chamada democracia econômica, quando nós fizemos - e quando eu falo "nós" é a nação brasileira, não é propriedade de nenhum governo, de ninguém propriamente dito - um avanço importante na diminuição dos abismos que separavam aqueles que não tinham oportunidade econômica, que estavam excluídos de toda forma de reconhecimento da sua dignidade.

Os quarenta milhões de brasileiros que foram incluídos na economia nos últimos tempos são um elemento importante do caminho dessa chamada democracia econômica - e temos ainda muito o que caminhar. Há esse elemento que nós poderíamos chamar de uma democracia social: quando a sociedade assume o seu papel de cogestor da nação e, através da assunção de uma cidadania consequente - de uma cidadania que se transporta na prática em ações concretas -, assume juntamente com o Estado um papel decisivo fundamental na construção da superação do fosso que, muitas vezes, separa incluídos e excluídos.

E aí, nós temos que fazer, de fato, um reconhecimento e aprofundar essa concepção de que todo exercício cidadão - todo exercício de filantropia, todo exercício de trabalho social - não é um elemento lateral, não é uma concessão de uma sobra daquilo que o Estado eventualmente não pode fazer e é realizado, quase que numa ação compensatória, pelos empresários e pela sociedade. O exercício de filantropia é outra concepção. É a concepção de que esse trabalho é parte integrante, constitutiva, da nossa concepção democrática. Não é que o Estado não pode fazer. O Estado não deve fazer tudo porque a sociedade tem condição de fazer melhor e deve fazer para dar curso ao seu exercício cidadão, ao seu desenvolvimento como cidadão numa

concepção de humanismo, numa concepção de que nós só somos felizes quando o conjunto da sociedade é feliz; nós só somos uma nação civilizada quando todos os cidadãos têm os seus direitos reconhecidos, quando a gente efetivamente, como disse a nossa presidenta, supera a miséria - e a superação da miséria é apenas o começo de um longo caminho de exercício de cidadania.

Eu queria insistir muito nesse aspecto, que nós superemos a visão da filantropia apenas como uma ação compensatória - e basta a gente olhar a realidade brasileira para ver o quanto isso é verdade. Basta a gente olhar, por exemplo, o trabalho da ação no semiárido da ASA, que é a responsável pela construção de 700 mil cisternas com dinheiro público, mas que a ponta é realizada por organizações sociais de maneira admirável - porque não é apenas construir uma cisterna, é fazer um trabalho de educação cidadã a partir da construção comunitária em mutirão daquela cisterna. Basta olhar o trabalho da Pastoral da Criança. Ontem saiu um dado que nos orgulha muito, de uma redução drástica da mortalidade infantil no país. Esse trabalho jamais seria alcançado sem o trabalho da Pastoral da Criança, com a lembrança aqui, naturalmente, da nossa querida doutora Zilda Arns. Basta olhar o Ciência Sem Fronteiras, que é um programa do governo federal, mas que não teria ocorrido não fossem as empresas participarem fortemente doando bolsas para que os nossos jovens possam ir para estudar no exterior. E eu poderia ficar horas aqui, vocês sabem. E o documentário do IDIS – Investimento Social Privado – Presente é o Futuro, do pouco que eu pude ver, demonstra o quanto das atividades nós temos no país que multiplicam essa generosidade e cada vez mais criam nichos de um grande processo, de um novo desenvolvimento sustentável que nós queremos construir no país, que nós decidimos construir no país, mas que não pode ser atingido sem essa efetiva participação.

Eu quero insistir é em política, em ação pública. Você não separa a forma do conteúdo. Se você faz participativamente, você consegue, lá na ponta, um resultado participativo, um resultado que satisfaz a sociedade. Se você vai de cima para baixo, autoritariamente, você não alcança esse objetivo. É impossível construir democracia com métodos autoritários. Portanto, tão importante quanto a ação dos conselheiros de todo país é uma política de participação, de protesto, de reivindicação, de propostas; é ação de empresas, de empresários, de cidadãos que adotam processos, que se doam na perspectiva da construção de um processo de recuperação de pessoas, de devolução e de reconstrução da dignidade de cidadãos.

Agora, é claro que esse processo está a exigir no país uma nova regulamentação. Nem sempre o aparato legal acompanha a dinâmica da ação, e, nesse caso, nós temos trabalhado muito fortemente naquilo que nós estamos chamando um novo marco regulatório das parcerias, da relação sociedade civil e Estado. Isso é muito importante, porque, como se trata de dinheiro público, de um lado há que se tomar todo o cuidado no uso, na fiscalização, na transparência do uso desse dinheiro, e, ao mesmo tempo, há que se buscar um caminho que não seja de tal maneira burocrática, que acabe levando a um processo de lamentável criminalização, que infelizmente nós temos hoje no país. Nos dias de hoje, no estado do Paraná, nós temos oito camponeses, participantes de pequenas cooperativas, presos por um processo - ao meu juízo, absolutamente injusto -, em que eles são vítimas exatamente da deficiência de um processo de regulação adequada e de uma burocratização quase infinita, quase impossível de se cumprir. Por isso, nós celebramos nos últimos dias a sansão do projeto do novo processo de regulação das entidades filantrópicas, que é o CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação).

Ao mesmo tempo, estamos trabalhando e, agora, com muita esperança, porque já está na Comissão de Constituição e Justiça um projeto elaborado pela sociedade civil em parceria com o governo que, a nosso juízo, vai, sim, dar a possibilidade de uma nova regulação dessa parceria, dessa contratualização, que permita dinamizarmos, cada vez mais, a questão da ação filantrópica, da ação social dessa parceria. Da mesma maneira, eu queria dizer aos senhores e senhoras que nós vemos com muita simpatia, a generosidade da ação do IDIS e desse conjunto aqui representado nessa perspectiva de traçar novos regulamentos, uma nova regulação da questão das doações, da ação empresarial. E estamos muito dispostos a dialogar com os senhores, a receber essas contribuições e transformá-las o quanto antes, de fato, numa regulamentação, num processo legal que nos dê a todos a serenidade, a tranquilidade de trabalharmos e de organizarmos essa generosidade.

E aqui eu queria concluir dizendo que a sociedade brasileira tem uma marca, já histórica, de muita solidariedade, de muita entrega, desde as pias sociedades dos velhos tempos, desde as organizações de solidariedade operárias, passando por todo um grande processo de organização da generosidade. E nós vemos, com

alegria, como esse processo foi se ampliando, se generalizando e ganhando uma especialização, ganhando uma capacidade, saltando dos processos meramente assistencialistas para processos, hoje, que efetivamente, insisto, são constituintes de uma nova cidadania.

Paula Fabiani: Antes de iniciarem as perguntas, eu gostaria de mostrar um dado interessante de uma pesquisa realizada voluntariamente pela Ipsos, em parceria com o IDIS neste ano e fazer uma pergunta ao senhor ministro. É uma pesquisa onde a gente mapeou o percentual de pessoas que fez uma doação nos últimos doze meses e a gente vê que os números da pesquisa reforçam o sentimento de que uma parcela pequena da população brasileira doa. Nos países desenvolvidos, esse número se encontra acima de 50 porcento. E, aí, eu pergunto: dentro deste contexto, qual poderia ser o papel do governo para fomentar que mais pessoas doem?

Gilberto Carvalho: Primeiro, claro, eu entendo, que os 21 porcento são em doação de dinheiro, porque a doação do trabalho, da generosidade, vai muito além. Mas, de todo modo, eu penso que nós temos que, de fato, trabalhar. Por isso, eu disse ao final que nos interessa abrir essa conversa. Nós estamos abertos a conversar sobre processos legais, processos de estímulo que incentivem o cidadão, a cidadã a fazer a sua doação. Nós já temos, em alguns casos, a possibilidade na lei de se abater no imposto de renda a doação realizada, mas ainda entendemos que é um leque restrito. Eu acho que valia a pena - e aí nós estamos dispostos a abrir essa conversa - nós ampliarmos os processos de simplificação e o processo de estímulo à doação, incidindo talvez de maneira mais adequada na questão do imposto de renda. Eu acho que essa é uma das questões. Mas eu acho que há outra questão que nós podíamos trabalhar, que é também a gente fazer um trabalho de publicidade - um trabalho de governo e sociedade - de ampliarmos a informação sobre a possibilidade de doação, porque eu acho que esse é um dos problemas que nós temos também.

Não é de domínio público, de uma maneira que poderia ser, que é possível você doar e - mais do que isso - que a sua doação tem uma consequência prática lá na ponta. As manifestações de junho trouxeram de maneira muito forte que hoje há na sociedade brasileira uma crise de credibilidade nas instituições. Então, é importante que nós façamos a demonstração de que essas doações são realizadas entidades

que efetivamente realizam o trabalho - e a demonstração daquilo que acontece na ponta me parece fundamental para que a pessoa tenha a crença de que vale a pena ela dispor daquele recurso, porque efetivamente aquele recurso tem uma função transformadora de vidas. Eu diria que é por aí, insistindo também nessa questão de abrirmos a conversa sobre novos mecanismos.

Virgílio Viana, Fundação Amazônia Sustentável: Ministro, o senhor falou da popularização da doação como uma das metas, eu acho isso interessante. Eu queria olhar pro outro lado do espectro: nós temos um movimento internacional de bilionários que se envolveram em doações e, capitaneados pelo Bill Gates e pelo Warren Buffet, reúne 110 bilionários ou algo assim. Nesse grupo tem um brasileiro. Nós tínhamos 12 bilionários até pouco tempo atrás e hoje temos, salvo engano meu, 46 bilionários no país. O que está previsto nessa estratégia que o senhor mencionou do novo marco regulatório de estímulo a essas grandes doações que talvez possam fazer grande diferença, grande impacto, como é o caso dessa iniciativa do Gates e do Buffet, especialmente relacionadas com a Aids na África e temas do gênero? Como o senhor vê esse tema?

Gilberto Carvalho: Eu devo reconhecer que nós andamos pouquíssimo nesse tema e o marco regulatório que hoje está no Congresso é muito mais referente às parcerias e à contratualização de entidades sociais com o governo federal, sobretudo em casos de uso do dinheiro público, em que você faz a parceria para a realização de ações. Nós temos a informação de que o IDIS está trabalhando justamente nessa perspectiva. Eu venho aqui manifestar a nossa disposição e nossa abertura para esse processo, no qual efetivamente nós caminhamos muito pouco até hoje no Brasil. Eu queria fazer publicamente esse conhecimento e essa disposição de avançarmos exatamente nessa perspectiva que você mencionou.

João Paulo Capobianco, Instituto Democracia e Sustentabilidade: Qual seria a possibilidade de nós termos o apoio decisivo do governo para aprovação do IR ecológico (o incentivo fiscal via imposto de renda para projetos ambientais), que tramita na Câmara há um bom tempo e seria uma ferramenta essencial para todos que operam na área ambiental?

Gilberto Carvalho: Para ser bem transparente, confesso que não tenho nenhuma informação mais precisa de alguma discussão corrente, mas eu penso que é uma excelente ideia. Essa consciência da questão da sustentabilidade cresce no país e é uma preocupação que, felizmente, está muito presente. A juventude cada vez expressa mais isso. Nós acabamos de lançar agora um plano justamente de estímulo à conversão para a agroecologia. A preocupação surge cada vez maior e eu acho que é muita bem-vinda essa ideia, é outro processo que eu me interessaria em conversar com você e com os interessados para a gente discutir isso. É uma questão justa, que vale a pena, e uma forma muito adequada de nós podermos estimular toda questão da preservação.

Maria Helena Johannpeter, Parceiros Voluntários: O que falta para o marco regulatório? Já se trabalha na sua construção há mais de dez anos.

Gilberto Carvalho: Nós avançamos bastante agora. Estamos muito felizes porque, com o aval da presidenta, nós fomos para dentro do Congresso trabalhar a questão e, a partir de projetos já existentes, conseguimos fazer um acordo: via a relatoria do senador Rodrigo Rollemberg, no Senado, e do Ricardo Berzoini, na Câmara, conseguimos uma convergência dos dois projetos nas duas casas, que já estão agora à beira de ir ao Plenário, porque estão na Comissão de Constituição e Justiça, como eu já disse. Nós esperamos que ainda esse ano - e para isso temos a boa vontade dos relatores e dos presidentes das duas Casas - finalmente, depois desses longos e sofridos anos, cheguemos à aprovação do marco regulatório. Espero, em breve, poder convidá-los para uma bela cerimônia de sanção que vai ser, em grande parte, a redenção de um grande trabalho, de muita gente que luta de maneira muito generosa no país. Espero, sinceramente, que ao longo de novembro a gente alcance essa grande vitória da sanção do projeto.

Maria Cecília Wey de Brito, WWF Brasil: Eu queria aproveitar o mesmo tom das perguntas anteriores, mas fazer menção ao projeto que é do governo, mas que tem muitos parceiros, que é o ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), para o qual, num esforço inédito no Brasil, nós temos no último ano uma série de doadores propostos a ajudar o governo brasileiro a fazer possível a conservação

eterna de 70 milhões de hectares na Amazônia, mas não temos ainda nenhum recurso, nenhum centavo, de nenhum doador brasileiro - sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Seria muito importante, do nosso ponto de vista, que a presidente da República, assim como o senhor, que tem essa relação mais estreita com os movimentos sociais e com os interessados em fazer filantropia, nos ajudassem a conseguir os recursos que faltam. Para dar uma ideia aos senhores, são 215 milhões de dólares, dos quais nós já levantamos 200 milhões de dólares. Faltam apenas 10 milhões de dólares para fazer possível que um fundo de transição criado dentro dos moldes em que o governo terá total controle e a transparência para os doadores - se der até ainda o final do ano. Então, eu queria fazer um apelo aqui que o governo, na sua pessoa, pudesse nos ajudar a fazer possível terminar a consolidação desse fundo até o final do ano, para que a gente pudesse ter essas áreas protegidas para sempre.

Gilberto Carvalho: Eu acho que teu apelo é absolutamente bem-vindo. Vou discutir isso com a presidenta. Eu acho que vale a pena a gente fazer. Acho que já fica aqui aberto também esse apelo. Eu queria aproveitar a tua fala para fazer uma autocrítica. Nós temos o fundo da Amazônia, que é uma doação muito importante do governo sueco via BNDES, e esse fundo - que vai numa perspectiva semelhante - até agora gastou muito pouco por erros da burocracia governamental. Eu faço essa autocrítica até para dizer para vocês o quanto é importante também que vocês pressionem e fiscalizem o governo, porque muitas vezes a burocracia é inimiga da eficácia, do andamento rápido de questões tão urgentes como essa. Eu penso que, juntando o fundo Amazônia com essa iniciativa que você menciona, nós podemos de fato produzir nessa região, que é absolutamente estratégica para nós, uma ação conjunta muito grande. Eu acato o seu apelo e me comprometo, não só falar com a presidenta, mas batalhar para que a gente possa fazer esse processo.

Paula Fabiani: Bom, agradeço a participação de todos com suas perguntas. Gostaria de agradecer imensamente o senhor ministro pela ilustre presença no nosso evento. Acreditamos que a aproximação entre os setores é importantíssima para constituição de uma agenda comum para o desenvolvimento do País e para o desenvolvimento da nossa filantropia brasileira.

Gilberto Carvalho: Eu gostaria muito que essa minha vinda aqui não ficasse em vão, que a gente de fato assumisse esse compromisso que você acatou, de imediato, de nós trabalharmos duro, forte e imediatamente. Mais uma vez obrigado! E eu queria dizer para vocês isso. Que todo esse processo que nos angustia tanto de superar a miséria, de superar o sofrimento do povo, nos impele. Que nós não percamos tempo, que a gente trabalhe juntos, governo e sociedade, sem demagogia, sem nenhuma tentativa de querer tirar êxito a esse ou àquele partido, porque a causa do sofrimento das pessoas exige da nossa consciência esta ação.

Paula Fabiani: Faz parte da agenda do IDIS montar um grupo de doadores que possa iniciar esse diálogo, porque acho que os investidores sociais estabelecem um diálogo com o governo muito à distância. A gente precisa ter um diálogo para criar até um marco regulatório mais fácil, menos burocrático e que incentive a doação no país.

PLENÁRIA:

O PAPEL TRANSFORMADOR DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Palestrantes:

Antonio de Moraes Neto, sócio e cofundador, VOX Capital
Betty Feffer, presidente, Instituto Jatobás
Oscar Rache Ferreira, conselheiro, Instituto Ação Empresarial pela Cidadania

Moderador:

Sérgio Mindlin, presidente do Conselho Deliberativo, Instituto Ethos

Sérgio Mindlin: O investimento social privado ou a filantropia - palavra que, no Brasil, muitas vezes, tem uma conotação um pouco negativa, mas que acho que a gente devia recuperar -, tem características diferentes, dependendo de quem é que está fazendo esse investimento. Como eu mencionei no documentário "Investimento Social Privado – O Presente é o Futuro, podem ser empresas, podem ser famílias, podem ser comunidades. Em todos os casos, a filantropia tem um papel importante de ajudar no desenvolvimento do país.

O ministro Carvalho disse que "a filantropia não devia ser aquele investimento que cobre as lacunas daquilo que o governo não faz, mas frequentemente é exatamente isso que a filantropia faz". Eu não concordo integralmente com ele, porque acho que muitas vezes cabe esse papel. O governo não consegue fazer tudo aquilo que seria a sua obrigação nas áreas sociais e culturais - quer dizer, social, cultural e ambiental - e cabe ao investidor privado cumprir a lacuna, especialmente daquilo que é a emergência, que precisa ser feito para que as pessoas possam sobreviver, possam ter uma qualidade de vida minimamente decente, senão decente efetivamente.

Agora, especialmente no caso do investimento social realizado por empresas, há muitas vezes a tentação de fazer investimentos em grande escala, comparável às escalas das grandes empresas, e de resolver alguns problemas sociais. E acho que essa é uma tentação que devia ser evitada. Não cabe ao investidor privado, seja ele empresa, seja ele uma família, resolver os problemas sociais do ponto de vista de atender em larga escala aquilo que o governo não está fazendo ou não está conseguindo fazer por N motivos. Cabe, sim, encontrar as brechas de como fazer, de criar a inovação no investimento social.

Na estrutura legal brasileira, o administrador público só pode fazer aquilo que é permitido por lei. O administrador público não pode, muitas vezes, inovar e ir além daquilo que é permitido por lei, até porque ele corre o risco de ser processado; ele corre o risco de ter feito alguma coisa que não lhe era permitido.

Em contrapartida, o investidor privado, seja ele uma empresa, seja uma família ou uma comunidade, pode fazer tudo aquilo que não é proibido por lei. Isso é uma grande diferença, porque é aí que cabe o espaço da inovação. Eu acho que nós temos aqui neste painel e vamos ter exemplos justamente de pessoas que estão trabalhando nesse espaço, no espaço da inovação, de criar novas formas de ação da sociedade, seja no campo cultural, seja no social ou seja no ambiental, mas que vão além daquilo que tá sendo feito correntemente.

Essas inovações podem, com o tempo, ser incorporadas às políticas públicas e podem então criar novos espaços e passar a ser parte daquilo que é permitido ao gestor público fazer. Assim, eu acrescentaria às características da filantropia de qualidade que a Suzy mencionou a característica de inovação, de fazer aquilo que ninguém ainda fez e que pode fazer avançar a sociedade.

Antonio de Moraes Neto: Eu queria agradecer o IDIS pelo convite, mais uma vez, ao Marcos, à Paula. Eles pediram para eu compartilhar um pouco da minha trajetória, um pouco do que eu tenho feito nesse campo. Eu não vou chamar de investimento social propriamente porque, hoje, o que a gente tem feito tem sido chamado de "investimento de impacto" e é basicamente a ideia de você buscar maximizar impacto social, só que por meio de um modelo ou de modelos de negócios que sejam lucrativos, que tenham modelo de escala, de lucratividade inerente a esse modelo.

Eu queria começar com o porquê de fazer isso - é uma história pessoal que aconteceu comigo há alguns anos. Por influência da minha família, eu decidi fazer o curso de administração pública na GV (Fundação Getúlio Vargas). No meio da faculdade, eu tive a oportunidade e fui para Índia e Bangladesh estudar um pouco desses novos modelos de negócio que a gente via começando a surgir por lá e que aqui no Brasil não se escutava muito falar: as chamadas empresas sociais ou negócios sociais, social business, em inglês. A gente passou um mês e meio lá e acabou fazendo um projeto de estudo que virou um documentário longa-metragem: "Setor 2,5", que a gente deve lançar no final desse ano, sobre essa intersecção do segundo setor com o terceiro setor.

Basicamente, eles são modelos de negócio que estão juntando o que tem de melhor do terceiro setor, ou seja, o propósito, o foco no impacto social, junto com o modelo que é - como eu comentei - eficiente, escalável e até mesmo lucrativo. Uma das histórias que me impactou muito nessa viagem para Índia foi uma mulher que eu conheci: era mãe de família, empreendedora, vinha de uma comunidade muito pobre no sul da Índia, lá em Madurai, e essa mulher era completamente cega. Ela estava presa num ciclo de pobreza porque o marido a tinha deixado, cuidava de três filhos, sozinha e completamente cega. Só que o foi muito impactante para gente é que, no momento em que a gente conheceu essa mulher, ela tinha deixado de ser cega, tinha retomado a visão. E, por trás da história dela – disso que a gente brinca que é uma forma de milagre moderno -, tem a história de um doutor, doutor V, que é um indiano, que desenvolveu um modelo na área de saúde inspirado no McDonald's, com toda a lógica de racionalização, de produção, de eficiência e aplicou para construir o que é hoje o maior hospital do mundo em número de operação de catarata e cirurgia de catarata e glaucoma.

O que ele fez foi racionalizar todos os processos e conseguiu diminuir o custo da cirurgia de catarata de 2 mil dólares para entre zero e 150 dólares - zero porque dois terços dos clientes não pagam nada. Então a gente foi lá e visitou. Existe um *free hospital*, em que você tem acesso à mesma cirurgia e um terço dos clientes paga até 150 dólares. Com isso, ele criou um modelo que é extremamente lucrativo, e que está sendo expandido por todo o sul da Índia. Foi graças a esse modelo, que começou com uma clínica de 70 leitos, do tamanho dessa sala aqui, menor, que aquela mulher que a gente conheceu conseguiu, sem ter custo nenhum, retomar a visão dela. Foi uma história impactante para a gente, porque foi um dos primeiros negócios com uma mentalidade de eficiência de escala e para onde têm ido mais de um milhão de pessoas por ano, com um impacto tão brutal.

A gente conheceu também o exemplo do Muhammad Yunus, que eu acho que talvez vários conheçam - o exemplo do microcrédito, que acho que é um tema para a gente deixar para as perguntas. "Por que o microcrédito não deu certo e ainda não dá certo no Brasil?" Daí, tem toda uma discussão sobre a influência do governo, que depois eu deixo pras perguntas.

Mas, com essas inspirações, e junto com muita inspiração da minha família, eu decidi seguir para esse caminho, essa trajetória, de juntar e integrar os dois mundos. Eu vi no exemplo da minha família muito comprometimento não só financeiro, de assinar o cheque, mas também de meu avô, que sempre falou que a maior doação que a gente pode fazer é com nosso tempo pessoal (acho que alguns conhecem a história dele, que dedicou quase 40 anos para área de saúde, como presidente da Cruz Verde, da Cruz Vermelha, da Beneficência Portuguesa). Meu avô dedicava todos os dias da semana, sábado, domingo. Às vezes eram doze horas por dia que ele dedicava para esses projetos sociais e usando o que ele tinha de melhor: capacidade de gestão, de administração, com toda lógica de eficiência para dentro desses projetos.

Desde pequeno, com dezesseis, dezessete anos, fui muito inspirado por esse exemplo do meu avô de comprometimento pessoal e decidi dedicar minha vida para causar impacto - só que eu queria ser um empreendedor social, muito inspirado por vários exemplos, como Rodrigo Baggio do CDI (Comitê para a democratização da informática), lá do Rio. Eu queria ser um empreendedor social profissional. Eu não queria depender de uma herança, dos recursos da família, para eu poder me dedicar

ao social, ou então ficar só no final de semana, só no sábado e no domingo podendo me dedicar e depois o resto do meu tempo dedicando para consumir a própria carreira. Eu queria integrar essas duas coisas. Então, após toda essa experiência de Índia, quando eu volto para o Brasil, tive a ideia, junto com meus dois sócios de criação, de um fundo de investimento para esse tipo de empreendedor, como o Yunus, como o doutor V, mas aqui no Brasil. Essa foi a forma de eu integrar uma grande paixão minha, o desejo de atuar para redução da desigualdade social, junto com alguma competência, que eu estava começando a adquirir durante o período da faculdade e junto com uma necessidade do mundo.

Exatamente esses três elementos estão em uma frase do Aristóteles, que ele escreveu há 2300 anos e fala "onde se une a sua paixão, a sua grande competência, o seu talento e a necessidade do mundo, ali está a sua vocação". Vocação vem do latim: "*vocare*", que é "chamar" - então, é essa ideia de chamado. Eu acho que cada um de nós tem um chamado aqui que tá nessa intersecção desses três pontos e foi por isso que a gente deu o nome do nosso fundo de investimento de "Vox Capital", exatamente dessa ideia de "*vocare*", de voz interior, do latim. E o que a gente faz é investir em educação, em saúde, moradia popular, um serviço financeiro sempre focado em empresas privadas, obviamente lucrativas, que tenham potencial pelo produto ou pelo serviço, ou seja, pelo core business, de causar um impacto e com escala, para população de baixa renda.

Só um detalhe: quando a gente fala de população de baixa renda, a gente pega a classe C, D, E no Brasil e a gente tem um alardeamento do governo sobre o progresso que a classe média teve no Brasil. Só que, quando a gente compara toda nossa classe C, D, E e a renda deles com a linha de pobreza americana, a gente tem que 100 porcento da classe C, D, E (ou seja, 150 milhões de pessoas do Brasil) estão abaixo da linha de pobreza americana. São 42 dólares por dia, para uma família de quatro pessoas. Então, o quanto a gente está em termos de país de classe média ainda é bastante questionável.

A ideia que eu queria deixar é que para gente fazer impacto, não necessariamente tem que abrir mão de 100 porcento do nosso patrimônio ou do retorno, que é o caso quando a gente faz o investimento social. A gente sabe que o retorno vai ser menos de 100 porcento. O bom é que o risco é zero, né? Você sempre sabe que vai perder, mas o objetivo do investimento de impacto é tentar trazer alguma

possibilidade de retorno junto com esse foco de impacto social. Então, é uma ideia que acho que a gente tem que explorar muito mais aqui no Brasil.

Sérgio Mindlin: Achei curioso você dizer que o investimento de impacto você classifica como setor 2,5 (dois e meio). Há alguns anos, eu classifiquei as fundações e institutos empresariais como setor dois e meio, fazendo a ponte entre o segundo setor e o terceiro setor. E acho que para o investimento de impacto é também uma denominação interessante de um segundo setor voltado para o resultado social. Bem interessante!

Betty Feffer: O que você falou do setor dois e meio me tocou também, porque eu nunca coloquei nesses termos, mas eu estou nessa categoria. Sou segundo setor enquanto empresa e o investimento é inteiramente pessoa física que eu faço nesses projetos. Aqui tem muitos exemplos de modelos de pessoas que são dedicadas a grandes causas sociais, independentemente do seu ganha-pão e dos seus próprios negócios, e que faz isso de coração. Quase todo mundo quer doar, mas muito poucos doam de si. É muito paradoxal isso, mas tem gente que não sabe como - incrível! Há certos empresários que temem pelo seu dinheiro, se ele vai para causa justa, se está certo. Há outros que não querem se envolver, que dizem "olha, eu pago imposto, e eu já cumpri minha obrigação social. O imposto cobre tudo", e tem outros que dizem "ah, o governo cuida!". E aí eu queria agradecer suas palavras, Sérgio, porque você falou muito bem sobre o papel do governo. A sociedade é que tem que segurar, cuidar. O trabalho cabe à sociedade. A sociedade tem que cuidar da sociedade. Às vezes, além da burocracia, o governo tem até interesses políticos, mas isso não é relevante. Dizer que o governo tem cuidar da segurança, segurança econômica, moral, física, tudo bem, mas isso pode parecer um pensamento do século XVIII, retrógado.

Claro que o governo ajuda, e muito! Mas é a sociedade que tem que ligar para o que está mais embaixo do seu nariz: o bairro, a cidade, a vila, as escolas. Toda sociedade é carregada (assim como um grupo de pessoas) e deveria ser por uma elite, que são aqueles que têm poder financeiro, capacidade de empreender e são heróis - porque o herói luta - por um lado ele é empreendedor e por outro ele tem que ser responsável pelos mais fracos. E quando eu disse

elite, eu não queria malbaratar a palavra, eu queria pensar na origem etimológica de elite, o que nas línguas semitas começa por "al" ou "el", como elite, "el" quer dizer "deus". E aí remete a despertar o lado divino de cada ser humano quando ele doa de si.

O Khalil Gibran dizia que é só quando você dá de si que você verdadeiramente dá. Doar implica em desapego, em amor incondicional e muita consciência individual de cada um e muita dedicação. Tem a ver com ego, e esse é um assunto muito amplo, que eu não vou tocar agora, mas acima de tudo com consciência. Quando se doa, a nossa consciência se amplia. Quando se doa de si, não há ambivalência, hesitação ou reserva em relação aos próprios sonhos. Eu tenho exemplos de gente assim, que chegou na minha mente quando eu vi uma vez um pôster afixado num café, em Palo Alto, na Califórnia. E quando eu li esse pôster, fiquei tão mexida que eu me perguntei quem seriam as pessoas que verdadeiramente aparecem, que se mostram 100 porcento e que se encaixavam naquela declaração. Fiz até uma lista delas. Hoje, eu diria que quem faz parte dessa lista está aqui entre nós, o mais perto possível, que é o Luiz Alexandre, que é o motor, a mola propulsora, a viga mestra do projeto Ecopolo do Instituto Jatobás! E, ao longo dos anos em que trabalhamos juntos focando nesse sonho em comum, tem outros muitos, que já não estão mais entre nós, mas cuja memória eu quero honrar, porque eles deixaram um legado muito significativo. Um, por exemplo, muitos aqui conheceram, sabem quem foi: Leon Feffer, que foi meu sogro, um homem, um exemplo único. No discurso fúnebre dele, disseram que ele tinha 44 entidades, de que ele cuidava concomitantemente em nome dele, de todos os imigrantes que aqui chegaram e de meu pai, que distribuía chaveiros dizendo "como é bom ser bom!". E a filantropia garante isso para nós: como é bom ser bom! A lista se expandia e Max, meu marido, encabeçou tudo, como o maior exemplo. Hoje eu tenho o enorme orgulho de ver meus filhos fazendo isso, de ver gente de múltiplas disciplinas e arenas, gente que entende que nós somos unos, como o universo. É até pleonástico, né?

Alguém disse que Madre Teresa estava dando banho num menino leproso e um cara disse "nem por um milhão eu faço isso!". Ela respondeu: "nem eu!". Ele: "então, por que você faz?" e ela disse: "por amor!". Eu acho que os modelos de liderança atrás dos nossos sonhos vêm falar disso, que é por amor, e pessoas que fazem anyway. Eu

agradeço por ter meus olhos abertos e poder estar aqui. Também vai ser mostrado um ideograma, simbolizado, que fala da mão, do coração, como sendo uma única coisa que se chama amor.

Sérgio Mindlin: Betty, eu acho que você trouxe um conceito interessante dessa questão da elite, das pessoas que querem doar de si, não a elite como quem tem dinheiro, quem faz parte da classe A econômica; mas elite são essas pessoas que têm essa capacidade de doar e de doar o seu tempo. Quando, anos atrás, se iniciou o processo das cidades sustentáveis no Brasil, o Bernardo Toro relatou que esse processo começou na Colômbia, em Bogotá, com uma mobilização das elites. E eles lá definiram elites como as pessoas que eram capazes de mobilizar um grande número de indivíduos, uma grande parcela da sociedade para o bem da comunidade. Então, a elite envolvia o líder dos catadores de lixo, a líder das prostitutas, assim como os líderes políticos e empresariais. Aqueles que eram capazes de mobilizar um grande número de pessoas para o bem da comunidade.

Oscar Rache: Eu sou Oscar Rache Ferreira, eu sou empresário do setor têxtil, fabricando de fios e tecidos, tecidos para calça jeans. Já nasci assim, a empresa foi criada por meu pai em 1933. E vou contar a vocês dois casos da minha vida, rapidamente. O primeiro deles é que logo quando eu comecei a trabalhar na empresa, a gente fez um programa na cidade de Barbacena, Minas Gerais, onde tínhamos uma fábrica.

Na verdade, isso não era uma coisa só minha, porque a empresa tinha essa cabeça. Somos mais ou menos viciados em educação e a gente achou que precisava cuidar rapidamente dos filhos dos empregados. Então, fizemos um programa muito rápido para levantar quem é que tava na escola, quem não estava na escola. Década de 1970, só estavam na escola cerca de 70 a 80 porcento das crianças e jovens que deviam estar. No Brasil era assim. Hoje, são 98 porcento que estão - a escola não é muito boa, mas de qualquer forma isso mudou. Naquela época, pensamos, não estavam, então vamos fazer isso – só que, para nossa surpresa, todos estavam na escola. Duas crianças somente não estavam. Esse é um programa que erramos o tiro, então mudamos rapidamente e, poucos anos depois, fizemos um programa para educar os nossos trabalhadores. Mas, como é que você dá aula? Não tinham analfabetos,

mas todo mundo tinha dois anos, três anos de estudo. A média eram quatro anos de escolaridade na empresa. Aí, pesquisamos e descobrimos se existia uma fundação brasileira de ensino que tinha uma metodologia que podia ser usada - porque você pretender que um trabalhador trabalhe oito horas e depois vá para escola, você não consegue nada! Mas, não. Essa era uma metodologia que tinha módulos. O trabalhador estudava em casa com o filho, com quem, claro, tínhamos uma estrutura na empresa, uma sala, mas não se tratava de sala de aula. O programa foi muito bom, ficou 20 anos implantado, quem quisesse se candidatava. Nós tínhamos ensino de primeiro e segundo grau e nós terminamos. Quando o programa terminou, porque todos os trabalhadores já tinham terminado, nós tínhamos uma média um pouco acima de dez anos de escolaridade em toda a empresa. Então, é uma coisa que fizemos como parte do programa: não tinha incentivo fiscal, não tinha coisa nenhuma. A gente simplesmente entendia que é responsabilidade da empresa tratar. Claro, começando com os seus trabalhadores, com as suas pessoas, mas também com um entorno. Outros programas foram feitos para adotar uma escola aqui e ali.

Uma coisa muito interessante é que isso foi feito na década de 90. Começou em 1970... 1990. Nós fomos obrigados a fechar nossa fábrica em Barbacena, em 2008. Mas, antes de fechar, no fim do ano, a gente tinha uma festa de formatura. Aí, eu tenho dois exemplos muito interessantes para saber o impacto que isso pode dar: um trabalhador, uma vez, levantou e disse "olha, eu quero falar com todo mundo que entre para essa escola, porque eu via televisão e eu achava que eu entendia as palavras que estavam falando, mas eu não conseguia entender o que estava acontecendo. Hoje eu entendo tudo! Eu sei o que está acontecendo até do lado de lá do mundo!". Fez um depoimento muito simples, né?! E outro, que é também interessante, é que quando nós fechamos a fábrica, eram 800 empregados. Todos conseguiram emprego imediatamente! E eu tive um depoimento de dois empresários da cidade que falaram "uma das melhores coisas que nos aconteceu aqui foi ser fechada essa fábrica, porque nós contratamos tanta gente que trabalha tanto, que sabe tanta coisa, que nós estamos melhorando muito!". Percebe? Isso é o efeito e essa foi uma das historinhas.

A outra historinha começou há trinta anos e com uma motivação religiosa, porque quem fez o programa foi a minha mulher. A gente participava de um movimento da igreja, eu sou cristão, católico. Ela juntou um grupo de moças para refletir sobre

o evangelho. Aí, você começa a refletir sobre o evangelho, em muito pouco tempo você percebe que, se você ficar refletindo sobre o evangelho, aquilo serve para muito pouca coisa. Sim, é muito bom, e tem que fazer alguma coisa! Mas o que nós vamos fazer? Nós vamos fazer aula de catecismo. Ótimo! Saíram pelas ruas da cidade para fazer uma pesquisa. Cadê as crianças do catecismo? E em duas ruas do lugar onde moram os pobres, foram encontradas 125 crianças em idade escolar fora da escola, analfabetas. Bom, você não vai ensinar catecismo e deixar a criança analfabeta. Muda o programa, vamos alfabetizar!

Começou funcionando dentro da igreja, de 120 passou para 150 crianças. Arranjamos outro espaço fora para funcionar. Um ano e meio depois, não dava para ficar na igreja, porque as crianças rabiscavam a igreja e as beatas reclamavam para caramba. Então, alugamos uma casa, lá no meio dos pobres, e aí tinha uma vantagem, que a casa tinha uma cozinha. Então, dava para dar alimentação pras crianças. É um problema! O fato é que não dava para ficar ali. Vamos construir. Claro, procuramos a Prefeitura e pedimos um terreno para construir, não um terreno para nós, um terreno que fosse dado para a Igreja e que eu me comprometi a construir a escola. Mas o prefeito achou que nós tínhamos um projeto político escondido, secreto, que nós queríamos tomar conta da cidade, então não arranjou coisa nenhuma! Compramos um terreno, um amigo projetou a escola, a escola está lá até hoje. Fizemos 30 anos agora em agosto. São 300 crianças, esse ano, 328. É a melhor escola da cidade. Tem quadra poliesportiva, tem teatro, tem palco, tem tudo. Umas três mil crianças passaram por lá. Não são dois milhões, são só três mil. E tem 300 permanentemente lá. Mas é a melhor escola da cidade, ensino pré-escolar, dois anos, cinco anos de ensino fundamental. Isso cria um problema enorme, porque quando as crianças saem dessa escola, elas vão para escola pública e sabem muito mais que todo mundo que está lá. Esse é um segundo exemplo. A alma desse projeto é minha mulher, na verdade. Eu ajudo. Tem 30 anos e, quem sabe, mais 30. A gente tem uns projetos enormes ainda, porque hoje tem uma faculdade que funciona lá dentro. É uma cidadezinha de 20 mil habitantes. Porque outra instituição não tinha onde se instalar, vinha para cá. Aí, tem pós-graduação para professora, tem uma porção de coisa.

Gente, por que fazer isso? A vida é uma coisa maravilhosa, mas vale se você puder fazer junto com os outros, se você puder ajudar os outros. Nós somos, todos, todos, todos nós, somos todos iguais, filhos do mesmo Pai... irmãos. Então, não tem

sentido você viver sem se preocupar. Agora, como empresário, aí você tem muito mais responsabilidade, porque nós somos capazes de organizar as coisas. A gente sabe o que é meta, o que é programa, o que é plano de ação. A gente sabe como fazer isso para dar certo. Essa coisa de ficar discutindo se é complementar ao governo ou não, a minha visão é a seguinte: claro, não adianta fazer nada quando não tem demanda, a gente sabe disso. Mas, o importante é o seguinte: nem que o governo, no Brasil pelo menos, nem que o governo queira decididamente resolver tudo, não resolve! Não tem a menor condição de resolver. Nós somos responsáveis. Nós, como pessoas. Eu digo como empresários, porque os empresários têm capacidade não só financeira, mas sobretudo gerencial, de organização, de saber fazer. Se nós não fizermos, não vai ser feito! E é inaceitável que a sexta maior economia do mundo seja o 159º em distribuição de renda. Nada contra nossos irmãos africanos, mas a sexta maior economia do mundo, com essa quantidade, oito mil quilômetros de costa, nós estamos ali juntos com Botsuana, a Namíbia, a República em distribuição de renda; 85º em desenvolvimento humano. Isso é intolerável! Se nós não fizermos, não será feito. Nós temos que fazer!

Sérgio Mindlin: Você falou dessa questão da educação dos empregados e, principalmente, o que foi criado foi empregabilidade. Você falou que a sua mulher é a alma desse projeto, mas as almas precisam de corpos para execução! E parece que você traz essa capacidade empresarial, também, para fazer essas coisas acontecerem. E, de forma geral, você mostra que esse investimento pode ser feito sem qualquer incentivo fiscal. Vocês fizeram isso e não usaram incentivos fiscais. Que, aliás, acho que é um tema que é uma falácia o que se fala da necessidade de incentivos fiscais para fazer investimento social. Se um empresário quer doar 500 mil reais para fazer um investimento, contando que ele vai ter 30 porcento de dedução do imposto de renda, se ele não tem os 30 porcento de dedução do imposto de renda, porque que ele não investe 350 reais? É o que vai lhe custar de qualquer maneira, né? Então, você pode investir o líquido do que você iria investir, mas investir! Não precisa do investimento, do incentivo fiscal para isso.

Rosângela Lyra, Amor Horizontal: Antonio, você é um exemplo para as pessoas e, principalmente, para os jovens que não têm ainda a cultura e o hábito de

doar tempo ou dinheiro, mas sabemos que o exemplo ainda não é suficiente para mudar esse paradigma. Você está fazendo alguma ação para envolver esses jovens e trazê-los de fato para a filantropia?

Sérgio Mindlin: E talvez você pudesse nos dar exemplo de um desses negócios de impacto, para que o conceito fique mais claro.

Antonio de Moraes Neto: Eu vou discordar um pouco da pergunta, do jeito que ela foi feita, porque tem um pensamento que, eu sempre falo, eu acho que é muito verdadeiro que "as palavras comovem, mas são os exemplos que arrastam". Eu acho que, para mim, por exemplo, meu avô foi esse exemplo que, independente de ele ter falado "Você tem que fazer isso ou aquilo...", o exemplo dele, 12 horas por dia, 40 anos de dedicação, me arrastou. Então, eu acho que é uma questão também de foco. Eu sou executor, um operador da Vox Capital, então esse é meu foco. Então, eu não tenho nenhuma iniciativa específica de articulação para trazer outros jovens. Eu estou tentando fazer isso construindo exemplo não só da Vox, como investidor, não só financeiro, mas de capital humano-intelectual, mas tentando criar os exemplos de organizações que vão mostrar que é possível, que vão validar essa tese de que possível você ter um negócio lucrativo que causa um impacto com escala.

A grande ideia da Vox é a gente criar não só dez bons investimentos com impacto para milhões de pessoas, que é o sonho. Três milhões de pessoas, aliás, é a meta do fundo, mas a gente quer criar um novo setor, a gente quer ser exemplo, e, assim como outros investidores, criar uma indústria que dê conta de pensar que impacto é a prioridade, não só a maximização de lucro, mas uma otimização de lucro com impacto social. Então, no fundo, é a tentativa da construção de um *mindset*, de uma lógica de investimento, de como fazer negócio, que é diferente, que tem um outro objetivo que vai além da questão do retorno. Tem um exemplo específico, tem alguns: a gente tem dez negócios investidos, então, a gente tem uma pequena instituição de microcrédito, que eu acho que é o exemplo mais conhecido, chama Banco Pérola, muito inspirado no Muhammad Yunus. Depois, eu gostaria de falar dos problemas desse setor no Brasil. Muito difícil de acontecer.

Na área de educação, por exemplo, a gente tem um investimento pequeno ainda, mas que tem crescido muito. É um jovem formado na federal do Rio, ele fez ciências da computação, e ele era voluntário numa escola no final de semana, e ele percebeu que 70 porcento das escolas não tinham nenhum sistema de informatização, dependem exclusivamente de anotação em papel, caneta, seja para administração em recurso humano, financeiro, anotação de prova, parte pedagógica. Então, ele começou a programar por conta própria, nos últimos meses, ele começou a formar um time e lançou, há seis meses, uma empresa específica para ter um sistema totalmente integrado, de superbaixo custo, para escolas de pequeno e médio porte e escolas públicas. Ele está com 300 escolas, já, como clientes, 14 mil alunos que participam da plataforma, então está causando um impacto interessante.

E só outro para terminar. Uma empresa chamada Saútil, são dois empreendedores, um da área de tecnologia e um médico, que eles se juntaram e basicamente o que eles fizeram foi mapear toda a rede do SUS, nosso sistema público de saúde, para os estrangeiros. Hoje, 145 milhões de pessoas no Brasil dependem do SUS, ou seja, não têm plano de saúde. O que eles fizeram foi criar uma ferramenta, um buscador, como se fosse o Google, pela Internet, que você encontra todo tipo de informação sobre como acessar o SUS. Então, por exemplo, se eu tenho uma pessoa na família que tem câncer, eu posso acessar o medicamento pelo SUS; se eu estou com uma simples dor de cabeça, ou tenho uma doença crônica, eu tenho acesso pelo sistema público. Mas as pessoas não sabem que isso é possível, não sabem que documento fazer, levar, não têm acesso à informação. E daí eles criaram um modelo, para rentabilizar o modelo, eles vendem como benefício de saúde para empresas, por exemplo, construtoras que têm toda uma população que não tem plano de saúde; eles vendem por 9,90 reais por mês por funcionário, então nisso eles conseguem ter um modelo que é sustentável. No caso do impacto deles, não dá para chamar exatamente de impacto, mas eles já tiveram um 1,2 milhão de pessoas que entrou na plataforma. A gente não sabe que nível de impacto ainda essas pessoas tiveram, mas isso dentro de um ano e meio. Então, acho que é um exemplo de uma plataforma escalável com impacto.

Sérgio Mindlin: Betty, qual é o principal desafio para realização dos investimentos sociais que vocês fazem?

Betty Feffer: Eu acho que a maior barreira ainda é a educação. Se a gente pudesse partir de um patamar um pouquinho mais alto, mas nós temos que começar do zero. A gente põe a mão na massa e começa do zero. Esse é um grande desafio.

Sérgio Mindlin: Falta uma educação básica pras pessoas, que, na verdade, seria uma responsabilidade do Poder Público. A gente devia ter um nível de educação geral no país, e, no entanto, o Oscar também precisou construir escolas para que aquelas crianças pudessem ser alfabetizadas e eventualmente, catequizadas.

Betty Feffer: Nós ouvimos uma palestra genial de um psiquiatra, Figueiró, explicando a violência. Ela começa de três a seis anos de idade. Quer dizer, esse é outro desafio imenso. E é nisso que tem que investir, também.

Sérgio Mindlin: E de que forma vocês procuram superar essa questão da violência, dessa educação para violência?

Betty Feffer: Nós ainda não. Quer dizer, a intenção é que, através de todas as ações, praça pública, crianças... gerindo, fazendo a gestão da praça, N projetos. Nós temos muitos, muitos projetos. Esperamos que, através disso, se consiga tirar o jovem da rua, claro.

Sérgio Mindlin: Oscar, vocês fazem alguma forma de avaliação desses projetos todos que há 30 anos vocês vêm desenvolvendo? E de que forma vocês avaliam esse investimento?

Oscar Rache: Veja, a gente tem uma avaliação. Nós estamos numa cidade muito pequena, 20 mil habitantes. O lucro da cidade tem muitos distritos rurais, são 10 mil, 12 mil, então a gente conhece muito. A avaliação não é muito científica, mas a gente observa o que acontece. As crianças que saem dessa escola vão para outras escolas, então a gente acompanha um pouco o que acontece na outra escola. Na verdade, aquilo que eu falei: em algumas escolas, a escola foi obrigada a colocar os alunos que saem da escola Santa Terezinha do Menino Jesus numa única turma, porque eles eram muito mais avançados que os outros. Eu tenho um exemplo que

aconteceu no ano passado e que me deixou muito feliz: nós temos, naturalmente, cozinha na escola, porque são dadas duas refeições para as crianças - uma cozinha foi feita até em parceria com uma organização austríaca de mulheres ligadas à ONU, em Viena - e quebrou o freezer. Eu chamei um profissional, passei lá e falei "O freezer da escola tá ruim, vamos lá?" e o rapaz foi. Quando ele entrou na escola, ele ficou olhando e eu perguntei "O quê que é?"... "Mas mudou demais!", ele respondeu. "Mudou o quê?", e ele disse: "Eu estudei aqui!". "Você estudou aqui, rapaz?! Puxa vida! Que coisa boa!. E aí, como é que você fez seu negócio?"... ele disse: "Doutor Oscar, o senhor não sabe que todo mundo que dá certo aqui é porque passou por aqui?"

Percebe? Nós não fazemos nada de coisa extraordinária, não! É uma escola simples. Ensina a ler, escrever, ensina um ensino de qualidade razoavelmente boa. Estamos passando agora para dois turnos, porque conseguimos fazer uma quadra poliesportiva. Então, veja, a avaliação é feita de uma forma um pouco informal. As professoras também são treinadas, porque as professoras, mesmo formadas, normalmente não sabem ensinar também. E aí vão para outras escolas e a gente tem o reflexo disso acontecendo. Não são grandes coisas, são impactos locais, mas o que a gente faz não é uma grande coisa, não é uma coisa extraordinária. Escola comum, jardim da infância, dois anos, cinco anos de ensino fundamental e jogar bola, aprender teatro, fazer artes... mas a avaliação é assim.

Sérgio Mindlin: Antonio, para captar o investimento na Vox Capital é mais difícil do que captar para um fundo, como fazem os fundos das instituições financeiras. Como é que é esse processo? Qual é o desafio aí?

Antonio de Moraes Neto: O perfil dos nossos investidores são principalmente pessoas físicas, famílias empresárias, algumas fundações e institutos brasileiros e fora do Brasil, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Eu acho que é superdifícil, talvez seja tão difícil quanto, mas a questão é que quando a gente está falando de investimento social, todo mundo tem um bolso que é filantrópico, que é social - eu na pessoa física, a gente como família - e que tem certa limitação. Enquanto você consegue, enquanto você aplica como pessoa física, como família ou empresa no mercado, buscando algum retorno, seja investimento em renda

fixa, renda variável ou qualquer tipo de fundo, esse bolso inerentemente é muito maior do que o bolso filantrópico. Então, a tentativa do investimento de impacto é olhar esses quase 2 trilhões de reais que têm no mercado, aqui no Brasil, tentar pegar uma parcela, um percentual disso e aplicar com um propósito que é diferente do propósito tradicional de um mercado financeiro. E, na última pergunta, numa das perguntas do painel passado foi falado sobre o Giving Pledge, o Giving Pledge é essa iniciativa do Gates junto com o Warren Buffet pedindo para os grandes doadores americanos comprometerem pelo menos 50 porcento do patrimônio para fazer uma doação. E essa semana eu fiquei sabendo de uma nova iniciativa que é muito parecida, só que focada em investimento de impacto para grandes investidores americanos e globais, na verdade, eles estão precisando dos primeiros brasileiros, a investir pelo menos 5 porcento do patrimônio para investimento de impacto. É até engraçado de ver essa diferença de valor, mas, no nosso caso específico, a gente começou com 3 milhões de dólares, testando aqui o mercado no Brasil. A gente fez 6 investimentos, e este ano que a gente lançou um fundo de investimento em participações, a gente tem 74 milhões de dólares. Acho que mostra um pouco a diferença de escala que vem por essa diferença do tamanho do bolso para uma coisa ou para outra.

Sérgio Mindlin: E vocês trabalham tanto com grandes quanto pequenos investidores?

Antonio de Moraes Neto: Em geral, são grandes famílias empresárias. A gente tem um grupo pequeno de investidores que estão muito alinhados com essa visão. Que é uma coisa que é muito nova no Brasil, e acho que tem que ter o perfil muito específico de querendo conciliar essas duas coisas.

PLENÁRIA

MEIO AMBIENTE
PAPEL TRANSFORMADOR DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Palestrantes:

João Paulo Ribeiro Capobianco, biólogo e ambientalista, Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

Maria Cecília Wey de Brito, secretária-geral, WWF Brasil

Virgílio Viana, superintendente-geral, Instituto Fundação Amazonas Sustentável

Moderador:

Aron Belinky, Coordenador do Programa de Desenvolvimento Local, GVces - Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas

Aron Belinky: O GVces, onde eu trabalho atualmente, é um centro que está nessa intersecção - nós olhamos exatamente a interface entre a gestão privada, gestão

pública, sociedade civil e academia - e temos visto a importância de se analisar o momento que o Brasil vive hoje em dois aspectos muito importantes: por um lado, nós temos uma emergência de uma nova tendência de investimento, com mobilização de capitais com um interesse em inovação, em resultados. É aquilo que foi comentado em painéis anteriores pelo Antonio Neto sobre investimento de impacto: isso é uma tendência emergente. Inclusive, nós estamos trabalhando, conversando com o IDIS, em parceria com o ICE (Instituto para a Cidadania Empresarial), para a criação de uma força-tarefa sobre finanças sociais. Há uma preocupação mundial sobre como direcionar os recursos nesse novo momento em que nós vivemos. Aqui no Brasil, nós temos também a participação da WINGS (Worldwide Initiatives for Grantmakers Support), que é uma rede de redes exatamente voltada a apoiar esse trabalho dos investidores sociais e da filantropia.

Outro ponto que nós vemos também - e é esse o ponto que a gente puxa para essa nossa discussão de agora - é o fato de que o Brasil vive hoje um momento forte de crescimento e de uma necessidade de desenvolvimento de infraestrutura e isso evidentemente gera uma pressão sobre a fronteira interna do país. O país hoje se expande e busca recursos e ocupa territórios que antes estavam distante e isso está trazendo uma série de desafios, não só do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista social.

O tema, a proposta, a provocação, o objetivo desta sessão que nós temos agora é discutir o papel do investimento social privado como promotor do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente. Eu chamo atenção para isso porque o desenvolvimento sustentável pressupõe a integração ambiental, social, econômica. É isso junto. Não dá para ser sustentável sem, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente. É o desenvolvimento sustentável asset, como ele precisa ser.

E, colocando essa pergunta, eu gostaria que vocês trouxessem as suas experiências com esse olhar de como o Brasil pode fazer frente a esse desafio que nós temos hoje, de utilizar os recursos, mobilizar recursos e integrar esse território, olhando ao mesmo tempo o social, o ambiental e o econômico - e não o ambiental, apesar do econômico e do social. Além disso, obviamente, o papel do investimento social, aquilo que o Sérgio Mindlin destacou muito bem, a questão da inovação, o papel inovador que o investimento social pode ter "thinking outside the box", como a Suzy também comentou.

Capobianco: Antes de mais nada, eu gostaria de fazer uma breve reflexão sobre o papel da filantropia na questão ambiental do Brasil. Eu diria para vocês, sem medo de errar, que não haveria nada consistente no Brasil se não fosse a filantropia. A minha vida, na verdade, a minha história de vida, tem a ver com isso. Seja na minha filantropia pessoal, de me dedicar voluntariamente a um trabalho, seja no volume enorme, no número enorme de pessoas e instituições que apoiaram as várias organizações que eu tive oportunidade de participar e contribuir ao longo da minha vida. Tirando os um pouco menos dos seis anos que estive no governo, todo o resto da minha vida foi em organizações não governamentais, começando por uma pequena organização que foi inspirada por dois anciões, um jequitibá-rosa de três mil anos – de quem eu sou o principal defensor – e meu avô.

Quando meu avô de 90 anos morreu, a primeira providência que os herdeiros tomaram era derrubar a floresta e o tal do jequitibá. Ali, nós organizamos na família uma primeira ação voluntária de defesa ambiental. Desde então, atuei pela Associação de Defesa da Juréia, em que o Aron foi um dos militantes importantes (o processo conseguiu tirar da frente especuladora algo que já estava aprovado, um projeto imobiliário enorme, todo definido, e transformá-lo numa área de proteção absolutamente vital, como é o caso da Juréia, no litoral sul de São Paulo). Depois, SOS Mata Atlântica, posteriormente Instituto Socioambiental e, agora, Instituto de Democracia e Sustentabilidade. São organizações que têm uma projeção importante. A SOS Mata Atlântica é uma organização consolidada com uma presença nacional extremamente relevante, o Instituto Socioambiental também e funcionam 110 porcento com recurso de filantropia; filantropia nacional - principalmente o caso da SOS Mata Atlântica - e filantropia internacional, principalmente no caso do Instituto Socioambiental.

Agora, o que seria do debate sobre o meio ambiente, o que seria da Mata Atlântica, se não fosse o trabalho permanente realizado por um grupo de pessoas apoiado, de forma decisiva, por pessoas físicas e jurídicas ao longo de tanto tempo? Eu não vejo nenhuma possibilidade de que nós tivéssemos hoje a possibilidade de uma ação, uma legislação e uma visão tão avançada no Brasil, adquirida em tão pouco tempo. Se nós pensarmos, o movimento ambientalista, ele inicia na década de 1970, na Alemanha. No Brasil, ele ganhou força na década de 1980. Nós estamos falando de nada... vinte e poucos anos, trinta anos de um trabalho que deu um resultado que eu

considero fundamental. Por outro lado, a área ambiental, o ambientalismo, ou seja, a ação filantrópica na área ambiental vem apresentando problemas. Eu vejo isso na minha militância, na busca de apoio que eu faço permanentemente. A instituição que eu presido hoje é o Instituto de Democracia e Sustentabilidade, uma organização que tem como meta fundamental trabalhar a visão e as ações que deveriam ser desencadeadas no Brasil, em termos de políticas públicas, de ações da sociedade civil, para que nós tenhamos o aprofundamento da democracia com aquilo que você colocou: uma indiscutível, fortíssima, intrínseca ligação com a questão da sustentabilidade. Nós não vemos nenhum futuro para o Brasil se não for o futuro onde a questão da sustentabilidade esteja radicalmente associada a qualquer visão que nós vamos estabelecer para frente.

Lembro que, na época da Rio 92, quem governava o estado do Rio de Janeiro era o Leonel Brizola. O Brizola era uma pessoa muito comunicativa, muito falante, e um dia durante um debate, ele me fez uma pergunta um pouco ríspida, até: "Escuta, Capobianco, você fala de meio ambiente, mas, escuta aqui, olha as ruas do Rio de Janeiro, olha os meninos de rua... O que é mais importante? A Mata Atlântica ou os meninos de rua?" e eu respondi para ele, naquele momento, muito inseguro, porque, afinal de contas, eu era um garoto frente a um baluarte da política brasileira. Porém, estava lá um jornalista de "O Globo" e depois eu fui convidado e escrevi um artigo para o jornal onde, aí, sim, eu pude respirar fundo e responder. E a minha resposta foi exatamente a mesma: "não haverá futuro para os meninos de rua se não houver conservação ambiental. Você pode pegar os meninos de rua, tirar da rua, dar todo apoio para ele, educação, fazer tudo aquilo que foi discutido aqui, mas se esses meninos de rua não tiverem um ambiente que lhes permita qualidade de vida, que lhes permita uma vida saudável, também não haverá futuro para eles". Essa é que é a questão! Mas, às vezes eu acho que a filantropia não entende isso, os filantropos não entendem isso. E tem um outro problema que eu identifico, que é uma tendência positiva, correta, de trabalhar sobre resultados: planejamento, resultados mensuráveis. Mas, eu queria dizer aos senhores e às senhoras é que na área ambiental existem resultados muito importantes dificilmente mensuráveis. O que nós estamos assistindo ultimamente é que as organizações não governamentais dependentes dos recursos da filantropia estão, em muitas vezes, em muitos casos, se transformando em organizações projetistas, de projetos, onde elas buscam tem que fazer um

projeto que tenha claramente definido o resultado objetivo, que tenha claramente colocado o fator mensurável. Em muitos casos, é difícil obter um valor mensurável, claro, avaliável, para se colocar num relatório qualquer, por uma ação, por exemplo, que reverte e consegue modificar a legislação da Mata Atlântica. Ora, a lei da Mata Atlântica demorou 14 anos para ser aprovada! Foi o investimento, feito pela filantropia, de 14 anos! Será que hoje, com as novas tendências, alguém daria recurso para investir num processo como esse, onde o horizonte de "resultado mensurável" não estava dado? Talvez não. Eu acho que nós estamos correndo um risco de transformar as organizações não governamentais na área ambiental em organizações de projeto exclusivo, limitado, focado, perdendo a noção do conjunto, perdendo inclusive a capacidade de atuar de forma articulada. Então, essa é uma preocupação que eu queria deixar aqui como uma provocação.

E, finalmente, está aqui um grande amigo meu, Sérgio Mindlin. Somos fundadores de várias organizações, estamos juntos no Ethos, mas eu não podia deixar de terminar sem discordar dele. Eu discordo completamente do que ele disse sobre a questão do incentivo fiscal do imposto de renda. Eu acho inadmissível que um país como o Brasil, com o desafio que ele tem pela frente, a maior potência ambiental do planeta, mas que tem enormes desafios pela frente... eu acho um absurdo que tudo mereça apoio via incentivo fiscal, menos ação ambiental. No Brasil, deveria ser a primeira área a ter esse apoio pelo seu valor, pela sua potência, pelo seu significado! Qual país que se iguala ao Brasil do ponto de vista de oportunidades e potencialidades na área ambiental? Nenhum! No entanto, esporte, arte, educação, cinema, teatro, tudo é digno de incentivo fiscal, menos a área ambiental. Eu discordo disso. Eu concordo com você que tem que se fazer assim mesmo. E está sendo feito, está sendo feito assim mesmo, mas eu acho inadmissível que nós não tenhamos uma legislação que permita ampliar isso, aumentando, portanto, os recursos da nossa atuação nesse campo.

Aron Belinky: Isso que o Capobianco acabou de dizer sobre a trajetória que ele teve (e que várias outras pessoas do nosso campo tiveram) ter sido possível graças à filantropia, graças ao investimento e essa discussão que você trouxe sobre os projetos de longo prazo (sobre a paciência ou a visão para se avançar nesse tipo de construção) dialogam muito com o que o Gilberto Carvalho comentou antes sobre

a importância da filantropia para a consolidação da democracia, para construção de uma sociedade capaz de participar. A Suzy comentou no começo sobre alguns atributos especiais da filantropia e o que você trouxe agora é exatamente a questão do horizonte de longo prazo, que é uma peculiaridade que outros setores não têm. Não há outro setor que se mantenha, ou seja capaz de se manter, tão aberto a ouvir o que a sociedade traz. Assim, mesmo que com boa intenção de produzir resultados, dde ser mensurável, de se profissionalizar, há um risco - e que tem que se tomar muito cuidado - de transformar sociedade civil em geradora de projetos e prestador de serviços. A questão de também valorizar o que não é mensurável é um quarto ponto que foi trazido, assim como a questão de manter o foco no beneficiário final - seja ele um menino de rua daqui a 20 anos ou daqui a 30 anos, seja ele o meio ambiente do qual nós todos dependemos.

Virgílio Viana: A meu ver, o principal desafio é fazer a filantropia descobrir o meio ambiente, porque cerca de 80 porcento da filantropia brasileira não está relacionada com isso, e fazer a filantropia brasileira descobrir a Amazônia. Eu acredito que nós temos que pensar filantropia no Brasil a partir da imagem nas ruas. E, aí, eu vou fazer um eco ao ministro no início da sessão, já que o primeiro slide que apareceu foi de uma passeata de rua - que por acaso eu participei em Piracicaba - e de um cartaz diz assim: "Por políticas públicas eficientes!". Acho que isso sintetiza muito dos desafios do Brasil. As escolas são ruins, os hospitais são ruins, o ambiente é mal cuidado e nós precisamos de mais eficiência das políticas públicas. A meu ver, a filantropia tem um papel importantíssimo nisso. Faço eco aqui ao que disse o Capobianco: eu acredito que é essencial nós termos políticas públicas que estimulem, do ponto de vista de política tributária, o investimento social privado na área ambiental. É essencial isso! Nós estamos com um déficit enorme, e um déficit que tem um contexto muito particular nesse atual momento histórico.

O Brasil, por razões variadas, está sendo percebido internacionalmente como um país que ficou rico, ou, se não ficou rico, está pelo menos remediado, está numa economia de transição. A resposta a isso foi que todas as organizações filantrópicas do mundo tiraram o pé do Brasil, puxaram o freio de mão, deram seta para direita e foram para África ou para esquerda e foram para o resto da América Latina ou outras partes do mundo. Isso é muito importante porque, diante do abandono histórico

dessa área pela filantropia brasileira, boa parte das instituições do terceiro setor que trabalham meio ambiente foi dependente e continua sendo dependente da filantropia internacional. É urgentíssimo que a filantropia brasileira descubra a necessidade de investir em meio ambiente. E, com o perdão dos meus amigos da Mata Atlântica, ao investir em meio ambiente no Brasil, o grande desafio é a Amazônia, por uma questão muito óbvia: a sustentabilidade do Brasil depende dos serviços ambientais da Amazônia. Ainda que nós estejamos distantes da Amazônia, a chuva que gera energia elétrica para este prédio aqui está ligada à Amazônia. O abastecimento de água que sai na torneira deste prédio está ligado à chuva que, por tabela, também está ligada à Amazônia. O agronegócio idem, depende de chuva. Quer dizer, a sustentabilidade do Brasil tá ligada umbilicalmente à Amazônia. Então, por uma razão muito racional, além de outras razões de natureza mais altruísta, nós devemos cuidar bem da Amazônia: tem a biodiversidade, que tem o seu papel, e há aspectos de outra natureza, como diversidade cultural dos povos indígenas, questões humanitárias e de direitos humanos.

Essa é a primeira mensagem que eu queria deixar muito clara: eu acho que a filantropia tem hoje uma emergência que é suprir o papel da filantropia internacional nessa área ambiental. A segunda mensagem é sobre a Amazônia, que nós precisamos investir em educação na Amazônia. Eu comentava com a Regina da necessidade de investir, em especial nesses zero a seis anos, e a gente não é neófito nesse assunto, mas estamos entusiasmadíssimos com os desafios dessa agenda na Amazônia. Eu costumo dizer que a Amazônia é mais distinta da realidade de São Paulo do que São Paulo em relação à Nova Iorque ou Londres. São Paulo e Nova Iorque, mais ou menos, dá na mesma: todas têm celular, internet, engarrafamento de trânsito, estresse. Tudo é mais menos a mesma coisa. Muda o idioma, mas, a grosso modo, é muito parecido. Já se compararmos com o quão distinta é essa realidade da Amazônia, onde, por exemplo, uma dessas escolas que passaram nesses slides fica a 21 dias de barco de Manaus, viajando 24 horas por dia! Nesse mundo, o tempo é diferente. A natureza das relações humanas e, portanto, todos os desafios relacionados à educação, à saúde, à geração de renda, à pobreza representam outro mundo. E, para esse mundo, nós precisamos investir muito em educação e acredito que aqui existe um nicho, uma oportunidade interessante. A filantropia brasileira investiu muito, historicamente, em educação, tem muito acúmulo nessa área, e poderia fazer com que esse acúmulo

fosse colocado à disposição de uma educação na Amazônia, que seja uma educação que eu gosto de dar o nome de "relevante".

Nós precisamos fazer com que o que é ensinado seja relevante, para o manejo do pirarucu, o manejo da madeira, das frutas. Eu acredito que se nós olharmos para cada instituição que trabalha em filantropia no Brasil e se ela puder levar esse seu acúmulo de experiência e conhecimento para o desafio da Amazônia seria extremamente oportuno.

Eu queria concluir com uma mensagem mais de natureza global. Eu tive oportunidade de, pouco tempo atrás, aceitar uma função que tá no âmbito das Nações Unidas relacionada a uma iniciativa chamada "rede de soluções para sustentabilidade". A ideia do secretário-geral é fazer com que seja estimulada a busca e a disseminação de soluções, porque nós temos uma urgência que é a da mudança do clima, que corre o sério risco de prejudicar todos os avanços sociais que nós tivemos com os meninos de rua e com os 40 milhões de brasileiros que saíram da pobreza extrema. A agenda do clima é capaz de prejudicar tudo isso e essa iniciativa do secretário-geral tem uma estratégia muito interessante: o que deu certo e pode ser multiplicado? Colocar essas soluções disponíveis pros prefeitos, pros vereadores, pros líderes sociais, pros líderes empresariais, para todos que possam se inspirar nessas soluções. Então, eu queria só chamar atenção para isso. Acho que é uma coisa que seria muito importante que a filantropia brasileira também se engajasse nesse movimento de busca de soluções para sustentabilidade.

Aron Belinky: Essa atividade no âmbito da ONU é muito relevante (eu conheço o projeto) e é um bom exemplo sobre algumas atividades que dificilmente seriam cobertas por um projeto com "resultados mensuráveis". Pagar conta de passagem, deslocamento, tempo de uma pessoa que nem o Virgílio, isso é essencial, porque senão a gente não consegue estar presente naquele espaço, e isso dificilmente cabe num projeto com um horizonte de um ano, de dois anos. Acho que esse é um bom exemplo da importância que tem a gente poder bancar esse tipo de atividade.

Pensando em filantropia estratégica, acho que o Virgílio levantou muito bem a questão de que o Brasil, ao emergir para os países de classe média, perdeu a atratividade para muito do dinheiro internacional que bancava uma boa parte da sociedade civil brasileira. E isso, de certa maneira, coloca para quem hoje detém recursos no

Brasil no setor privado, na filantropia brasileira, o desafio de entrar nisso e de pensar estrategicamente a sua inserção, a sua filantropia. Retomando a fala da Suzy do começo, ela colocou muito bem três pontos de atenção ao pensar na filosofia estratégica: um deles é o papel aglutinador da filantropia, por ser capaz de falar com diferentes e com grande autonomia; um segundo é o respeito e a valorização da diversidade, agregação em parcerias amplas, trazendo os diferentes.

Por último, algo que o Gilberto Carvalho também ecoou, é que a disponibilidade de informação que a gente tem hoje não é suficiente para garantir uma sociedade participativa e democrática. O fato de a informação existir e estar disponível, por si só, não garante a participação e a democracia. Por quê? Porque precisamos ter pessoas e organizações capazes de ler, interpretar, entender, incidir, estar presente, dialogar. E essas pessoas, essas organizações qualificadas, elas precisam de recursos para fazer isso. Não dá para fazer isso nas horas vagas ou em tempo integral, só. E, aí, a pergunta de onde é que vem esse olhar estratégico de filantropia e que, às vezes, não é mensurável no pequeno projeto. O que a WWF faz (e espero que a Maria Cecília comente) em termos de agregar informação, trazer diferentes e ter um olhar diferenciado é brilhante e é um excelente exemplo para gente começar.

Maria Cecília: Também, para dar um quadro muito breve sobre a minha atuação, que foi um pedido aqui da organização, eu estou no WWF há muito pouco tempo, mas eu trabalho com o WWF há muito tempo. Basicamente, minha vida profissional inteira se deu junto ao governo, primeiro o governo do estado de São Paulo, depois o governo federal, inclusive, junto com o Capobianco, por um breve período de tempo. E eu queria chamar atenção disso porque mesmo no governo e nas várias áreas que nós falamos aqui hoje - em particular as duas que mais mencionamos até aqui, que são educação e meio ambiente -, nós vimos trabalhos excelentes que tivemos do poder público na nossa história, inclusive de educação. Diferentemente do que foi falado, quando eu fiz escola no meu primário e meu ginásio, eu fiz escola pública e, quando eu fui para escola privada, porque as escolas públicas já estavam indo num processo de degradação, eu sabia muito mais que as minhas colegas da escola privada. E não é porque eu era muito mais inteligente, mas é porque a escola era muito melhor. E isso se inverteu absolutamente.

O que é mais incrível na nossa sociedade - eu fiquei olhando um pouco o currículo das pessoas que estão aqui hoje - é que boa parte delas estou em escolas públicas, se não todo o tempo, mas pelo menos em suas universidades. E o que a gente vê, apesar de tudo, é - vou falar aqui de um exemplo bem próximo meu e de pelo menos de muitos de nós, da USP, com seus prédios absolutamente degradados - que não existe nada parecido com o que existe em algumas escolas americanas de nós ex-uspianos ou ex-alguma-coisa-federal ajudarmos as nossas escolas que nos formaram e que nos puseram nas posições que ocupamos hoje. Isso é apenas uma breve introdução que foge um pouco ao que estava previsto, mas eu quero dizer com isso que eu tive um aprendizado enorme no governo e agora muito mais ainda nas organizações juntas, as organizações privadas por onde eu passei brevemente antes, e agora milito com mais intensidade, no momento.

O que os colegas disseram é absolutamente muito relevante. Se nós pegarmos os investimentos em meio ambiente no Brasil, não só na área da filantropia, mas inclusive na área pública (na Mata Atlântica eu tenho certeza, mas para Amazônia eu creio que hoje também que esse dado é muito relevante), os recursos que vieram para o Brasil são recursos externos. Nós temos hoje como maior investidor em meio ambiente no Brasil o banco alemão KFW. Por quê? Porque os alemães acharam interessante, importante, dentro de sua lógica de construção do seu "*mindset*", manter as questões relacionadas à Amazônia. Podemos discutir se, na Europa, o meio ambiente continua bom ou não, mas também a gente vê que as florestas na Europa, em alguma medida, voltam a crescer e os cuidados com o meio ambiente na Europa, só para usar o exemplo dos alemães, são muito maiores dos que os nossos.

O WWF é uma organização mundial, ela é uma organização que tem já 51 anos de idade e no Brasil nós somos uma organização brasileira. Fazemos questão de dizer isso, porque, em alguns momentos, essa leitura do internacional também prejudica a filantropia brasileira e nacional em meio ambiente. O WWF no Brasil tem 16 anos, esse ano completa 17 anos, e o interessante que eu vejo no WWF - e talvez tenha sido meu maior motivador em trabalhar com o WWF em parceria quando eu estava no governo e agora, de novo, em parceria com os governos e com inúmeras corporações no mundo e no Brasil -, é que nós procuramos usar a ciência, os dados, as informações, as experiências para que inovações, ganhos de escala, capacidade de negociação sejam possíveis, para que nós mudemos os ambientes que nós temos. O papel das corporações, o papel

da filantropia das corporações é essencial nesse sentido, porque são nesses momentos onde a gente consegue fazer com esses tipos de estudo, esses tipos de trabalho, ocorram e que seus resultados possam ser levados adiante.

Nós temos um trabalho específico, que eu não vou mencionar no detalhe, mas que é super-relevante para essas questões que o Virgílio mencionou relacionados à mudança de clima, as relações da Amazônia com os demais biomas brasileiros e com as nossas populações que não estão locadas na Amazônia. É um trabalho que parece muito razoável para qualquer governo ou para qualquer empresa ou corporação fazer, que é o planejamento do território, o planejamento do que vai acontecer aonde, quais são os conflitos, quais são as oportunidades, às vezes, oportunidades únicas que temos naquele local. Esse tipo de ferramenta, que é uma ferramenta inclusive bastante utilizada por todo mundo, pelas várias ONGs mencionadas aqui e por outras não mencionadas, é um trabalho que nós temos tido inclusive alguma dificuldade de levar junto ao governo, mas que permite sentarmos com o governo em várias áreas que não são as áreas onde nós temos um pouco mais de facilidade de entrar - agora talvez nem tanta, mas temos tido mais facilidade de entrar. No caso específico, as áreas de infraestrutura, energia, apresentando para o governo alternativas de como fazer. E não é só o governo federal, os governos estaduais também e, à vezes, um pouco mais, um pouco menos numerosamente, com os governos municipais.

Sem dúvida nenhuma, ter ferramentas não é suficiente. Nós também fazemos e ajudamos outros colegas e temos parcerias com várias organizações, para fazer militância, engajamento. Uma das ações que nós temos feito sistematicamente no Brasil e que ainda é pouco conhecida como uma ação do WWF, é um evento chamado "Hora do Planeta", na qual um dia em março, no último sábado de março, nós pedimos às pessoas desligarem as luzes, não usarem energia elétrica por uma hora. Não é para fazer economia de energia nem é para ficar no escuro, é simplesmente para ter uma reflexão, por uma hora, sobre o estado em que nosso planeta se encontrar, sobre aquilo que nós individualmente podemos fazer. Nesse caso, apagar a luz ou ir jantar num lugar onde a luz vai ser apagada por essa mesma razão. Por que disso? Porque, como também mencionado em várias das falas anteriores, o meio ambiente não é meu ambiente, eu não posso só trabalhar naquilo que interessa à minha vizinhança ou a minha vizinhança da minha corporação ou algo parecido com isso, nós temos que trabalhar com muito mais do que isso. O planeta é um só, e as ações que ocorrem no planeta,

já sabemos todos, não são mais ações que ficam localizadas onde elas ocorreram, elas têm um papel de influenciar o mundo todo. As mudanças climáticas são o exemplo mais óbvio, mas há inúmeros outros que a gente poderia mencionar.

Nós sabemos hoje que no dia 20 de agosto desse ano, praticamente há dois meses, nós, seres humanos desse planeta, já estamos todos no cartão de crédito e no vermelho em nosso talão de cheques. O planeta azul, como a gente tentou chamar na nossa chamada de site do WWF Brasil, entrou no vermelho, ou seja, nós já começamos a consumir em 20 de agosto desse ano tudo aquilo que o planeta não conseguirá repor em um ano, porque a gente tá usando mais do que a gente tem. É que nem uma conta bancária, eu gastei todo meu capital, agora estou entrando no cheque especial do banco. Provavelmente, em razão disso, meus juros serão maiores se eu não tomar cuidado. Então, a filantropia brasileira poderia compreender que nós, o WWF, assim como várias organizações ambientalistas, temos muitas vezes esse papel de sermos os mensageiros da má notícia. Muitas vezes, parece a muitos: "Ah, eu não vou me engajar, porque os caras só falam de tragédia, só catástrofe, o mundo vai acabar e coisa parecida", mas a importância disso é que nós reflitamos sobre aquilo que a gente faz, para fazer melhor. E o interessante da sociedade humana é que nós temos a capacidade da criatividade. Nós no WWF usamos de preferência sempre usamos soluções inovadoras, que é exatamente para gente passar fazer diferença naquilo que a gente descobriu, que a gente passou a conhecer. Se a gente gasta um planeta e meio, a gente tem que mudar, a gente tem que fazer diferente. Esse é o recado. Podemos fazer diferente, sabemos fazer diferente e podemos todos ajudar a que isso aconteça de forma mais intensiva no futuro.

Aron Belinky: Uma coisa importante é que essa ferramenta que a Maria Cecília mencionou permite fazer uma escolha, um planejamento do uso do potencial hidrelétrico da Bacia do Tapajós com base em critérios muito bem definidos. Tapajós é a bola da vez no processo que estamos vivendo. Sabe-se que há uma discussão sobre o que vai acontecer lá e existem inúmeros dados, mas isso não é colocado na mesa. Para vocês terem uma ideia, na FEBRABAN, três semanas atrás, houve uma discussão com base nesse material que o WWF propôs. Vendo que existem 42 (se não me engano) pontos de aproveitamento hidrelétrico dentro da Bacia do Tapajós, dos quais uma parte é viável de aproveitamento, uma parte não é, essa discussão que estava

indo muito bem no nível técnico foi paralisada por uma questão de um impasse de critérios não técnicos de planejamento. Acho que colocar isso na mesa, discutir isso, colocar isso para frente é fundamental. Nós temos meios para esse tipo de coisa, mas nós precisamos energizar. Eu acho que a Maria Cecília fez um apelo na pergunta para o ministro que eu ecoo: é preciso colocar recurso nisso, um recurso bem colocado, para gente avançar, porque ele nos permite planejar o futuro do Brasil com essa dependência toda, como o Virgílio colocou.

Elias Tergilene: Meu nome é Elias, eu trabalho com empreendedorismo na base da pirâmide - shopping popular, feira, mercados -, e temos um negócio em Manaus. O que me surpreendeu muito foi a ignorância das pessoas de que a floresta vale muito mais em pé do que deitada. Isso foi o que mais me chocou. Como empreendedor popular, a gente tenta mostrar para aquela população que o artesanato, o turismo, o ecoturismo faz mais dinheiro imediatamente, a médio prazo e longo prazo do que derrubar a floresta e usar a matéria-prima, a madeira ou qualquer outra coisa. Desculpe a ignorância, mas eu não vi nada voltado para o empreendedorismo ecológico no caso de mostrar às pessoas o quanto as florestas, os rios valem em pé, valem despoluídos, explorando todo o turismo, o artesanato e tudo. Eu gostaria de saber se vocês têm algum trabalho voltado a isso, porque a maior dificuldade que eu vi no Amazonas foi falar em sustentabilidade com aquelas pessoas ali - eu trabalho com camelô, com as prostitutas ali, as favelas - é que a floresta tem muito mais valor em pé do que deitada. Vocês tem alguma coisa voltada a isso?

Marcelo: Eu trabalhava com gestor de fundos e agora eu larguei tudo para me dedicar ao terceiro setor, especificamente à sustentabilidade. Eu acho que o problema ambiental é o maior dos três problemas. Acho que não é o único, mas é o principal tema daqui. Ele deixou de ser um problema do campo, ele é um problema da cidade - tanto da atitude, formas de consumo ou o que seja das pessoas da cidade, como do ponto de vista de política pública, quem elege o governante que está na cidade, ele vai fazer o que eleitor dele tá querendo fazer. Dado isso, a gente falou muito aqui de educação e meio ambiente/ sustentabilidade. Do ponto de vista de educação, existe uma pressão muito grande para melhora no ensino, o nosso aluno não consegue aprender a ler, aprender a fazer conta e a educação

é uma coisa de muito longo prazo, vai demorar 10, talvez 15 anos para o ensino efetivamente estar bom e essa é a pressão que a nossa sociedade tem colocado em cima das escolas. Dado isso, como fazer para gente conseguir colocar educação para sustentabilidade ou educação ambiental de forma relevante que possa ter um impacto na nossa sociedade num horizonte de investimento que não seja esperado daqui a 10, 15 anos quando as nossas escolas estiverem efetivamente ensinando os alunos a ler e a escrever? Porque acho que não vai dar para esperar isso daí. A pergunta acho que é essa.

Maria Cecília: Eu vou ser super breve, respondendo, rapidamente, as duas questões. A primeira, sim, o WWF tem trabalhos que buscam trazer esse mercado mais próximo desse produto da floresta, em primeiro lugar. A gente tem um trabalho mais intenso no Acre - e o Virgílio certamente tem muita coisa para contar do estado do Amazonas, onde você está -, mas temos a dificuldade não é só conseguir fazer isso, ma também de achar o mercado e manter o mercado interessado nesse produto, mesmo que ele não tenha - como a gente está acostumado - a fazer, a receber, a padronização. Nós como agrônomos e os agrônomos aprendem que o tomate tem que ser tudo igual, vermelhinho, e para isso se gasta muito mais dinheiro. No entanto, o tomate coloridinho, que ficasse sem condução, poderia ser mais barato e mais interessante nutricionalmente. Mas a gente tem, sim, - se você quiser a gente pode conversar especificamente sobre isso - e tem também trabalhos que ajudam os produtores a manterem a floresta em pé, porque melhoram um pouquinho a sua capacidade de produção com a mesma terra que eles utilizam lá na Amazônia, no caso, também no Acre. E tem trabalhos com manejo de pirarucu e coisas parecidas que são bem específicos.

Do ponto de vista da educação para sustentabilidade, eu acho que a gente tem dois caminhos diretos que talvez a gente pudesse explorar um pouquinho, em particular nesse ambiente. O primeiro deles é com nossos próprios participantes, o quanto as pessoas de fato incluem meio ambiente no tema sustentabilidade ou na palavra sustentabilidade que elas usam ou falam ou pensam a respeito quando trabalham nas suas corporações ou nas suas atividades de filantropia. Muitas vezes, a sustentabilidade ainda está ligada à questão econômica: eu vou continuar fazendo o que eu faço e, portanto, eu vou ter sustentabilidade. Se o meio ambiente não estiver pre-

sente, nada vai acontecer, como disse o Capobianco na resposta ao ex-governador Leonel Brizola. E o outro caminho é caminho de a gente fazer questões, por exemplo, em escolas, como o Virgílio mostrou e que também foi falado aqui anteriormente pelo colega senhor que falou sobre as escolas. Se a gente tiver escolas sustentáveis na demonstração de como elas podem ser sustentáveis, eu acho que isso, de imediato, já demonstra às crianças, aos pais, aos professores e todos aqueles outros que se relacionam com isso algo que seria importante para gente trazer.

Virgílio Viana: Eu me dei conta que, na fala da Maria Cecília, eu me esqueci de fazer o que os organizadores do evento tinham pedido, de falar um pouco de história de vida e instituição. Eu vou falar rapidinho. Eu estou na minha terceira vida, digamos assim. Tive uma vida acadêmica, 19 anos de professor na USP, Ph.D. em Harvard, todas essas coisas acadêmicas, e depois pedi demissão, virei secretário de estado de meio ambiente do Amazonas por cinco anos e, agora, nessa terceira fase, me dediquei a uma empreitada meio doida que é fazer uma fundação baseada no Amazonas, baseada em Manaus, e com pretensão de ser grande. Em cinco anos, a gente tornou a FAS, a Fundação Amazônia Sustentável, uma das duas ou três maiores ONGs brasileiras desse setor socioambiental. E é um desafio enorme, com todas as questões de gestão, auditorias, PWC e indicadores. É um desafio muito grande estar fora do eixo Rio-São Paulo e conseguir esse feito. E agora fechando essa correção, que não tinha feito essas observações antes, indo às duas perguntas.

Primeiro, a do Elias. Elias, esse é o *slogan* que nós tivemos como parte da minha vida no governo, de 2003 a 2008, como principal, porque até então o Amazonas vinha de uma política sob o paradigma do mato, que é que o permeia a história brasileira. "Acabar com o mato é bom, acabar com o mato é o que fez o progresso de São Paulo. Tirar toda a mata e plantar café". Então, essa expansão da fronteira agrícola está no imaginário do brasileiro como sendo bom. Não é por outra razão que as políticas todas, fundiária, de crédito, estimularam o desmatamento. Isso fez parte de uma concepção às vezes explícita, às vezes não explícita. O Amazonas tinha isso até 2002. Os governos faziam doação de motosserra para reproduzir o sucesso de São Paulo que gerou o caos da Mata Atlântica, que 90 porcento desapareceu. Então, o que nós fizemos foi uma política oposta, e o desmatamento despencou de 1600 para 400 quilômetros quadrados. Agora, é um desafio enorme

mudar paradigmas e o Amazonas é, grosso modo, dois mundos: Manaus é uma coisa, onde você está trabalhando, e o meio do mato é outra coisa. O que eu responderia para você é que, hoje, existem centenas de projetos fazendo isso: a floresta valer mais em pé do que derrubada. Alguns com grau bom de sucesso; outros com menos, mas existe muita coisa acontecendo, se você quiser depois se aprofundar nisso, terei o maior prazer.

E com relação ao Marcelo, a questão de educação para sustentabilidade é algo que também tem boas notícias. Cito só um exemplo: acabamos de fazer vestibular, pela primeira vez, só com ribeirinhos - só moradores de beira de rio fizeram esse vestibular. Cinquenta inscritos num curso de produção sustentável no meio da floresta. Isso está acontecendo, é uma parceria de diversas instituições. Então, têm boas iniciativas. Eu volto a enfatizar, eu acho que o Brasil precisa descobrir a Amazônia. O Brasil precisa ver que tem muita coisa acontecendo lá, e, ao chegar lá, se informar e interagir com as instituições que tem um certo acúmulo. Os desafios são enormes, mas tem muita coisa legal acontecendo que precisa ser apenas aprimorada e multiplicada.

Capobianco: Eu queria aproveitar a pergunta do Marcelo, considerando que a sua já foi respondida, eu concordo plenamente com tudo o que foi dito aqui, porque você tocou numa questão que eu acho muito interessante, que é uma tese que eu tenho defendido muito, principalmente frente aos filantropos potenciais colaboradores das estratégias que eu e meu grupo defendemos: essa questão de que você tem processos de longo prazo fundamentais, que tem que ser implementados, tem que ser desenvolvidos (a educação, por exemplo, é uma delas) é fundamental -, mas você precisa de ter outras ações que busquem reverter quadros dramáticos de degradação nesse processo. Você não pode apostar tudo num caminho. Eu me lembro, e voltando à minha tese inicial do risco que nós corremos como relação ao chamado "projetismo", eu vivi uma experiência muito concreta e muito traumática no estudo socioambiental quando nós desenvolvemos um programa que, para mim, era absolutamente óbvio e, completamente tranquilo, eu falei: "ah, esse programa aqui, a gente vai conseguir apoio enorme!". Por quê? Porque ele era um programa para proteção dos mananciais da cidade de São Paulo - Guarapiranga e Billings, principalmente. Poxa vida, isso é óbvio, né?! É absolutamente óbvio! Pois

bem, a verdade é que nós não conseguimos. Nós conseguimos financiamento internacional, num primeiro momento, e nós tínhamos previsto uma transição, mas não conseguimos aporte nacional. Nós conseguimos, e continuamos a conseguir, aportes para investimentos no Amazonas, em projetos no Vale do Ribeira, em projetos no ambiente natural. As pessoas parecem que não acreditam que exista algo relevante, "natural", a ser preservado no ambiente urbano. É uma coisa impressionante! Quando você trabalha a questão ambiental com os chamados filantropos, em geral, é quase que não consegue entender. Quer dizer, parece, é como se não existisse essa possibilidade. E esse programa não teve continuidade, um programa fundamental! Imagine, nós conseguimos reduzir o desmatamento na Amazônia, com políticas consistentes, de longo prazo. Agora que conseguiram reduzir em mais de 85 porcento o desmatamento da Amazônia, estamos tendo um crescimento acelerado e uma destruição dia a dia crescente das áreas que produzem água para a maior metrópole da América Latina. São questões que eu insisto: é necessário que isso esteja no radar das pessoas. As ações de curto prazo também são relevantes, mesmo que os resultados mensuráveis, no papel, sejam de difícil comprovação e acesso. Mas é um processo que você não pode parar sob o risco de não ter resultados concretos, nem no curto nem no longo prazo.

Aron Belinky: Para ser coerente, também não vou me alongar agora, só vou fazer dois convites que eu acho que vale a pena para quem tem interesse no que foi discutido aqui. Um sobre uma pesquisa que o Instituto Akatu publicou no começo desse ano que se chama "Rumo à Sociedade do Bem-Estar", ela tá disponível no site do Akatu e ela fala exatamente sobre a questão da sustentabilidade, a vida das pessoas, desmistificando de "a sustentabilidade lá no meio ambiente e eu na minha vida aqui". Ela explora isso: falar de sustentabilidade sem falar de sustentabilidade, falar de bem-viver, e que aí traz todo social. E o segundo convite, para quem tiver interesse e têm várias pessoas ligadas a empresas, é sobre um trabalho que o GVces, junto com a Childhood e com a GV Direito vão apresentar no pré-lançamento, no dia 8 de novembro, num almoço com a presença da rainha Sílvia da Suécia e do ministro Gilberto Carvalho, o trabalho sobre diretrizes empresariais para proteção integral a crianças e adolescentes no contexto de grandes empreendimentos. É engraçado que eu estou falando de crianças e adolescentes no painel de meio

ambiente, mas é exatamente, o interessante dessa metodologia, é discutir, frente ao empreendimento um território vulnerável nessa fronteira que nós estamos chegando, como o cuidado com crianças e adolescentes, como o cuidado com o futuro - visto não como uma coisa reparadora, mas como uma proposta estruturante de futuro, mobiliza o conjunto da sociedade para exatamente criar a infraestrutura que vai me permitir cuidar do meio ambiente, da governança, da democracia, da inclusão, e o meio ambiente é parte integrante disso.

SESSÃO PARALELA:

PARCERIAS NO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: EMPODERANDO COMUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Palestrantes:

Cloves Carvalho, diretor executivo, Instituto Votorantim

Francisco de Assis Oliveira Azevedo, diretor executivo, Instituto Camargo Corrêa

Robert N. Kaplan, presidente e CEO, Inter-American Foundation

Moderador:

Ricardo Henriques, superintendente, Instituto Unibanco

Ricardo Henriques: A riqueza dessa mesa é a existência de desenhos específicos frente a esse desafio de "como é que a gente pode pensar o empoderamento das

comunidades com foco na educação". Mas, algumas agendas transcendem inclusive a educação. Assim, o marco dessa discussão - e a gente pode trocar visão dessas experiências - é um dos grandes desafios que a gente tem no campo da filantropia e no campo social e educacional: a partir de uma construção de um espaço público, que não é só governamental, em que a filantropia e o setor privado são um ator, um player, junto com os governos e com a sociedade civil instaurada, com foco sobre as comunidades locais, como é que a gente consegue gerar bens públicos com capacidade de transformação efetiva?

Sabemos que, em geral, esse é um cenário que tem, entre tantos, dois elementos que dificultam muito esse tipo de ação. Do ponto de vista das ações públicas, em várias circunstâncias, em vários momentos, políticas que são fragmentadas, que são segmentadas e são sobrepostas e que em diversas situações não consideram o território como referência são analiticamente derivações de visões estratégicas das suas políticas programáticas consistentes, mas que não necessariamente olham para o território como referência. Muitas vezes, todas as políticas que incidem nesse território pouco conversam entre si, entre e intraesferas de governo.

Por um lado, isso tudo é certamente um desafio estrutural para qualquer agenda que queira dar conta desta pauta, mas, por outro lado, ainda há uma cultura, em vários momentos, de baixo poder de escuta, de vocalização dos atores nesse território. Então, quando passamos a olhar o território, temos duas grandes limitações estruturais: esta do ponto de vista da gestão do poder público, das suas várias esferas, e uma cultura institucional da sociedade brasileira, ou que tem a ver com governos, com o setor privado ou mesmo com a ação comunitária - mesmo da sociedade civil - de baixa escuta, sobretudo escuta qualificada, que não seja assembleísta e que não seja simplesmente reverencial. Ou seja, uma escuta crítica que gera tensionamentos e produz soluções. E acho que o maior desafio nesse processo que a gente está pensando no espaço público é a gente achar a justa medida da entrada do setor privado a partir da sua agenda da filantropia, da sua agenda de responsabilidade social em prol de melhorar a qualidade da educação – neste nosso caso - e, obviamente, garantir mobilidade social no contexto - que todos nós sabemos - é um contexto extremamente desafiador, que é a intensidade da desigualdade social que nós temos nesse país. Então, acho que o que a gente quer é ouvir as três experiências.

Cloves Carvalho: O que é a Parceria Votorantim pela Educação (PVE)? Apesar do Instituto sempre ter trabalhado no tema educação desde que foi fundado, principalmente em educação de jovens, a PVE - como a gente chama ela internamente - começou em 2008, há cinco anos. Na época, o grupo abraçou essa causa da mobilização pela educação, mais do que só educação, como parte de sua estratégia para o desenvolvimento dos locais onde ele atua. É uma iniciativa que visa contribuir com a melhoria da qualidade da educação e está embasada em três pilares. Acho que o mais forte é a mobilização social pela educação, que é o pilar em que você trabalha melhorando a qualidade da demanda da sociedade pela educação, provocando uma demanda de maior qualidade, e depois os pilares de apoio, o apoio às políticas públicas de educação e o apoio à gestão escolar, que você vai trabalhar o outro lado da balança, que é o lado da oferta. Você trabalhou a demanda, subiu a régua da demanda da sociedade, depois você trabalha, vai trabalhar a oferta para atender essa demanda. Então, essa é a base do que a gente chama de PVE, da Parceria Votorantim pela Educação. Ela acontece nos municípios onde nós temos operações ou onde estão na área de influência de nossas operações, e aí se vale de duas características muito importantes do grupo. O primeiro que é a capilaridade geográfica. O Grupo Votorantim está em trezentos municípios do país. Então, com essa capilaridade, você consegue atuar praticamente em todas as regiões. E a questão do compromisso social dos nossos empregados, é um grupo que tem 45 mil empregados, então tem muita gente, tem muito líder social natural que tem a capacidade de mobilização. Quando você junta essa capilaridade geográfica com a capacidade interna de mobilização, você pode ajudar muito a comunidade e é embasado nisso que a gente atua.

Nesses municípios, nessas áreas de influência, nós temos aí, nesses cinco anos de concreto já, quarenta municípios beneficiados em todas essas regiões onde o grupo atua no Brasil. Nesse ano de 2013, trabalhamos com 21 municípios. É um programa de três anos, a cada ano ele é renovado, é um compromisso que é renovado; é quase que uma avaliação ano a ano, se ele está indo bem, se merece ser renovado, se o poder público ou se a comunidade está satisfeita e se nós também, que estamos atuando, estamos satisfeitos. Isso vai sendo renovado. Então, nós estamos esse ano em 21 municípios, em 12 estados, bem esparramado, e mobilizamos todo mundo, todos os atores, desde os alunos ali do Ensino Básico, os educadores, os familiares, as comunidades, todos os gestores públicos, todos os atores envolvidos na questão da educação.

O fundamento da PVE, primeiro, é respeitar a especificidade local. Nós estamos em municípios extremamente diferentes um do outro, em regiões extremamente diferentes. Precisamos, mais que nunca, respeitar as especificidades, trabalhar com as pessoas locais. A questão de apoio à gestão pública é fundamental para otimizar esse alinhamento às políticas públicas. Nós não estamos inventando política nenhuma, nós estamos reforçando as políticas existentes. Esse é o foco. O Instituto tem, eu diria, até o privilégio de participar junto com o MEC de formulação de políticas, que é conhecer as prioridades do ano seguinte. Nós estamos falando esse ano ainda na alfabetização na idade certa, na questão da promoção da leitura, na questão da matemática no ano que vem, que são as políticas. Nós estamos juntos com o MEC, estamos fortalecendo isso. O meio primordial é a cooperação e não a doação; é a formação desses atores todos para que todos cooperem, todos colaborem; é a crença exatamente de que a educação é um compromisso, uma responsabilidade de todos, todo mundo que está envolvido ali naquela comunidade. Os grandes desafios têm sido exatamente como contribuir, como fazer disso uma ação que realmente traga resultado local sustentável, algo que vai fazer, vai trazer impacto, que está tendo uma interferência, auxiliar os gestores públicos municipais, até prepará-los para oferecer uma educação de melhor qualidade, porque você está trabalhando a demanda e você precisa trabalhar o gestor público para que ele possa atender essa demanda já melhor qualificada. Eu acho que valorizar a escola pública e os profissionais de educação é uma grande carência que nós temos no nosso país, assim como fortalecer a relação comunidade-família-escola, que é a base da educação e do sucesso, e engajar cada vez mais a comunidade, fortalecendo a demanda social por essa educação. Quando a gente fala em engajar a sociedade, a gente está engajando a própria empresa. Inclusive, os empregados estão participando, são os mobilizadores, são as gentes dessa ação como um todo.

Alguns dados a mais dessa parceria: quem participa, então, são todos, partindo do empregado-mobilizador. Nesse caso, a estratégia é: você identifica naquela operação da Votorantim os empregados que têm uma liderança natural e o amor pela causa da educação. Esse empregado é formado como um mobilizador, ele junto vai conhecendo a comunidade, vai ajudar a identificar líderes naturais que também têm amor pela causa, que podem ser preparados. Aí, se cria um grupo de mobilização e esse grupo, com o suporte de consultoria, com metodologia, cria planos de ação, de-

fine os objetivos e começa a trabalhar junto com o poder público. É nesse momento em que a gente começa a envolver a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação e a criar toda uma rede de proteção, de melhoria, desde a demanda até a oferta de educação naquela localidade. Então, gestores públicos, funcionários, familiares, diretores, professores, a imprensa local – que também ajuda muito -, as empresas – outras as empresas da região -, lideranças comunitárias e obviamente os pais e os alunos. Todos participam.

É um programa que trabalha a mobilização para que você melhore a demanda pela educação, para que você faça planos de melhoria, para que você envolva a comunidade, empodere a comunidade para pleitear algo melhor e você trabalha o poder público - seja o gestor local, seja a própria capacidade de gestão da educação das escolas para que ela possa atender essa demanda. A contribuição efetiva do Instituto é uma metodologia, capacitação, os instrumentos para que esses grupos funcionem e a sistematização dos resultados. E a gente trabalha também com consultoria técnicas que dão todo conhecimento técnico, dão suporte local, dão suporte remoto para que esses grupos possam funcionar, esses municípios todos aí esparramados no Brasil.

Como tem cinco anos, esse é um programa que já tem um pouquinho de história, ele já foi reconhecido em diversos fóruns, ele foi finalista do prêmio "Os Objetivos do Milênio", do Brasil, que é uma iniciativa do governo federal, apoiada pelo Bellucci, ele é certificado como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil, ele também foi destaque no Seminário Internacional de Mobilização Social pela Educação que foi realizado pelo MEC, é reconhecido com uma boa prática, praticada pela iniciativa lá do BISC, o Benchmarking de Investimento Social Corporativo, e ele foi vencedor do primeiro Premio Latinoamericano de Desarrollo de Base, em 2013 - acho que o Robert estava lá, na comissão julgadora, promovido pela Fundação Interamericana e pela Rede América.

Foi nos colocado um desafio de falar aqui de resultado e esse é o grande desafio realmente quando a gente fala dessa questão do investimento social. O que nós estamos falando aqui em termos de investimento, nós estamos falando de algo na casa de 2 milhões de reais por ano, que foi investido nesse programa, e cada vez esse é um desafio que nós temos, porque a demanda de investimento é crescente. Nós começamos investindo praticamente 25 mil de reais, 30 mil de reais por município e

hoje em dia já se necessita investir 150 mil de reais por município quando vai fazer o programa, porque a demanda está cada vez mais qualificada. E a gente sempre focou muito resultados, que acabavam sendo resultados do processo como quantidade de pessoas participantes. No ano de 2013, por exemplo, no primeiro semestre, nós tivemos 100 porcento de adesão dos municípios, nós tivemos 200 reuniões realizadas com um terço delas, o secretário de educação do município fazia parte (então, o Poder Público estava envolvido, o que é fundamental), planos de ações com duas mil participações - desses planos, nós temos mais de duzentas ações listadas - 15 municípios destes fizeram diagnóstico sobre o cenário de alfabetização no município; nós tivemos 16 municípios realizando a famosa Provinha Brasil para medir a avaliação da qualidade. Mas isso tudo nos incomodava, porque nós também patrocinamos o tal do concurso "Tempos de Escola" de redações. Nós conseguimos juntar mais de quatro mil redações esse ano. Mas o que o mais nos incomoda é medir realmente o impacto disso no longo prazo. Nós estamos terminando um estudo - breve, breve nós estamos divulgando o resultado -, com o apoio de uma parceira externa, onde nós estamos medindo o impacto nesses municípios que nós temos algum impacto no IDEB, o que aconteceu com o IDEB desse município quando a gente compara o princípio do programa em 2007 com 2011. Depois, nós temos algumas notícias boas para compartilhar com vocês.

Francisco de Assis Azevedo: acho que nós temos três questões relevantes que passam por essa mesa. Uma é a questão do tema central do fórum, que é o poder transformador do investimento social, depois, a questão de empoderamento das comunidades focadas, é claro, na educação. Então, empoderamento das comunidades, da educação, e o poder de transformação do investimento social.

Eu vou relatar a experiência do Instituto Camargo Corrêa, que eu acho que essas três questões estão diretamente ligadas ao momento do Instituto Camargo Corrêa. Como já foi falado no debate anterior, a questão do investimento social privado, ele tem mais ou menos três formas, ou é o investimento individual ou investimento familiar ou o que a gente chama de investimento corporativo, e eles são diferentes. No Brasil, especialmente, o investimento social corporativo, como ele é financiado de uma forma diferente, por exemplo, de Europa e Estados Unidos, é um exercício permanente estar, a todo tempo, demonstrando que o investimento social corporativo

tem que ser importante para sociedade, mas que ele é também importante para o negócio – porque, se não for percebido pela empresa como uma questão importante também para o negócio, a tendência é de que esse recurso vá cada vez diminuindo. E, ao contrário, uma empresa que percebe valor no investimento social - estou dizendo empresa, questão corporativa, não estou dizendo família e nem indivíduo, porque cada um tem as suas motivações para fazer o investimento social. - o que a gente observa é uma tendência de um alinhamento cada vez maior dos institutos e fundações empresariais fazer um alinhamento entre seu investimento social e também o negócio, que é o caminho que a gente está trilhando também na Camargo Corrêa.

Então, a gente começou esse novo modelo de atuação, ele teve início em 2007. A gente tem pouco mais de seis anos que está atuando dessa forma. Ele começou primeiro, foi um estudo feito por uma auditoria externa que apontou que realmente precisava trabalhar um pouco mais nesse sentido do alinhamento. Então, a gente começou a trabalhar primeiro um conjunto de crenças e valores que são a base para o investimento social do Grupo Camargo Corrêa. E dentre essas crenças e valores principalmente ligadas à questão da educação, uma que eu acho que é fundamental é a crença de que um investimento social privado é mais eficaz se alinhado a uma política pública. Então, acho que isso é fundamental. Dentre outras crenças, é que, tão importante quanto o recurso financeiro é a empresa colocar a serviço das causas sociais abraçadas por ela e por seu instituto a sua rede de relacionamento. Isso faz uma diferença muito grande. E outra questão que é um desafio, eu acho, para nós e para as empresas brasileiras, em geral, é a questão que o Cloves colocou: a Votorantim entende que tem que estar mais alinhada, tanto que foi lá na empresa, buscou alguém do negócio para poder conduzir o Instituto, para buscar maior aproximação -, então, o grande desafio é como a gente faz para que as empresas realmente incorporem as questões ligadas ao investimento social, é esse relacionamento com a comunidade. Porque, até então, os institutos e fundações são chamados braços sociais, eles executam a tarefa social enquanto a empresa vai fazer o seu negócio - se é produzir cimento, a empresa vai produzir cimento, e o instituto ou a fundação vai fazer a questão social. Mas como é que a gente faz para que isso acabe, que isso seja junto, para que a empresa se envolva também com o instituto ou a fundação no investimento social privado? O desenho que foi feito para isso foi primeiro ter um conjunto de crenças e valores, eu citei algumas aqui, e depois se definiu que o

território de atuação deve ser o território onde há presença de empresas do grupo. E é natural, porque "ah, mas têm tantas outras demandas e necessidades!", mas não é justo que uma comunidade que sofre impacto direto de uma empresa não seja atendida, e você vai atender outras comunidades. Claro que todas precisam, mas os recursos são limitados. Então, você tem que ter um foco territorial. E outra questão foi "que programas a gente vai fazer?", porque aí a gente teve que pensar um modelo de programa que ele não fosse aberto demais, para não dispersar os recursos, e nem fechado demais, para não engessar o investimento social, porque o grupo atua em todas as cinco regiões do país e são empresas muito diferentes e regiões com realidades muito diferentes. Foi então que se desenvolveu três programas, que chamamos de programas estruturantes: Infância Ideal, Escola Ideal e Futuro Ideal - um trabalha a primeira infância, o outro a educação e o outro geração de trabalho e renda -, e um quarto programa que chama-se "Ideal Voluntário". É o estímulo à ação cidadã dos funcionários do grupo.

Focando diretamente, em relação ao programa Escola Ideal, que é o motivo assim da discussão aqui hoje, como é que a gente faz para envolver a empresa e envolver a comunidade nessas causas do instituto, que na verdade não são do instituto, são do grupo? A gente criou, em cada unidade de negócio, o que a gente chama de CIVICO, é Comitê de Incentivo ao Voluntariado e Interação com a Comunidade. Esse é um grupo de profissionais que trabalham como uma extensão do instituto naquela localidade, não é full-time, mas eles dedicam parte do tempo deles a esse projeto, aos projetos sociais. Então, eles incorporam valores, eles atuam diretamente junto ao instituto nos projetos sociais. É uma forma que a gente encontrou de a empresa se apropriar e se envolver mais com as questões.

Em relação à comunidade, a gente cria o que a gente chama de CDC, Comitê de Desenvolvimento Comunitário, formado por lideranças da comunidade. Então, CDC e CIVICO, juntos, é que dão suporte para que o investimento social aconteça lá na ponta. Em relação à educação, ao programa Escola Ideal, nós trabalhamos com a rede pública municipal, porque, em geral, a maioria absoluta dos municípios onde a empresa atua, são mais de cinquenta, mas são municípios de pequeno e médio porte, com raras exceções. É mais fácil se trabalhar a questão da educação pública em toda a rede pública municipal. Então, nós só atuamos se houver interesse e parceria com o poder público, com a Secretaria de Educação, se não houver,

não tem nem como trabalhar, porque nós não temos capacidade nem poder para chegar e entrar numa escola pública e atuar.

A primeira coisa que tem que se fazer é convencer a Secretaria da importância da parceria, e isso é fundamental. Isso não tem sido tarefa muito difícil. Aí a gente faz um diagnóstico sobre a situação da rede pública. Inspirados até nos indicadores Ethos, a gente criou os indicadores de gestão para Escola Ideal com um grupo de especialistas, que nos ajudou a pensar os indicadores de profundidade, binários e os quantitativos. Então, com base nesse diagnóstico, a gente devolve para cada escola como é que ela está em relação às demais escolas do município e entregamos à Secretaria um consolidado daquele município. Isso, por si só, as secretarias entendem que já têm sido uma contribuição significativa para elas, porque as ajuda a pensar o seu plano de ação. Depois desse diagnóstico, a gente se reúne com todos os diretores das escolas públicas, com a Secretaria de Educação, e juntos eles definem quais são as prioridades de atuação naquele município. É desnecessário identificar prioridades na educação. Todos nós sabemos o que é prioritário. Mas a importância é pedagógica, é uma importância de definir com eles a prioridade, porque eles vão dizer "Puxa vida, nós é que dissemos que é importante melhorar a qualidade da gestão. Nós é que dissemos que precisamos melhorar a rede pública, a rede física, nós é que dissemos que precisa melhorar a capacitação dos professores." Então, tem uma questão importante nesse diagnóstico. Aí, depois das prioridades identificadas, a gente busca no país onde tem uma boa prática, leva até eles, identifica um parceiro operador e assim a gente busca. O poder público também atua junto com a gente, desenha o projeto e, é claro, ele é financiado, implementado e monitorado, com os resultados. Então, em linhas gerais, essa é um pouco da história e da forma de atuação do Grupo Camargo Corrêa.

Robert N. Kaplan: A Fundação Interamericana é uma agência do governo dos Estados Unidos dedicada há mais de quarenta anos a apoiar comunidades com investimento em desenvolvimento de base. Nós entendemos desenvolvimento de base como o ato de facilitar que as comunidades locais, os grupos comunitários locais, possam realizar as suas próprias iniciativas. Nós respondemos às propostas que eles mandam a nós. Nosso modelo é analisar o que eles estão fazendo para realizar iniciativa e buscar fechar brechas entre o que eles têm mesmo e o que eles poderiam

mobilizar localmente e o que custa a iniciativa. Então, não é um enfoque em educação. Não temos um enfoque específico em educação, senão empoderar a atividade cidadã em seu habito local. Sempre estamos procurando parcerias neste esforço e tratando de vincular as comunidades onde estamos trabalhando com outros que estão com interesse em financiar. E, neste sentido, é muito importante a atuação do setor empresarial, o setor privado, e o governo local.

Atualmente, aqui no Brasil, estamos apoiando mais ou menos 30 iniciativas locais, em 15 estados, mas mantemos relações com muito mais grupos que mantínhamos no passado, porque parte de nossa metodologia de trabalho é também manter a rede de grupos comunitários com quem temos trabalhado, porque encontramos que não é somente dinheiro que é necessário para possibilitar a atuação local, senão também o intercâmbio das pessoas de uma parte do Brasil a outra, ou de grupos locais do Brasil e de outras partes da América Latina. Então, vemos nosso papel de facilitar esse tipo de intercâmbio e possibilitá-lo.

Agora, eu disse que não temos um enfoque especial sobre educação, mas, sim, temos um enfoque em construir capacidades. Tudo o que fazemos é visado a ampliar as capacidades dos grupos locais. Muitas vezes, as proposta que chegam a nós, e aqui em Brasil chegam, mais ou menos, duzentos pedidos cada ano, e nós financiamos a mínima parte disso. Então, sempre estamos procurando parcerias para atender a esta demanda, mas grande parte de o que estão pedindo é treinamento, temas de produção, de comercialização, de lideranças. Então, temos um enfoque muito forte em capacitação.

Agora, o tema deste painel é educação e, embora não tenhamos um enfoque nesta área, a educação é, sim, parte importante do que precisa para ter uma comunidade próspera e dinâmica. Então, há um grande número de grupos que apoiamos, que também incluem parcerias com a escola. É parte da problemática das comunidades onde estão atuando. Posso citar alguns exemplos que temos apoiado nos últimos anos. Uma iniciativa numa cidade pequena, no Paraná, onde há jovens infratores, pequenos infratores, que o grupo está tratando de reenvolvê-los na própria escola, para ter sucesso dentro da escola, dentro do colégio, e tem uma parceria com negócios locais para promover estágios para eles. Este tem a atenção de voltar à vida desses jovens que têm cometido erros e trazê-los de volta graduados do colégio. Grande parte deles, depois do estágio, consegue trabalho na mesma empresa local. É

uma clara interação entre sociedade civil, a escola, o governo público local e também a empresa local. Há outros exemplos. Um exemplo que visitei antes dessa semana, no Distrito Federal, numa cidade-satélite chamada Recanto das Emas, onde o grupo que estamos apoiando é uma associação de mulheres vítimas de violência doméstica e o que eles pediam apoio é para uma pequena empresa comunitária de costura de roupas e comercializar roupas finas e massivas. Parte do que elas enfrentavam era que não tinham onde deixar os meninos menores durante a hora de trabalho. Então, estamos também apoiando com uma pequena sala de ensino dos meninos, de pós-escola, do mesmo local onde estão as mulheres. E está havendo sucessos também no rendimento escolar desses mesmos meninos, e obviamente na tranquilidade das mulheres.

O ponto final é que, embora que nós não tenhamos um enfoque específico na educação, não tenha dúvida nenhuma de que a educação é fundamental para a vida das comunidades. As escolas, sim, são parte fundamental e devem participar, devem ser um enfoque, mas não podem resolver a situação da educação sozinhas. Precisa do apoio das empresas e grupos da sociedade civil. Há vários outros casos distintos. Esses dois eram simplesmente para enfrentar esses temas. Nossa experiência também mostra que é importante que o investimento social não somente tende a construir capacidade, senão também respaldar as mesmas iniciativas locais. Estava ouvindo estes cursos, esta manhã, como muito entusiasmo da energia, da paixão que muitos investidores sociais, mas também sinto uma pequena preocupação pessoal, que é muito fácil, sendo investidor social com paixão por tema que está procurando, de fazer tudo para os beneficiários. E se esta é a forma de atuar, este poderia até ter o efeito inverso, que o beneficiário seja simplesmente um passivo, receptor de paternalismo de pessoas e empresas com boas intenções. Mas é importante também construir desde baixo as capacidades das mesmas comunidades para atuar como protagonistas no seu próprio meio.

Ângela, Fundação Vitor Civita: Eu acho genial ouvir o que está sendo dito aí, principalmente em relação ao alinhamento com as políticas públicas, e na área de educação é um grande desafio a ser vencido aqui no Brasil. Eu queria ouvir um pouquinho dessa experiência diante de que municipalmente talvez haja um pouco mais de orientação, porque é o sistema mais hierárquico que a

gente tem. Mas, com menor organização no sentido de orientação, temos um plano nacional que ainda está para ser aprovado há três anos, como é que é essa costura com a política pública local?

Janaína Jatobá, Instituto C&A: A gente tem vivenciado, na verdade, esse movimento da aproximação, do corporativo com o investimento social privado, a partir da criação das áreas de sustentabilidade das organizações. Mas também no nosso contexto a gente está trazendo um tema que se chama cultura de doação, e na cultura de doação, a gente tem tentado trazer a importância do fortalecimento da sociedade civil e de fortalecê-la enquanto protagonista da transformação social. O que a gente tem visto é que talvez essa aproximação da área de sustentabilidade com o investimento social privado tem trazido as organizações sociais para junto, mas tem trazido como operadoras. Então, assim, fica então a preocupação de como é que tá essa relação. Ela deixa de ser protagonista ou a sua capacidade de protagonista diminui bastante? E quem passa a ser protagonista ao investidor social privado? Essa pergunta, então é um pouco para refletir como é que esses dois movimentos que tão no nosso contexto estão impactando a sociedade civil.

Paulo Itacarambi, Instituto Ethos: Uma pergunta que eu sempre me faço, e gostaria de fazer para vocês é: como é que a gente consegue que as diversas empresas e institutos e organizações que investem na educação, que é onde tem o maior investimento social privado, podem atuar junto, tentando potencializar pelo menos alguns casos e mostrar o caminho?

Paula Galeano, Fundação Tide Setubal: A minha pergunta acho que complementa a dele, mas direcionada ao Instituto Votorantim, bem específica. Nós atuamos na zona leste, em São Miguel Paulista, e eu queria ouvir um pouquinho quais são as ações específicas de educação naquela região, até para saber se a gente pode contribuir, que é um foco da fundação também.

Maria Elena Johannpeter, Parceiros Voluntários: Por já estar há muitos anos trabalhando com esse terceiro setor, sociedade civil organizada, embora en-

tenda que a empresa tenha o seu foco, o seu interesse, ligado ao seu negócio, minha preocupação sempre é a existência de localidades, com grandes necessidades e que não tenham grandes empresas ali. Como fica o desenvolvimento local, social se nós estamos falando em investimento social, quer dizer, algo maior que ultrapassa redutos onde a empresa está localizada? Entendo que a empresa goste disso, e dentro da visão de que eu tenho que ter resultado daquilo que eu faço direto ao meu negócio, entendo esse lado, mas fico me preocupando e me perguntando: quem pensa no todo, então? E se a empresa trabalha sozinha, também indo ao encontro do que o Paulo falou, por que não unir esforços, saindo dessa regra de administração, que a empresa faz tudo sozinha, e passar a fazer todos juntos, que o recurso seria otimizado e a experiência de uma empresa poderia ser ampliada para outros. Então, busca de parcerias também no social, uma vez que no negócio não é feito parceria, né? É retorno do capital investido. Mas acho que o social não tem essa lógica.

Robert N. Kaplan: Acho que o que eu queria dizer, com resposta à coordenação, é exatamente isso: que tem que ver com o empoderamento. Quem deve, no nosso ponto de vista, coordenar são as próprias comunidades locais. Na nossa atuação, sempre têm vários envolvidos nas iniciativas locais que apoiamos, e quem coordena isso são os grupos locais - há participação de empresas grandes, às vezes, há participação de instâncias do governo federal, por dizer, pode também ter apoio do governo municipal - e, depois, ao longo da relação que mantemos com esse grupo, procuramos outras parcerias. Mas acho que buscar coordenar desde cima para baixo é muito mais complicado que do mesmo local que deve ter ação. E, nesse sentido também, acho que o costume de doar tem quer ser também cambiado a um costume de atuar na base, e essa é a reflexão que fiz ao princípio, que simplesmente fazer em vez de, ou para que melhora o ensino, debilita. Poderia debilitar a própria possibilidade de atuar junto com a sociedade, e não cria uma capacidade de cidadania que é importante, para mais a longo prazo, que não poderia ser no horizonte imediato de um investidor social.

Francisco de Assis Azevedo: Bom, começando então pela pergunta da Ângela. Como é que a gente faz no caso? A gente procura a Secretaria Municipal de Educação e normalmente o que eles pedem, como primeira prioridade, é traba-

lhar a questão da gestão escolar - a gestão no seu sentido mais amplo, eu não estou falando a gestão do diretor da escola, que vai cuidar só. Estou falando da gestão como um todo. E aí a gente tem um parceiro, no caso a Fundação Pitágoras, que tem um programa que se chama Sistema de Gestão Integrado, que a primeira coisa que ele faz é conhecer o projeto pedagógico ali daquele município, para ver o que ele tem, como é que ele trabalha isso. Se tem, pelo menos de uma forma mais consistente, vamos dizer assim. E, a partir daí, é que é feito todo um acompanhamento com a secretaria e com os diretores, para que a gente não chegue impondo. Essa questão que o Robert colocou, que é importante você: o jeito de fazer faz diferença: fazer com eles, e não fazer para eles; quem vem de cima para baixo faz. Então, tudo isso é construído coletivamente, respeitando o que ele já tem e procurando aprimorar todos os processos que eles normalmente já desenvolvem. Essa é uma forma que a gente procura nesse alinhamento com política pública. E a gente explica a eles que isso não é projeto da Camargo Corrêa, não é projeto do instituto, é um projeto deles! Que se isso não for do projeto da Secretaria, ele não vai funcionar. E não funciona mesmo! Ele tem que ser um projeto da Secretaria.

Alguém que falou sobre o esvaziamento das ONGs através do investimento social privado. Eu acho que tem uma discussão..., às vezes uma percepção de que quando se cria um instituto ou uma fundação empresarial, ele vai ocupar o lugar das ONGs, ele vai esvaziar essas ONGs, ele vai competir com recursos dessas ONGs. Só que, na verdade, eu vejo que é, pelo menos no nosso caso, completamente o oposto disso. Por quê? O nosso jeito de fazer investimento social é com parceiros operadores, que são organizações da sociedade civil. Então, hoje, por exemplo, nós temos mais de cinquenta organizações sociais - ONGs parceiras - que recebem recursos para poder desenvolver os projetos que são seus, mas são também nossos e são da comunidade, são projetos coletivos. Agora, nessa questão realmente das ONGs, vai depender do foco de atuação do instituto. No nosso caso, que é infância, educação e geração de renda, é claro que os parceiros que a gente opera e financia são parceiros que atuam nessa área e a gente procura fortalecer cada vez mais também esses parceiros operadores.

A questão que a Maria Elena levantou de pequenas localidades, eu concordo realmente que existem pequenas localidades que não têm empresas. E aí, como

é que faz? Não vamos ter desenvolvimento comunitário? Bom, aí eu acho que a questão que a gente precisa, pelo menos no nosso entendimento. é que a gente não pode ocupar o lugar do poder público. Isso é papel do poder público. O investimento social tem que ser um papel complementar, ele é um investimento voluntário e ele tem limite. O volume de recursos é limitado. Então, não dá para você fazer isso: "eu vou atuar numa comunidade distante, que eu não tenho nenhum relacionamento com eles, eu vou atuar lá porque eles precisam." No entanto, eu tenho uma fábrica de cimento que interfere na vida de uma comunidade aqui e, sei lá, em vinte cidades, não sei quantas cidades. Como é que eu faço? Eu vou para lá ou vou para cá? Eu acho que a tendência natural e, talvez, creio eu, legítima, é você atuar prioritariamente em comunidades onde você se insere. É claro que não impede você de atuar em outras comunidades, mas eu acho que é uma tendência um pouco natural e cabe ao governo, sim, cumprir essas responsabilidades maiores e fazer o desenvolvimento chegar em todas as comunidades.

A questão que o Paulo coloca, realmente, é um belo de um desafio. Quer dizer, e aí, cada um olhando para o seu umbigo, cada um fazendo a sua coisinha? Se fizesse junto, o poder de transformação eu acho que seria muito maior. Mas, Paulo, eu acho assim: eu vejo alguma coisa caminhando nesse sentido. Então, por exemplo, nós temos parcerias com outros institutos e fundações empresariais para determinados projetos, então a gente - um exemplo claro que eu estava falando agora há pouco, a gente está fazendo um trabalho no programa infância ideal que chama-se "Semana do bebê" - o foco é a primeira infância -, mas aí tem a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal que só faz isso, e já faz isso há muito tempo. Então a gente foi procurá-la, falamos: "Gente, vamos fazer juntos um trabalho nessa área com base na experiência de vocês?". Então, eu acho que precisa sim ter mais essa abertura e as empresas precisam conversar mais umas com as outras. Eu acho que isso é fundamental e potencializa muito mais os resultados, porque os resultados vêm mais rápido, há um custo menor e com muito mais qualidade, quando você junta várias organizações que conhecem daquele tema. Então, eu acho que esse é um belo desafio, mas não sei quem que seria o grande regente dessa orquestra. Eu acho que as iniciativas individuais das empresas podem ter um resultado, mas talvez se tivesse alguém regendo isso aí e provocando, os resultados poderiam ser mais rápidos.

Cloves Carvalho: é bom falar por último que a gente já pega carona em um monte de resposta que o Francisco já deu aqui. Complementando essa resposta para o Paulo, eu acho que a atuação de um instituto ou de uma fundação nunca é isolada num tema só, são vários temas que a gente tem atuado e com várias parcerias. E acho que um tema que está nos motivando bastante lá é uma parceria que a gente tem com o BNDES, que a gente chama de um Programa de Apoio à Gestão Pública, que é um programa de empoderar as prefeituras, desde a modernização da prefeitura até arrumar toda aquela casa, modernizar, fazer todos os planos que por lei eles teriam que fazer e não conseguem fazer por não ter capacitação, e até chegar depois a um estágio posterior que são os projetos executivos, os projetos de engenharia, para acessar verbas federais que eles nunca imaginavam que poderiam acessar e não teriam condição de acessar. Eu acho que essas parcerias, estão não só promovendo a melhoria desse poder público, mas elas estão nos levando também a aproximar de outras empresas, de outros parceiros. Quando a gente foi aproximar, por exemplo, de um município em Goiás, Niquelândia e Barro Alto, que a gente estava abrindo uma operação nova, a Anglo American já estava lá. Então, nós não fizemos nada no local, nós nos aproximamos da Anglo American, trouxemos ela junto para o acordo com o BNDES e estamos fazendo em conjunto. Eu acho que existe essa abertura que o Francisco estava comentando, existe essa abertura para se fazer parceria. Basta casar, basta alinhar os objetivos, basta alinhar onde a gente quer chegar. E, de maneira nenhuma, acho que o foco tem sido, e tem que ser sempre, fortalecer o poder público, fortalecer as políticas públicas; a comunidade tem que ser o protagonista. Nós estamos ali como a capacidade de articulação. O que a gente fala é que a empresa não pode abrir mão da capacidade de articulação, que eu acho que é o bem maior que ela pode levar para aquela comunidade. Quando uma prefeitura vai convocar uma reunião, que vai convocar esse ator, esse, esse e esse, três ou quatro vão, os outros não vão. Quando a empresa convoca, vai todo mundo, articula todo mundo. Então, essa capacidade de articulação que tem que estar a serviço daquela comunidade para fazer com que o poder público possa exercer o seu papel, se capacitar melhor e chegar no resultado que a gente deve e precisa chegar. Aí, é a questão da mobilização, e quando a gente fala de mobilização, as ONGs - eu concordo com Francisco, assino embaixo -, elas

não são nossos concorrentes, elas são nossos fornecedores, nossos parceiros. A maioria dos trabalhos que a gente faz e executa, a gente faz através da sociedade civil, faz através dessas organizações, porque nós precisamos de gente que esteja lá, que esteja junto, que conheça, que está vivendo aquela realidade local. É difícil essa questão das localidades onde a gente não tem atuação, como a Maria Elena estava comentando. Realmente é complicado, porque os recursos são finitos e, no estudo estratégico que a gente fez, uma das dificuldades do Grupo Votorantim é que a gente estava atuando em municípios demais, quase trezentos municípios, com um ticket médio muito baixo, e essa capacidade de impacto era muito pequena. Então, se você não fizer, "Peraí, vamos ver quem mais precisa, onde mais a gente tem capacidade de impactar... vamos priorizar", você não consegue chegar a um bom resultado. Então, temos um trabalho aí a fazer. Eu acho que, hoje em dia, o principal ponto que a gente tem ajudado nessas comunidades onde nós não estamos atuando é o exemplo. Compartilhar do exemplo com outras empresas, outras organizações, outras pessoas que podem ajudar mesmo aquelas comunidades onde a gente não está operando.

Especificamente a pergunta sobre São Miguel Paulista, a Parceria Votorantim pela Educação, a gente elege alguns municípios. São os municípios, vamos dizer assim, priorizados, e essa prioridade está vindo das operações que estão lá na ponta. São Miguel não está priorizada para especificamente essa parceria, talvez porque ela já está num estado bem mais avançado que outros municípios que a gente tem e que são bem mais carentes. Mas já há algum tempo, a gente já tem lá em São Miguel um programa de inserção no trabalho, de formação de jovens para inserção no trabalho, que eu creio que pode ser um caminho, sim, para uma parceria, uma atuação social ali na região, que a gente sabe também que, apesar de ser mais desenvolvida que outras, ainda tem suas carências.

Ricardo Henriques: Bem, pequena observação das perguntas, sobretudo, as quatro específicas, Ângela, Janaína, Maria Elena e Paula, trouxeram talvez o ponto que costura o tema todo, que é a ideia do compartilhar, do fazer com, que é vital para todas parcerias do investimento social privado, tanto nas esferas públicas como, talvez, o que foi alertado, entre os vários atores do setor privado e, sobretudo, como os atores da sociedade civil e como as comunidades locais. Este

efeito de substituição, que está meio colocado aqui, que é como é que a gente mantém foco para ser efetivo, impactante, mas não substituir a comunidade local, não substituir uma ONG que tem história, que está trabalhando dentro, e a gente conseguir compartilhar isso com a coerência, evidentemente, de que tem resposta democrática após uma eleição, que é o poder público instituído. Então, está na base desse nosso desafio. É evidente que as experiências não foram à toa, acho que o IDIS escolheu as duas experiências privadas que estão colocadas aqui por que elas têm muito resultado, mas para reflexão como um todo no campo do Congresso, essa ideia de como fazer com o outro, compartilhar entre nós que estamos aqui mas, com a comunidade, é algo que deve estar no DNA dessa discussão e se a gente conseguir tratar dessa questão desde o começo, a gente tem muito a aprender com cada um e com todos ao mesmo tempo.

SESSÃO PARALELA

AVALIANDO O IMPACTO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Palestrantes:

Lisa Jordan, diretora executiva, Bernard van Leer Foundation
Felipe Medina, presidente do Conselho, Transforming Philanthropy Initiative
Eduardo Marino, gerente da Área de Avaliação e Pesquisa, FMCSV

Moderador:

John Low, presidente-executivo, Charities Aid Foundation (CAF)

John Low: Há 10 anos, quando se falava em medir o impacto, a maioria das pessoas achava que era muito difícil de ser feito. Em 2001, quando eu estava em uma grande organização na Grã-Bretanha, em um trabalho com surdos e com pessoas com dificuldade de audição, tentamos produzir um relatório de impacto. Nós colocamos muito esforço para tentar dizer às pessoas o impacto que estávamos tendo para medir a eficácia de nossa organização. Muita gente admirava o que fizemos, mas quando eu olho para isso hoje parece muito básico, muito bruto. A mensuração do impacto do investimento social não é algo trivial, não é algo que você pode esconder

e não se preocupar. A crise econômica, a falta de confiança do público nas empresas, a necessidade de fazer muito mais com menos recursos e o desenvolvimento de uma gama de ferramentas para impactar a medição, tudo isso tem levado essa questão adiante e a colocado na lista de prioridades - tanto que temos uma sessão inteira sobre isso nesta conferência.

A medição do impacto social está crescendo no campo de pesquisa, consultoria e tomada de decisão, com o objetivo de melhorar a forma como tomamos decisões e alocamos recursos humanos, financeiros e físicos. A partir do final dos anos 90 em diante, muitos métodos foram desenvolvidos e estão sendo usados para medir e avaliar o impacto social. Isso inclui medidas qualitativas, onde você tem números e medidas quantitativas, e onde você tem algum tipo de descritor do impacto que você teve. Algumas pessoas usam mecanismos internos, que são aqueles que defendiam fortemente avaliações externas credenciadas universais. Esta é uma indústria nova e crescente, uma profissão nova e crescente. É algo que está aparecendo agora para doadores, para as ONGs, para os governos, que estão todos com o objetivo de alcançar o impacto social, a importância de medir como os programas são eficazes, se o dinheiro está sendo bem utilizado, se ele está produzindo o resultado é realmente importante. Será que realmente fizemos uma mudança significativa e positiva em ambientes econômicos, sociais e culturais ou condições políticas, como resultado de nossas ações? Isso é o que vamos debater aqui nesta manhã. Temos um painel de especialistas em quem vamos confiar. Sem pressão, esperamos nada menos que performances excepcionais nesta manhã.

Lisa Jordan: Muitos anos atrás, Bernard van Leer, que está sendo mostrado na tela atrás de mim, disse que, para ganhar dinheiro, você precisa ser muito inteligente, mas, para gastar o dinheiro com consciência, você tem que ser sábio. Estou certa de que há um grande número de pessoas inteligentes na sala. O que eu estou tentando descobrir é como ser sábio e a avaliação é uma ferramenta para a sabedoria. É uma ferramenta que nos ajuda a entender como aprender. Ela responde a uma questão muito fundamental, que é: o seu investimento realmente está funcionando? Esta é uma questão que, em qualquer indústria, você iria descobrir como respondê-la, pois você quer saber quais são as métricas em torno de seus investimentos. Isto é a avaliação em si. Para nós, é sobre o nosso impacto. A Fundação Bernard van Leer

existe há 60 anos e tem trabalhado no Brasil nos últimos 30 anos. É uma filantropia muito madura e destina uma grande quantidade de investimento ativo neste país em um novo campo, que é tentar reduzir a quantidade de violência que os jovens estão enfrentando, e em um campo muito mais maduro, que envolve a aprendizagem e a existência e a qualidade de serviços disponíveis para as crianças. Então, estamos preocupados com a maneira em que vamos para a frente, para determinar se os nossos recursos, muito limitados, estão sendo empregados da melhor maneira possível, e qual o benefício para o nosso recurso mais precioso, que são as nossas crianças.

Provavelmente, somos uma fundação líder no mundo em termos dos tipos de teorias de mudança que desenvolvemos, dos tipos de indicadores de progresso que usamos. Eu costumo fazer uma série de oficinas na Europa sobre como avaliar os programas. Se pudermos colocar o próximo slide, vocês vão ver que este tema não é muito popular na Europa. Na verdade, não é muito popular em lugar algum fora dos EUA e do Reino Unido, onde existem abordagens mais obrigatórias para impactar avaliações. Assim, a forma que nós encontramos para torná-lo popular é fazendo piada. Esta é uma das perguntas de uma pesquisa em que eu perguntei para um número de instituições filantrópicas da Europa: quando o chefe diz que quer uma avaliação, significa que o programa está em perigo? O programa está prestes a ser declarado um sucesso extraordinário e você precisa de tabelas e gráficos para provar isso, ou ela nunca ouviu falar do programa? Qual destas respostas? Muitas das fundações europeias não fazem avaliações, infelizmente. Pedimos para as fundações europeias entender o impacto do projeto ou programa. "Você está disposto a ler um relatório gigante como os que muitas vezes produzimos, ou prefere assistir a um filme no Youtube, ou procurar as respostas nas estrelas?" As instituições filantrópicas europeias tiveram uma grande discussão sobre a resposta real a esta pergunta. Acontece que menos de 50 porcento das fundações europeias fazem qualquer forma de avaliação que seja. Nós estamos jogando dinheiro fora e, quando o dinheiro, que é tão orientado para o risco, não é avaliado, não somos responsáveis pelos resultados que estamos criando neste mundo com os recursos limitados que temos.

Eu quero falar um pouco sobre por que comprometemos tanto a avaliação e uma série de pesquisas de base, por que você tem que fazer uma pesquisa de linha de base a fim de compreender o impacto que você quer ter. Uma das razões pela qual fazemos isso é porque estamos interessados em construir relacionamentos.

Outra razão é porque estamos interessados em alavancar nosso investimento em convencer os outros governos, predominantemente, da importância de investir em crianças pequenas e para demonstrar maneiras como você pode investir em crianças pequenas. O último, é claro, é que nós queremos saber o impacto do nosso trabalho. Além disso, quando estamos falando de sustentabilidade, é preciso entender se os investimentos que estamos fazendo são sustentáveis e a única maneira de descobrir se eles são, é através de avaliações. Se queremos dimensionar um programa, é preciso ser capaz de dizer a alguém qual é o custo do programa por minuto, quanto custa para investir em uma criança, de modo que resultados de aprendizagem de uma criança, ou os resultados de saúde dessa criança sejam maiores no futuro. Os governos precisam saber esse tipo de informação e os parceiros precisam saber desse tipo de informação.

Esta manhã, no último painel, ouvimos alguns dos mitos sobre a avaliação. Eu não sei se os oradores estão aqui, mas um dos mitos que foram articulados foi que as ONGs ambientais estão sendo transformadas em ONGs de projetos de curto prazo, porque têm que ser capazes de provar os seus resultados. Você pode ver todos esses mitos na tela. Na verdade, se você está fazendo uma avaliação corretamente, a forma de avaliação que você usa deve realmente refletir a longevidade do programa, e quanto tempo ele realmente leva para obter os resultados que você está procurando. Eu não conheço uma legislação em qualquer lugar do mundo que tenha feito lobby com sucesso em menos de sete anos, por qualquer razão social. Assim, se o que você está tentando fazer é mudar uma lei, você deve ter um quadro de avaliação que realmente é realista e se encaixe no processo de realmente tentar mudar uma lei. Isso não significa que você não pode fazer avaliações de impacto de longo prazo, quando você tem uma organização ambiental.

O Comitê Internacional de Resgate realizou um ensaio clínico aleatório na Libéria, que é um país devastado pela guerra, para tentar descobrir se o seu trabalho teve o impacto desejado sobre a inclusão social, em práticas democráticas, e outros tipos resultados difíceis e amorfos que estavam procurando, em termos de tentar reconstruir uma sociedade. Este é um trabalho democrático e eles escolheram fazer um ensaio clínico aleatório e descobriram que isso é muito difícil de fazer. Eu diria que usaram a ferramenta errada. Eles descobriram que seus programas, com dura-

ção de seis a oito anos, estavam desenvolvendo a coesão da comunidade, estavam olhando para a inclusão social, foram capazes de aumentar a inclusão social e foram misturados em termos de práticas e valores democráticos. Se o Comitê Internacional de Resgate fizesse algo como usar um teste aleatório para descobrir se eles estão ou não promovendo a coesão democrática e social em seu país, uma organização ambiental certamente poderia usar uma ferramenta para descobrir se o desmatamento está crescendo ou diminuindo no Brasil. Não é tão difícil. Não há dados no campo. Você deve usar a ferramenta certa para o programa certo. Este é o lugar onde a avaliação se encaixa na fundação Bernard van Leer. Ela nos ajuda a entender se o nosso plano estratégico é correto e informa as decisões de gestão que eu tomo quase todos os dias.

Felipe Medina: Eu acho que, quando se fala de avaliação, você tem que começar fazendo a pergunta certa. As pessoas sempre assumem que a pergunta é: "será que funcionou?". Bem, essa poderia ser a pergunta mais útil, mas também pode ser "como isso funciona?", ou "como vai funcionar?", "funciona sempre?", ou "por que isso funciona?". A questão que temos usado com os membros da Transforming Philanthropy Initiative é "eu estou ficando melhor?". Nós gostamos desta questão, pois ela se concentra diretamente sobre os resultados que estamos tentando alcançar e demandas que temos na visão de seu desempenho atual. Ele assume que você pode responder à pergunta "como que eu realmente estou?", isso implica que tudo o que você está realizando com seu instituto filantrópico, por melhor que sejam os resultados, eles podem melhorar. Isso não é comum. Na maioria das vezes, as discussões de desempenho são como cursos de aprovação/falha. "Estou ficando melhor?" É uma pergunta difícil, porque significa confrontar um fato básico e desconfortável da vida. Ser cada vez melhor é uma escolha, semelhante a quando um médico recomenda uma dieta saudável ou exercício diário, é preciso muita disciplina pessoal e motivação para se esforçar para ficar melhor na filantropia. Melhorar exige humildade e reconhecimento de que você não sabe tudo, que os beneficiários dos produtos ou serviços que você está oferecendo, muitas vezes têm informações muito úteis sobre como melhorar o seu instituto. Infelizmente, não há feedback para os beneficiários de organizações não-lucrativas. No mundo corporativo, temos lucros, temos par-

ticipação de mercado, no mundo público, temos votos, mas no mundo sem fins lucrativos, não temos um ciclo de feedback. É importante lembrar que a medição é o meio para um fim, e não um fim por si só. O fim, para quem não tem fins lucrativos, é criar maiores benefícios para as pessoas e as causas que servem.

No mundo sem fins lucrativos, as medições têm três propósitos. O primeiro deles é a responsabilidade. O que os doadores obtiveram pelo seu dinheiro? A segunda é a melhoria contínua. Diante desses resultados e o que sabemos agora, como podemos melhorar? O terceiro é a prova de impacto. Os resultados que estamos vendo realmente podem ser ligados ao trabalho que a nossa organização fez? Ao medir, é importante perguntar "por que estamos fazendo isso?". Se você está se concentrando na prestação de contas, você está se concentrando no placar, como um exame final. Olhar o placar tende a ser uma medida que olha para trás e apenas lhe diz o que aconteceu e, não necessariamente, por que isso aconteceu ou como melhorar da próxima vez. Por outro lado, a melhoria contínua concentra-se em aprender e melhorar. É como um teste de diagnóstico. O objetivo é compreender não só o que a organização tem feito, mas, também, quais são os seus pontos fortes e fracos, e o que talvez seja necessário alterar para seguir em frente. É menos como um placar e mais como um treinador. A prova de impacto tem tido muita atenção hoje em dia. É uma avaliação de projetada para fornecer evidências de que um programa específico criou a mudança que ele esperava; você está tentando provar a causalidade. Uma das técnicas mais populares é o teste aleatório, ou RCT. Esta é uma ferramenta importante, mas na minha opinião, ela só é adequado para medir os programas em uma fase madura. É cara. Ela prova que o programa "x" produz um resultado "y", isso não lhe diz por que e não é útil para a ampliação. Obviamente, a ferramenta certa, como Lisa estava mencionando, depende do estágio de desenvolvimento. A ferramenta certa deve ser acionável, o que significa que elas são importantes para melhorar as decisões.

Gostaria, agora, de compartilhar algumas lições que aprendemos em termos de medição através do nosso trabalho. O fracasso é um professor melhor do que o sucesso. Infelizmente, na maioria das vezes, os doadores querem saber se a sua contribuição fez diferença. Eles não estão dispostos a rever os erros. Supondo que você está mais interessado em ser um treinador do que um árbitro, você deve fazer a pergunta certa para sinalizar o espírito de parceria. Gostamos das palavras que

começam com "co", co-criar, co-design. Para a maioria das organizações sem fins lucrativos, as medições podem ser um custo adicional em um prato que já está cheio. No entanto, é essencial que os doadores construam esta capacidade. Isso nos leva a uma das maiores falácias que temos visto no mundo sem fins lucrativos, que está usando despesas gerais como uma medida da eficácia de uma organização. Isso é o equivalente a dizer: "Eu tenho um problema com o meu coração e eu vou ser operado no hospital que paga os menores salários para os médicos", ou "eu vou voar em uma companhia aérea que gasta o mínimo de dinheiro em manutenção".

Mais uma vez, estou de acordo com Lisa, você deve aplicar rigor com razão. Você deve combinar a avaliação certa com o trabalho certo. Você deve criar um treinador de aprendizagem que cria um espaço seguro para discussões honestas sobre o desempenho e se esforçar para criar indicadores comuns onde você possa compartilhar seus parâmetros de medições com outras organizações. Você também deve avaliar a si mesmo. Você já fez uma avaliação do seu Conselho? Uma avaliação do que o público-alvo pensa sobre você? Tente incorporar o risco de avaliação. Você deve tentar incorporar o conceito de ajuste de risco e taxa de retorno que existe no mundo financeiro para fazes a sua avaliação. Para terminar, gostaria de deixá-los com uma citação de Albert Einstein. "Nem tudo que conta pode ser contado e nem tudo que pode ser contado conta."

Eduardo Marino: É interessante que neste evento desde as primeiras falas, a gente percebe o engajamento. O engajamento de quem vem atuando de diversas maneiras em filantropia. Ouvimos, há pouco, uma mesa com os engajados ambientalistas, com um trabalho muito sério. Têm três representantes bastante respeitados e que têm uma história importante nesse campo do meio ambiente. E eu me vejo como um engajado no campo da avaliação. Eu estou com 18 anos de prática em avaliação. Logo que eu comecei, com o apoio da Fundação Kellogg para um treinamento, visitando a sede da fundação nos Estados Unidos, nós nos demos conta que havia uma diretoria de avaliação, havia uma estrutura de avaliação. E nós, naquela época, olhávamos aqui para o Brasil para filantropia e falávamos assim: "Puxa vida, isso é um sonho para nós no Brasil! Que, em algum momento, uma fundação crie um espaço de avaliação como esse, com uma estrutura, com uma equipe". Eu posso dizer que hoje nós temos poucas fundações com essa estrutura no Brasil e uma delas é a fundação

onde eu estou trabalhando hoje, que é a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, onde essa estrutura de avaliação foi criada quase que juntamente com um novo momento da fundação, uma revisão de linha de trabalho que foi feita no período de 2007.

Eu vou falar aqui um pouco, então, do que representa essa estrutura da avaliação para uma filantropia estratégia, que é a temática aqui desse evento. Eu acho que já foi dito aqui, um espaço importante que a avaliação de programas ocupa numa organização filantrópica ou do terceiro setor que é assegurar essa questão do *accountability*, da aprendizagem e da comunicação de resultados. Sem dúvida, esse é um papel que tem muito a contribuir para estratégia da organização. Mas, tem um aspecto que pode tornar a avaliação como um elemento estratégico da ação dessa organização, que é quando a avaliação assume uma perspectiva programática, ou seja, ela sai de um espaço de atuação "meio de avaliar os programas", dando suporte para avaliação dos programas que são implantados, apoiados pela organização, e assume uma ação programática. E o que seria isso?

A Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal tem como visão desenvolver a criança para desenvolver a sociedade. Então, a grande pergunta avaliativa que nós temos para os nossos programas é a seguinte: até que ponto os nossos programas e projetos estão contribuindo para o desenvolvimento efetivo, para um desenvolvimento importante para as crianças que estão sendo beneficiadas por esse programa? Então, essa é uma pergunta avaliativa macro, importante, que a gente busca sempre perseguir. Agora, na perspectiva estratégica e programática da área da avaliação, nós levamos essa pergunta para o campo das políticas públicas. Então, a nossa pergunta pros programas e políticas de governo é até que ponto essas políticas e esses programas estão, de fato, contribuindo para o desenvolvimento efetivo e importante das crianças. E nessa ação programática da avaliação, eu vou contar rapidamente aqui para vocês um exemplo: nós estamos numa parceria com o governo do estado de São Paulo, fazendo a implantação em escala de um programa de primeira infância, e um dos componentes dessa parceria é um trabalho junto à Fundação Seade, que é uma fundação que cuida de estatísticas aqui do nosso estado para o desenvolvimento de um índice chamado "índice de atenção integral à primeira infância". Esse índice está sendo modelado com dados secundários e vai haver também um estudo com informações primárias. Esse índice vai permitir para que o estado de São Paulo tenha, com um número, a condição de atenção à primeira infância dos 575 muni-

cípios aqui do estado. Então, na modelagem desse índice, nós estamos levando em consideração parâmetros de replicabilidade, ou seja, esse índice poderá ser replicado por outros estados, se assim as organizações de estatística desses estados tiverem interesse. Então, esse é um exemplo de como a área de avaliação pode assumir uma ação programática e estratégica que contribui tanto internamente com a instituição como para o monitoramento de políticas e programas do setor público.

Outro ponto que eu gostaria de trazer é que hoje foi trazido aqui com muita clareza, e foi falado mais de uma vez, o desafio da inovação, do papel da filantropia nesse campo da avaliação. Ou seja, é muito difícil imaginar que a ação filantrópica dê conta de cobertura, seja no campo da primeira infância, seja no campo da educação. Então, como é que a avaliação pode contribuir nesse desafio do desenvolvimento de inovação? Aí tem um ponto importante, nós ouvimos aqui que já existem, e de fato existem, muitas metodologias para se avaliar impacto. "É possível?"

Essa é uma pergunta que tradicionalmente faziam a mim na época que eu fazia consultoria e fazem hoje nesse espaço da fundação: "Poxa, como é podemos avaliar o impacto? Temos alternativas? Vamos para esse lado, vamos para um outro lado...". Mas, quando nós pensamos em inovação, a pergunta que se deve fazer é outra. Não "como vamos avaliar impacto", mas, sim, "como a avaliação pode ajudar iniciativas de avaliação a terem maior impacto". Nesse caso, o desenho, a forma de estruturar a avaliação, é bastante diferente do formato tradicional de se avaliar programas que já têm uma estrutura, que já têm um conjunto de indicadores predefinidos, onde o papel do monitoramento da avaliação vai ser acompanhar esses indicadores. Quando nós tratamos de inovação, nós lidamos com o desafio do novo e que exige um processo de modelagem, teste, modelagem novamente, para se chegar a modelos, para se chegar a um novo modelo. Nesse caso, não adianta eu tentar estruturar, de saída, um conjunto de indicadores. O que é necessário, nessa situação, é eu desenvolver um sistema de avaliação que seja sensível, rápido e capaz de acompanhar esse processo de modelagem e dar respostas para alimentar esse processo de construção dessa inovação.

Nós tivemos recentemente um simpósio, aqui em São Paulo, organizado pela Fundação Maria Cecilia e os parceiros de um núcleo chamado Núcleo Ciência pela Infância, onde nós pudemos discutir uma nova linha metodológica de avaliação que o termo em inglês é "developmental evaluation" e eu estou trabalhando aqui,

estou com a ideia de um neologismo para gente lidar com a tradução desse termo, que é "avaliação desenvolvimental", porque ela não pode ser "desenvolvimentista" - senão os sociólogos vão dizer que nossa visão é muito econômica – mas, sim, "desenvolvimental", ou seja, é uma forma de você acompanhar o processo de desenvolvimento de uma intervenção e ter agilidade, ter uma metodologia que consiga dar *feedback* para, num espaço curto de tempo, você conseguir modelar uma inovação social relevante, uma inovação social de impacto. Então, nessa perspectiva, a avaliação assume um papel estratégico de contribuir com o impacto, além de, é claro, num segundo momento, poder também se utilizar de outras técnicas para avaliar esse impacto.

Então, só para sintetizar: acho que tem três mensagens aqui. Uma que é assim, sim, a avaliação, a dimensão do "*accountability*" para avaliação, é fundamental. Mas eu gostaria de agregar um outro elemento que eu acho que as organizações precisam ser *accountables*, que é com aprendizagem. Eu assisti muito, e até na minha dissertação de mestrado eu fiz seis estudos de caso com grandes avaliações feitas por fundações, e uma queixa recorrente é: pouco uso dos achados avaliativos pela organização. Então, as organizações precisam ser *accountables*, ou seja, se eu estou contratando uma avaliação, eu preciso estar disposto a aprender e deixar de cometer aqueles erros para poder cometer erros originais, erros que eu não cometi ainda. Uma segunda dimensão é essa perspectiva estratégica da avaliação, eu preciso investir, sim, na avaliação dos meus programas, só que eu preciso ir além e olhar para fora e incentivar iniciativas de avaliação que deem conta de olhar, de avaliar e monitorar políticas públicas. E, por último, essa perspectiva de uma avaliação voltada para inovação. E, aí, nesse aspecto é fundamental - e isso já foi trazido aqui pelo próprio Felipe - a importância da avaliação fazer parte do processo de design da intervenção. Ou seja, quando eu reúno a minha equipe para pensar na intervenção, eu tenho alguém de avaliação participando desse processo para poder incorporar esse componente avaliativo no desenho da proposta.

Joana Lee Ribeiro Mortari: Eu trabalho para uma organização sem fins lucrativos. Eu tenho que dizer, com honestidade, que me dá arrepios quando as pessoas me pedem uma avaliação. Não é que eu não avalie ou que eu não queira ter uma visão clara do impacto que eu estou tentando alcançar e se eu estou conseguindo

ou não, mas nós trabalhamos com crianças de 7 a 17, e a ideia é promover os seus sonhos ou fazê-los sonhar alto e encher seus copinhos, para que eles possam ter a vida que eles imaginam. Somos uma organização sem fins lucrativos de 7 anos. Então, me diga, quando um potencial investidor me pede um resultado qualitativo e quantitativo, o que eu devo dizer?

Lisa Jordan: Há muitas maneiras de responder a um investidor que diz "eu quero um resultado qualitativo ou quantitativo", mesmo com o seu grupo mais jovem, o que para nós é o nosso grupo mais velho, porque nós trabalhamos com crianças de idades entre 0-8 anos. Se eu estou procurando um indicador de capacitação, que é o que me parece que você está tentando fazer, capacitar essas crianças para que sejam capazes de realizar seus sonhos. Gostaria de ir para a psicologia e gostaria de pedir às próprias crianças para participar de uma conversa com um avaliador sobre os seus sentimentos e como se sentiam antes de entrarem em contato com a sua organização e como se sentiram depois que entraram em contato com a sua organização, o que eles acham que podem realizar em termos de seus sonhos. Gostaria de olhar para uma metodologia muito participativa de avaliação que fala diretamente da voz da criança. Especialmente quando você está trabalhando com um grupo tão vulnerável, um grupo vulnerável de crianças, qualquer investidor deve ser capaz de aceitar isso como um impacto positivo, ou um impacto real que a sua organização ou fundação particular tenha. Então, eu não faria um teste aleatório para esse tipo de coisa. Eu faria uma abordagem de avaliação participativa, onde você pode realmente ouvir a criança.

José Luiz Egydio Setúbal: Eu achava que a resistência à avaliação por parte de pessoas que trabalham em projetos sociais fosse uma coisa brasileira, mas a Lisa mencionou, e eu queria saber do Felipe, como é isso? A fundação Bernard van Leer faz no mundo, o Felipe na Colômbia e o Eduardo no Brasil. Gostaria de ouvir um pouco a opinião deles sobre isso.

Felipe Medina: Eu acho que realmente depende, mais uma vez, sobre a forma como você estrutura a avaliação e acho que se iniciar uma estrutura - como alguém estava mencionando -, como se fosse um placar, ele realmente pode

ser intimidante. Ou você passou ou você falhou. Se você estruturá-lo como um treinador, onde você está realmente aprendendo e você realmente tem um processo participativo, onde os doadores sinalizam que pretende aprender com os fracassos, então eu acho que pode ser um processo muito produtivo. Eu acho que os doadores têm um papel muito importante aqui porque, por muitas vezes, as organizações dependem desses recursos e por isso só mostram as coisas boas e escondam os erros. Isso é terrível, porque você perde uma grande oportunidade de aprendizado. Eu acho que realmente tem que ser dirigida pelos doadores, onde os doadores sinalizam às organizações que eles realmente querem ser como um treinador e usar as palavras que começam com um «co», co-criar, co-design e co-construir com eles, e ter um processo participativo.

Eduardo Marino: Eu vou aqui citar um filósofo, o Habermas. Na teoria da ação comunicativa, ele diz o seguinte, que na presença de forças coercitivas, os indivíduos tendem a mudar o discurso e a responder aquilo que espera que ele diga. Então, o desafio quando se negocia, quando se inicia um processo de avaliação é desenvolver essa clareza de que a gente está aqui para aprender e que errar é parte do processo. E esse é um caminho importante de aprendizagem. Se esse diálogo é bem construído no processo avaliativo, você consegue, em boa medida, superar esse medo, essa dificuldade de trabalhar com avaliação.

Roberta Rivelino: Nosso principal objetivo é compartilhar com a população, o máximo de informação possível em questões de saúde. Mais ou menos o que aconteceu há algum tempo, quando você estava sentado na frente de um médico e você passava duas horas com ele, ele iria perguntar todos os tipos de coisas para você e para sua família. Isto é o que é. Nós usamos todo o mundo digital, nos comunicamos através do Facebook através de redes sociais, através de sites, através de músicas, usamos uma série de plataformas digitais como meio de chegar ao povo. Temos sido muito bem sucedidos, mas a coisa mais importante é gerar uma mudança de comportamento, capacitá-los a tomar uma decisão consciente sobre o que eles vão fazer com as suas vidas. Para isso, você tem que tomar cuidado com esse tipo de coisa: como medimos a mudança de comportamento por meio de conteúdo? Gostaria muito de saber se você tem alguma ideia de como fazer isso.

Eduardo disse algo sobre isso também.

John Low: Eu tenho alguma experiência com pesquisas, onde você usa uma organização independente de pesquisa para criar questionários para o público e ver se suas atitudes mudaram dentro de um grupo. Pode ser muito caro, mas os resultados interessantes podem ser muito úteis na obtenção de mais recursos para você e para a sua atividade. Lisa, você quer continuar?

Lisa Jordan: Eu ficaria curiosa para saber se você tem uma linha de base e se você sabe exatamente os comportamentos que não estão acontecendo antes de você começar a aplicar o conteúdo. Quando você está tentando medir a mudança de comportamento, se você tem uma linha de base, não é difícil. Você pode fazer pesquisas, você pode fazer ações participativas. Existem muitas técnicas diferentes que você pode usar, mas você deve entender o comportamento antes de iniciá-lo. Então, gostaria de encorajar todos a pensar em construir esse tipo de indicadores de dados de linha de base, mesmo antes de dar início ao programa.

Helena Monteiro: A minha pergunta para o painel é: mesmo que haja uma certa relutância em avaliar, também podemos ver uma tendência para a importância da avaliação. Então, quais são os recursos disponíveis para a área, como redes ou plataformas onde as pessoas possam acessar para obter algumas informações, digamos, para um investidor social que está considerando uma avaliação, sabe, redes. O que está disponível para as pessoas iniciarem uma avaliação para cada área de atividade?

Felipe Medina: Acho que ainda estão aprendendo, McKinsey fez um trabalho muito bom na compilação de uma série de diferentes metodologias de avaliação e, mais tarde, eu posso compartilhar o site dele, que tem essa informação. Eu acho que a obtenção de parâmetros desta indústria é algo que é importante, mas é difícil. Há uma organização criada por um ex-sócio da Goldman-Sachs chamada SeeChange Capital, que está tentando desenvolver mercados de capitais filantrópicos, porque um dos atritos que você tem é que, se você olhar para um dos valores que uma organização gasta em captação de recursos, poderia ser de 10 ou 20 porcento. Às vezes, se você pudesse avaliar o tempo de seus CEOs,

poderia ser mais do que isso. Cada organização ou cada doador contribui para diferentes parâmetros. Assim, o conceito aqui é criar uma situação semelhante de uma situação privada, onde você concorda com os mesmos parâmetros com todos os diferentes doadores e, em seguida, você vai para os doadores e diz: "isto é o que combinamos" e fornece exatamente os mesmos relatórios para todos eles. Quando se fundem para indústrias específicas, eu acho que existem diferentes esforços acontecendo lá. Por exemplo, na Colômbia, temos uma organização chamada "Empresarios por la Educación", que tentou criar referências comuns no âmbito da educação. Eu acho que é uma tendência que está no início, mas eu acho que é muito, muito cedo.

Eduardo Marino: Aqui no Brasil, nós temos a rede brasileira de monitoramento e avaliação. Ela não tem um foco específico nessa área de filantropia, mas pode ser uma rede interessante. Essa rede está hoje com, aproximadamente, quatrocentos membros. Houve uma reunião, houve um encontro em Campinas de três dias, no mês de setembro. Houve uma participação importante de fundações, como a própria Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, a Fundação Itaú Social e Fundação Roberto Marinho. Existe também, nos Estados Unidos, a American Evaluation Association, e no *site* da American Evaluation Association. Vocês têm acesso a grupos que são chamados "grupos específicos de interesse", tem um grupo de fundações, que são fundações norte-americanas. Você tem acesso a uma quantidade de *tool kits* para avaliação. Existe também um grupo de interesse internacional que é mais aberto, que você tem acesso a redes latino-americanas, à rede europeia e mesmo na África, onde é possível encontrar um material muito rico para se trabalhar com avaliação.

John Low: Obrigado. Gostaria de pedir ao painel para cada um dizer uma frase de conselho para que nós pensemos a respeito durante o almoço. Se você puder pensar em uma frase de conselho. Gostaria apenas que falássemos sobre o mundo sem fins lucrativos. Eu acho que no mundo sem fins lucrativos temos de criar lucro e que o lucro é o impacto social, e nunca há um limite para a quantidade de lucro que deveríamos estar se esforçando para gerar. O impacto que vai mudar, que vai fazer a diferença, que realmente vai criar uma sociedade melhor para nós, para os nossos

filhos e para aqueles que virão no futuro.

Lisa Jordan: Vou deixá-los com uma sigla, a sigla é "OURS". "O" significa "owned", propriedade, então a avaliação é de sua propriedade. "U" é útil, deve ser útil para você, e você é o primeiro aluno. "R", robusta. Deve ser robusto o suficiente para lhe dar informações confiáveis sobre como o programa está funcionando, e "S" é para simples. Ele deve funcionar de forma suave e fácil, de modo que deve ser bastante simples para você entender como tirar aprendizagens dele. "OURS" (nosso).

Felipe Medina: Eu gostaria apenas de levantar a importância de ser um treinador, co-construir, e co-design com os beneficiários.

Eduardo Marino: Eu vou para o campo do *advocacy* pela avaliação. Eu acho que investir em avaliação é maximizar o retorno do esforço de investimento social.

PLENÁRIA

EM CONVERSA COM...

Palestrantes:

Peter Eigen, presidente do Conselho Consultivo, Transparency International

Veet Vivarta, secretário executivo, ANDI

Paula Fabiani: Gostaria de compartilhar com vocês mais um resultado da pesquisa realizada pelo IDIS e com a Ipsos. Essa pesquisa foi realizada com mil pessoas e é uma amostra representativa da população brasileira de todas as classes e regiões do Brasil. Trouxemos essa pesquisa porque vemos que, uma vez que o indivíduo tem dinheiro disponível para doação, o segundo motivo mais mencionado para não doar é a falta de confiança nas organizações. Com essa informação em mente e para abordar essa temática e outros assuntos relacionados ao tema, vamos dar continuidade à nossa programação, com a sessão "Em conversa com...".

Veet Vivarta: Peter Eigen, como vocês provavelmente conhecem, é advogado fundador e atual presidente do conselho da Transparência Internacional, foi gerente de programas do Banco Mundial para América Latina e para África durante muitos anos, é membro do African Progress Panel - aquela iniciativa do Kofi Annan que reúne dez personalidades para pensar a visão estratégica para a África - e recentemente recebeu a Grã-Cruz do Mérito do governo alemão em função da contribuição fundamental no combate à corrupção. Assim, eu iniciaria perguntando ao Peter: como a gente explica a corrupção? A corrupção é uma invenção moderna ou ela está historicamente integrada à experiência humana (como parte de um mal impregnado)? E como ela pode ser vencida, talvez minimizada ou pelo menos controlada? Qual a tua percepção disso?

Peter Eigen: A minha percepção é que a corrupção é um traço humano de muitos, muitos anos: Eva foi corrompida pela cobra quando aceitou a maçã. A nossa definição de corrupção é o abuso de um poder confiável para um ganho pessoal. Quando iniciei a Transparency International, eu falo sobre o abuso desse poder, o abuso do poder governamental para ganhos pessoais. Nós queríamos levar a Transparency International cobrindo também a corrupção no setor privado, então nós estamos falando do poder confiável. Nem tudo o que é ruim nós chamamos de corrupção. Lavagem de dinheiro nós não chamamos de corrupção, nem tráfico, nem o crime o organizado ou roubo. Corrupção para nós é um abuso de uma posição de confiança e os esforços da Transparency International foram para construir essa definição. Temos mais de cem capítulos nacionais onde a definição é muito mais detalhada em seus próprios países, em suas próprias sociedades, com muito mais detalhes do que é considerado corrupção nas suas culturas, nos seus contextos políticos e em suas tradições. Então, é uma pergunta difícil essa com a qual você começou, mas é aquela sensação de que você está lidando com uma coisa que é muito maléfica e perigosa.

Veet Vivarta: Peter, ao longo desses vinte anos de trabalho da Transparência Internacional, você poderia nos oferecer uma rápida visão de qual foi uma das principais conquistas, de uma proposta inovadora que conseguiu fazer valer a sua contribuição em potencial? Ao mesmo tempo, você pode nos dar um exemplo de algo que vocês

estão trabalhando - ou se propuseram a trabalhar - e que enfrentou limites e dificuldades muito grandes - que você talvez não queira chamar de fracasso, mas de uma ação de que não teve a resposta que vocês imaginavam inicialmente?

Peter Eigen: Bom, primeiro, eu deveria dizer que o grande sucesso da Transparency International foi a possibilidade de transformar a corrupção em crime em países ricos do mundo. É difícil para nós admitirmos que, até 1999, na Alemanha, Inglaterra, França, Canadá, Japão, suborno era permitido. Não só era permitido, como qualquer um poderia vir aqui e subornar um ministro, prefeito, e os impostos aumentavam. Tivemos escândalos em países ricos - com exceção dos Estados Unidos que têm essas melhores práticas desde 1977. Todos esses países permitiam e encorajavam o suborno sistemático nas suas companhias fazendo esses negócios globais. Quando eu tentei interromper isso, eu era o diretor do Banco Mundial para a África e eles me disseram: "Você não tem permissão para fazer isso. É estúpido, é romântico, é idealista. Isso é uma coisa da sociedade civil. Nós, do Banco Mundial, entendemos que no mercado internacional todo mundo tem que subornar se quiser fazer negócios." Na época, esse era o Banco Mundial, sob a decisão das vozes e da força dos países membros.

Então, eu tive de deixar o Banco Mundial para lutar contra a corrupção. E o que fizemos naquela época - e isso é algo muito positivo -, foi desenvolver um triângulo mágico de cooperação entre governos, sociedade civil e o setor privado. A sociedade civil (muito pequena e fraca), a Transparency International (trabalhando numa mesa de cozinha) e o setor privado (com empresas como Volkswagen, MWM, o governo alemão e outras instituições internacionais). Outros me disseram: "Você não pode parar com o suborno internacional. Caso contrário, as exportações alemãs irão cair." Então, eu os coloquei juntos e expliquei aos membros do setor comercial que era interesse deles concorrer num mercado livre de corrupção, porque com a boa qualidade e bons preços, vocês competem. Falamos para os governos que eles estavam destruindo milhões de vidas permitindo suborno nas empresas alemãs e mobilizamos a sociedade civil, incluindo a mídia, fundações, a Academia. Convencemos esses grupos a trabalhar conosco para deixar claro às pessoas o quão desastroso é a corrupção internacional. Com base nisso, conseguimos que o governo alemão assinasse uma convenção para o desenvolvimento

das operações econômicas proibindo o suborno fora da Alemanha. Em 1999 essa convenção entrou em vigor e agora 120 empresas alemãs estão sendo condenadas por causa de suborno fora da Alemanha. O mesmo acontece em outros países, com exceção do Japão. Esse é um exemplo desse triângulo mágico: governo, setor privado e sociedade civil, que pode diagnosticar e ter uma abordagem conjunta para esses problemas do mundo e encontrar soluções para problemas que antes se pensava impossíveis de se resolver.

O fracasso foi o Quênia. Ajudamos o governo no Quênia a mudar de um líder muito, muito corrupto e da equipe dele para eleger alguém chamado Kibaki, que era uma pessoa bastante honesta e que foi eleito com base numa plataforma anticorrupção. Por um ano, ele foi a nossa estrela, ele mudou o sistema jurídico no país, demitiu 22 juízes corruptos e lançou, como vocês lançaram aqui no Brasil, a Lei de Acesso à Informação, uma legislação de acesso aos contratos públicos. Ele foi uma grande pessoa e achávamos que era um grande exemplo para a África. Depois de um ano, ele também ficou corrupto, estava rodeado de ministros corruptos e continuava sendo muito simpático para nós, mas a pessoa que o ajudou era um secretário do ex-presidente da Transparency International no Quênia e ele teve de sair do país. Vocês devem ter lido o livro, um livro grosso, com todas as ações de corrupção que aconteceram no Quênia. Cinco anos atrás, - vocês devem lembrar -, quase 150 pessoas morreram porque as pessoas simplesmente não quiseram aceitar eleições corruptas. Então, foi um grande fracasso para nós, e com sorte espero não ter nenhum outro.

Veet Vivarta: Muito bem! Há um *TED talk* com o Peter, disponível na internet, extremamente interessante. Nesse *TED talk*, Peter, você menciona que o fracasso da governança é um problema grave no combate à corrupção. A quem caberia, na sua opinião, fortalecer esses mecanismos de governança? Apenas ao Estado? Quais os outros setores que deveriam ter um compromisso direto com o fortalecimento da governança?

Peter Eigen: Eu acredito que hoje, num momento de uma globalização econômica, os governos e os Estados soberanos, e mesmo Estados como o Brasil, Alemanha, Estados Unidos, perderam a sua capacidade de lidar com a governança. Isso porque

as grandes empresas- e mesmo as pequenas e médias - atravessam fronteiras e operam num mercado global, em um sistema que nós chamamos de "Economia Social de Mercado", onde você corrige as coisas que vêm do mercado de fora (que são inaceitáveis porque tira vantagem de muitas pessoas pobres, sem privilégios) ou pelo menos protege o mercado contra o abuso do poder privado. Esse tipo de governança não pode mais ser instalado pelos governos nacionais somente. É como ter um jogo de futebol e cada parte do campo vai ter regras e referências diferentes. Em uma área de pênalti, você pode jogar com um taco, tocando a bola com as mãos, e, na outra, não. Em outra área, você tem um juiz diferente, que permite que você abata o seu oponente como no hóquei - isso é basicamente como a economia global funciona hoje em dia. Cada governo nacional tem um alcance regional geográfico muito limitado e um horizonte também limitado. Particularmente nos governos democráticos, manter o poder de 3, 4 anos, dependendo do tamanho do seu mandato, é também precisar atender a um eleitorado que é totalmente diverso.

Os governos não são capazes por si só de impor regras que se aplicam a uma economia que é tão afetada pela globalização. Por isso, nós precisamos da cooperação do setor privado. As grandes empresas têm alcance global e uma estratégia de muitíssimo longo prazo. Mas precisamos também da sociedade civil organizada, não só uma sociedade civil que está insatisfeita e que não confia na elite e que faz manifestação nas ruas e ocupa a Wall Street ou promove outras coisas, como acontece no resto do mundo. Precisamos de uma sociedade civil organizada competente para lidar com os assuntos de seu interesse. Para mim, isso significa uma organização de sociedade civil que tem mais de duzentos departamentos no mundo todo, que diagnostica os problemas de seus próprios países, que oferece ajuda e que faz o relatório para o governo, para o setor privado e para a própria sociedade para que juntos possam desenvolver reformas que possam gradualmente superar e vencer a corrupção. E isso está acontecendo em vários lugares do mundo.

Eu estou muito feliz em ver que as pessoas no mundo estão conscientes do grande mal desses governos corruptos. Nós temos bilhões de pessoas sem acesso à água, a saneamento e ainda milhões de crianças morrem de doenças banais, simplesmente relacionadas com a pobreza e com o número de pessoas abaixo da linha de pobreza, e nós temos uma reunião civilizada como esta de hoje. Nós vemos conflitos e violência, como, por exemplo, na República Democrática do Congo,

mas, em muitas partes do mundo, a miséria e a perversão das políticas econômicas se baseiam numa corrupção sistemática. E é por isso que eu fico muito feliz de ver a imprensa falando todo dia de corrupção. As organizações da sociedade civil e as empresas estão estabelecendo essas parcerias. Acho que vivemos em um momento em que a cara feia da corrupção vai ser descoberta e vamos ficar juntos para fazer alguma coisa sobre isso.

Veet Vivarta: Você veria convergências ou interfaces entre essa agenda de combate à corrupção, de transparência e a agenda da filantropia, do investimento social? Alguma reflexão sobre esse ponto de confluência?

Peter Eigen: Eu diria que eu adoro o assunto desta reunião. Passamos daquela abordagem paternalista de caridade e da filantropia para uma que, estrategicamente, tem como meta a mudança. Eu diria que é a defesa da sociedade civil. A minha esposa, que faleceu há dez anos, era médica e quando chegava em casa, à noite, ela dizia: "Hoje eu atendi cem crianças que foram para o hospital. E você, o que fez? Você passou seu dia numa sala de ar-condicionado e talvez até tenha bebido champanhe. Você falou de reformas, você falou de mudar o sistema nos países africanos, mas eu ajudei as pessoas e você não ajudou ninguém, a não ser o seu próprio ego." Então, esse era o conflito que eu tinha na minha própria casa, e eu ainda acredito que você precisa de ajuda imediata. Eu fiquei impressionado pelo que as pessoas falaram aqui, mas você também precisa se focar em mudar o sistema. É por isso que essa ideia de transformação da "filantropia" em "filantropia que dá suporte a transformações" é importante, porque caridade só pode ajudar algumas pessoas. Ouvimos falar de trezentos alunos no norte do Brasil sendo ajudados por um fantástico filantropo, mas ele precisa do sistema, ele precisa de mais sistemas educacionais para ajudá-lo, e isso só pode ser feito se você der poder às organizações da sociedade civil para realizarem a mudança. Um trabalho estratégico, realmente.

Eu ouvi com grande interesse que há algumas pessoas generosas aqui nessa sala e que estão dispostas a investir mais nisso e eu acho que um dos grandes problemas é como dar recursos à liderança, aos trabalhadores nas organizações da sociedade civil, sem minar a sua credibilidade e a sua legitimidade. Conversando uma vez com um grande filantropo, ele me disse: "Muito cuidado: você paga os grandes e bons

líderes que trabalham com essas violações de trabalho infantil, mas se você os paga, você os transforma de ativistas da sociedade civil em funcionários seus, e quando eles aparecem em algum lugar, eles dizem: 'Ah, eu estou aqui para lutar em prol do ambiente', e os outros respondem: 'Ah, mas você é funcionário de fulano de tal'." Como é que você faz isso, então? Ideias novas sobre empreendedorismo social são muito, muito úteis, mas eu posso dizer que, no meu caso, no caso da Transparency International, também tentamos isso. Criamos uma empresa de consultoria que era de propriedade da Transparency International e nós dávamos consultoria sobre com lutar com a corrupção em países que você não podia trabalhar porque não havia departamentos internacionais, então eu recebia convites "Você pode ir para o Iraque, Afeganistão, porque eles não têm um departamento internacional, mas você pode conversar com eles sobre as lições que você aprendeu na luta contra a corrupção." Então, criamos essa entidade e, enquanto nos apresentávamos aos nossos membros numa reunião na Tailândia, eles disseram que "não, você está arruinando nossa credibilidade, você está destruindo com nossa capacidade de levantar e dizer 'não temos interesse em servir ninguém em relação a seus interesses particulares'." Então, no nosso caso, essa ideia de empreendedorismo social simplesmente não funcionou. Funciona em outras situações e estou muito satisfeito de vocês estarem discutindo isso com bons exemplos, mas, no nosso caso, tivemos que voltar às doações. Nós temos um orçamento de 40 milhões de dólares, 180 mil membros dando suporte aos 100 departamentos que temos no mundo todo, mas não podemos depender do empreendedorismo social para levantar fundos para as nossas organizações, porque isso afetaria a nossa credibilidade como anticorrupção.

Veet Vivarta: Peter, nessa interface, também entre essas duas agendas, você acredita que entre as preocupações do braço social de uma empresa ou de uma família deveria estar a origem desse dinheiro que está sendo investido socialmente? Essa é uma preocupação relevante para quem está operando na ponta social do processo?

Peter Eigen: Eu só posso falar pela minha experiência pessoal. Eu fui uma vez visitar o Bill Gates e falei: "você está fazendo um trabalho fantástico na área de saúde e investindo bilhões para novas abordagens para combater as doenças dos países pobres, porém, fique ciente de que na maioria dos países onde seu dinheiro vai entrar

há muita corrupção, e, portanto, o que eu sugiro é que dê pelo menos 3 porcento desse dinheiro para uma organização contra corrupção para proteger o seu próprio dinheiro contra subornos" e ele disse: "ah, isso é algo que você tem que dizer para os nossos beneficiários. Se eles acreditarem que você tem razão, vão dar o dinheiro e vão ajudar a proteger." Há uma tensão às vezes entre a defesa do financiamento e a defesa das fundações. Acho que, com o tempo, muitas organizações, assim como o Banco Mundial, aprenderão a lição. Eles sabem que podem fazer muito bem através de caridade, investimento social dirigido à caridade. Eu fiz isso por 25 anos, mas acho que também precisam aprender a pensar na estrutura de governança no nível local, em províncias africanas, em vilarejos da Índia ou áreas remotas no Brasil, tem que pensar nisso e tem que ter certeza que seu trabalho de caridade não seja pervertido e possa ser até contraproducente, usado por pessoas erradas, promovendo metas erradas. Eu acredito fortemente que as duas coisas deveriam andar de mãos dadas, mas como organizar isso de forma que não se mine a credibilidade da sociedade civil? Cada organização tem que decidir isso por conta própria.

Eu fui atacado quando eu aceitei a Siemens como parceira para lutar contra a corrupção e muitas outras ONGs falaram: "esses caras vão usar você como uma folha de parreira", mas a existência dessa folha não me importa, contando que ela fosse transparente - e não utilizada para melhorar a imagem da empresa por meio do uso do nosso nome e sem mudar nada. O que eu disse no começo sobre companhias ajudando a mudar a lei, a Siemens foi líder nisso. O que não sabíamos é que eles estavam continuando a corrupção por trás das nossas costas. Eles pagam caro. Tiveram que gastar 2 bilhões de dólares com advogados e multas, mas nos ajudaram mais do que o dano teria feito.

Vocês precisam desenvolver seu equilíbrio entre o que minha esposa chamaria "cooperação antagonista" entre o setor privado, governo e sociedade civil de um lado e, do outro lado, ganhar a confiança do diálogo profissional com outros parceiros, que muitas vezes são tão interessados em melhorar a governança e o mundo, como vocês.

Sérgio Mindlin, Instituto Ethos: Frequentemente, na avaliação de casos de corrupção empresarial, como no caso da Siemens, agora se está julgando o que uma empresa fez quatro ou cinco anos atrás, com uma gestão, uma administração di-

ferente. Como é que a Transparência Internacional tem conseguido lidar com isso em termos de convencer o seu público de que a empresa mudou e de que é preciso apoiá-la no novo processo que ela esteja implantando?

Peter Eigen: O caso Siemens foi particularmente difícil, porque eles nos ajudaram bem no começo, quando, em 1991, eu deixei o Quênia, onde eu tinha sido o diretor do escritório do Banco Mundial, e fui para Alemanha. Eu comecei a conversar com os amigos, e um deles era o CEO da Siemens, e eu perguntei: "Você pode me ajudar? A Alemanha está sofrendo com os subornos feitos por algumas ovelhas negras". Ele me respondeu: "Não, não são ovelhas negras. Todos estão fazendo isso.". "Será que dá para parar?", eu perguntei. "Não, todos estão subornando. Estamos numa armadilha." Então, ele me mandou para uma grande associação alemã, e eu falei para eles: "Será que vocês me ajudam a virar a Alemanha do avesso?". "Só podemos fazer o que os nossos membros querem, então porque você não vai para Siemens?", aí eu voltei para a Siemens, e ia e voltava de um para o outro, até que encontrei algumas companhias, uma foi a Bosch, companhia onde o CEO falou: "Nós não pagamos um centavo de suborno. Sabemos que podemos fazer pelas leis aqui, mas não conta para ninguém." Eles tinham vergonha de serem honestos. Então, de certa forma, isso girou, girou, voltamos, tivemos três reuniões, uma presidida pelo antigo presidente da Alemanha, porque as companhias tinham medo da gente, porque nós éramos da sociedade civil, a gente mordia e jogava pedras. Então, tivemos três reuniões, a primeira em Berlim, com vinte outros líderes da Chrysler, da ABB. Quase todos das grandes entidades estavam subornando internacionalmente. E, na primeira reunião, nós nos dividimos, porque, segundo eles: "o que estamos fazendo não é corrupção. Esses países, Brasil, Indonésia, eles gostam disso, eles gostam de ser subornados. Se eles não gostarem, eles podem punir a gente. É permitido na Alemanha. A gente tem até isenção de impostos". Então, essa era a base, essa foi a primeira a reunião. Na segunda reunião, falamos: "Ok, concordamos. O que fazemos não faríamos na Alemanha, porque se chamaria suborno. Os países têm diferentes culturas, a moral é diferente. Não há esses tipos de restrições que temos na Europa." Então novamente nos dividimos. E, na terceira reunião, você me perguntou no começo se tivemos algum truque. Nosso truque foi dizer: "nós não queremos que vocês parem de subornar no mundo todo de um dia para o outro, mas vamos ajudar vocês a encontrar situações concretas e competitivas onde haja só cinco ou dez companhias licitando

alguma obra, alguma licença no setor de mineração, e vamos fazer todos se juntarem a vocês e, ao mesmo tempo, coletivamente, parar de subornar. Eles falaram: "se você for capaz de fazer isso, vamos apoiar você", e o que fizemos mais tarde foi uma extensão da globalização dessa ideia de uma ilha de integridade. É assim que conseguimos obter a adesão de todas as companhias. Enquanto outras ONGs na Alemanha preferem jogar tijolos nas janelas do McDonald's, nós gostamos de lutar com bons argumentos e ter que entender essa complexidade da corrupção.

Pessoalmente, eu fui muito atacado. Depois, quando a Siemens foi pega por causa de subornos, vieram me falar: "a gente falou, a Siemens só vai usar vocês por motivos cosméticos e vão continuar a fazer o que sempre fizeram." Se você olhar para trás, foi a Siemens que nos ajudou a mudar as leis na Alemanha. Se eles tivessem sido pegos por isso antes, antes de 1999, todos iriam falar: "ok, os alemães são os campeões mundiais de exportação, e a Siemens é o grande herói, é o nosso Ronaldinho". Em muitas formas, é assim que pudemos explicar isso. Ainda estou convencido de que há muitas pessoas que acreditam que estou próximo demais do establishment e que coopero demais, mas tenho que manter distancia dos corruptos. E a forma que temos trabalhado foi exitosa, e vamos continuar fazendo assim, apesar de eu não ser mais o presidente, mas só do conselho consultivo.

Rodrigo Alvarez, IDIS: O que você acha do financiamento público para as campanhas políticas, com recurso do Estado, como uma forma de reduzir a corrupção, já que você não teria mais um sistema tão aberto à contribuição privada?

Peter Eigen: Essa é uma matéria muito delicada. Na Alemanha, temos um sistema bastante bom, onde o governo paga aos partidos políticos proporcionalmente aos votos no parlamento, a representação, porque há uma função muito importante dos partidos. Há um sistema, na Alemanha, onde os partidos que têm menos membros, que, obviamente, pagam suas taxas, é permitido aceitar doações. Novamente, há uma distinção entre doação de indivíduos e doações de empresas. Também, as doações têm que ser abertas, não podem ser em dinheiro, como um caso que ocorreu de fraude de financiamento da campanha. Mas as transferências têm de ser bancárias e podem ser verificadas. Se um partido político fizer um erro, ele pode ter que pagar milhões de dólares, às vezes, até três vezes o valor em danos punitivos de volta ao

Parlamento sobre qualquer coisa que receberam ilegalmente. É um sistema, mas também abre espaço para abuso. Tivemos um caso onde a maioria dos donos da BMW pagou 36 milhões para o partido de Angela Merkel, quando o governo alemão estava bloqueando em Bruxelas a extensão das emissões de carbono. Em Bruxelas, queriam acelerar as limitações sobre emissões para carros grandes e, sob pressão alemã, a União Europeia estendeu isso por mais cinco anos. Foi simultaneamente: enquanto os alemães lutavam pelo interesse de grandes carros da BMW, essa família pagava esse dinheiro abertamente para os democratas cristãos. Isso, na Alemanha, foi considerado totalmente inapropriado. A família dos donos da BMW falou que não queria fazer isso antes das eleições, para não parecer que estavam influenciando a eleição, eles tinham esse sentido de propriedade, e isso fez com que eles pagassem enquanto as negociações estavam acontecendo do carbono. Isso, na Alemanha, é um sistema excelente. Os Estados Unidos tinham um excelente sistema para iluminar as contribuições de campanha das companhias. Mas a Suprema Corte, três anos atrás, considerou o financiamento de campanhas como um exercício de liberdade de expressão e não pode ser limitado.

Temos sistemas ideais na Transparência Internacional. Nós escrevemos um livro sobre isso quatro anos atrás, cada ano um assunto. Próximo ano vai ser sobre esportes. Falando nisso, fizemos isso para o Brasil. Esse ano foi o setor de saúde e quatro anos atrás foi sobre financiamento de campanhas políticas. Eu sei que aqui, em alguns dos estados, há limitação sobre os gastos que vão poder ser pagos a candidatos e isso vai poder ser checado. Os argentinos, realmente, controlam o tempo de televisão e sabem quanto custa o tempo do candidato. Esse cara gastou o dobro do dinheiro. Nossos departamentos, em vários países, tentam fazer os sistemas funcionarem, mas você tem razão quando diz que é uma área onde há muito a ser feito para evitar a corrupção no sistema político.

Agop Kayayan: Olá, eu tenho trabalhado no Brasil com empresa privada, com o governo, com Nações Unidas e uma ONG. E não quero qualificar o nível de corrupção que tem cada uma dessas áreas, mas, só da minha experiência, eu sei que tem corrupção em todas elas, e, a meu ver, é muito alto, comparado ao que deveria ser. Mas uma preocupação que eu tenho é a pouca participação de pessoas físicas no financiamento de programas por causa dessa corrupção. Não quero exagerar, mas

é generalizada. E esse não é só em termos de contribuição financeira, mas também uma coisa que deveria ser muito preocupante para o país, de jovens de 16 a 18 anos que têm direito de votar, mas massivamente não votam, porque sabem que geralmente eles vão eleger corruptos. Agora, o que pode se fazer para, apesar dessa situação, se estimular as pessoas físicas, a pessoa comum e corrente, a participar de maneira mais ativa na cooperação com as organizações da sociedade civil?

Peter Eigen: Uma vez eu conversei com o presidente da Nigéria e ele disse: "minha sociedade tem sido tão corrompida que crianças de cinco, seis anos, quando você pergunta o que elas vão querer fazer na vida, elas não falam 'quero ser médico', 'um professor', elas falam: 'Eu quero ser um funcionário público para poder ganhar uma Mercedes em algum momento'." Então, a corrupção corrompe os sistemas das escalas de valores de uma sociedade. Estamos nos esforçando para utilizar meios culturais e artísticos para lutar contra essa resignação das pessoas que moram em países onde você, aparentemente, não consegue praticamente nada sem suborno.

No Quênia, por exemplo, temos teatrinho de bonecos que vão a vilarejos mostrar o que são as obrigações corretas. Nos vilarejos da Índia, por exemplo, temos sistemas de graduação dos funcionários públicos para cumprir suas obrigações junto aos moradores. Nós temos artistas trabalhando para nós na África do Sul que são caricaturistas famosos, que fazem competições de revistas em quadrinhos mostrando a corrupção do presidente Zuma. Temos canções no mercado da África Oriental contra a corrupção e, muitas vezes, a polícia do governo destrói os rádios das pessoas que estão cantando essas canções. Em muitas formas, estamos tentando abordar isso também.

Eu estive em Recife, fiquei impressionado vendo que há uma exposição de arte para educação. Estão tentando usar a arte para mudar a atitude e o sistema de valores das pessoas. Nós temos muitos membros individuais aos nossos movimentos, por exemplo, em Buenos Aires, em nosso departamento, temos mais de três mil membros. Há estudantes que saem, vão para a prefeitura e perguntam para os funcionários: "Alguém já te subornou?", e eles fazem uma lista única e a levam para o prefeito e falam: "Das cinquenta pessoas que passaram por aqui hoje, trinta delas falaram que tinham que pagar alguma coisa para ter uma carteira de motorista", e respondem para eles: "Eu não me importo. Isso não é da conta de vocês, suas

criancinhas impertinentes." Então, eles vão para a imprensa e os jornalistas ajudam a divulgar isso. Em Bangladesh, temos 12 mil membros na Transparency International. Então, em duas cidades, eles observam se há corrupção nos hospitais, nas escolas etc.

É um esforço enorme e não é fácil fazer muito progresso. Eu fiquei apavorado quando eu vi que um famoso escritor alemão deu uma entrevista para os jornais alemães onde ele disse: "a corrupção da Siemens foi boa, porque a gente conseguiu mais contratos para Alemanha. E todos sabem, se você sai da Alemanha, você precisa subornar alguém se você quiser fechar um contrato." Então, um dos maiores escritores da Alemanha, uma voz da Alemanha. É um exercício de educação imenso, e estamos tentando entrar em escolas, eu tento falar em escolas. É, é uma luta muito grande, e daqui um ano eu espero que tenhamos feito progresso. Estamos estabelecendo um departamento aqui no Brasil. Havia aqui, mas foi extinto em algum momento. Agora, estamos reconstruindo, usando a criatividade dos brasileiros para pegar e chegar às crianças, à população comum, sair pelas regiões e garantir que eles entendam que o suborno é morte.

Veet Vivarta: Muito bem! Quero agradecer a Peter por essa contribuição tremenda que nos faz nesse momento, a partir dessa entrevista. Isso levantou uma série de reflexões do Peter sobre como a corrupção é um fator tremendo para que esses índices terríveis que a gente tem no planeta em termos de desigualdade social, de pobreza, de miséria, que tudo isso continue se propagando. Ou seja, o fator corrupção é um elemento central, e não lateral, das condições que nós temos em relação a essas questões, e, sem dúvida, é um tema que deveria estar aqui conosco, em cada passo que a gente dá nessa visão social. Mesmo que a gente não esteja trabalhando centralmente com esse tema. Como o Peter acabou trazendo o tema que eu tinha deixado de lado, eu vou encerrar, não passando a palavra para ele, o que é terrível, mas já peço desculpas. A questão do esporte é uma questão importante desse campo. O Brasil está sediando a Copa do Mundo de futebol no próximo ano, e todos nós brasileiros estamos impressionados com a capacidade de mobilização dessa organização, a FIFA, para buscar recursos públicos, e num regime de operação absolutamente extraordinário, de mão beijada, de mãe para filho. Então, só para dar um exemplo, existe uma cidade brasileira onde o jogo mais importante de futebol daquele estado reúne mil pessoas, que

é a partida final do campeonato. Essa cidade está construindo um estádio para 45 mil pessoas, outro para 15 mil e um terceiro para cinco mil pessoas. Isso me lembra esse *TED talk* do Peter, ele dizendo que, no tempo do Banco Mundial, no Quênia, ele ficava impressionado que as obras, muitas vezes, menos importantes e as obras às vezes até prejudiciais ao ambiente e à sociedade são aquelas que eram aceleradas na sua tramitação e aconteciam da forma mais rápida. Sem dúvida, o que está acontecendo no Brasil em relação à Copa do Mundo merece muita reflexão e acompanhamento.

SESSÃO PARALELA

O IMPACTO DO AMBIENTE LEGAL NA FILANTROPIA

Palestrantes:

José Eduardo Sabo Paes, procurador, Ministério Público
Paula Fabiani, diretora executiva, IDIS
Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes, assessora especial do Ministro, secretaria geral da Presidência da República

Moderador:

Altamiro Bôscoli, sócio, Demarest Advogados

Altamiro Bôscoli: Eu gostaria de, antes de mais nada, iniciar com uma confissão dizendo para vocês que eu sou um noviço, um neófito, um convertido cristão novo nessas atividades empresariais do investimento social. Mas, me sinto muito reconfortado ao ver em cima, na plateia, e aqui, um número enorme de jovens, um número de jovens que vai garantir o futuro dessa atividade no Brasil. E eu me identifico muito, porque no escritório eu sou considerado o mais jovem dos advogados, embora o mais experiente. Então, essa identificação muito me entusiasma e me conforta estar aqui.

O que nós vamos discutir aqui, mais os palestrantes que me dão a honra de companhia do que propriamente a minha pessoa, é qual é o cenário legal, qual é o ambiente legal que nós podemos esperar construir no Brasil para que as atividades do terceiro setor obviamente sejam produtivas e eficientes. Eu sei que essa construção legal não é algo muito atrativa à maior parte dos senhores, das senhoras, senhoritas e senhores que, na realidade, estão muito mais interessados na construção de um ambiente social de justiça e de igualdade. Mas, a estrutura legal é fundamental.

Nos primeiros anos, ou nos primeiros dias, de faculdade, todos que estão aqui podem se lembrar: eu vi uma frase em latim aquela língua, hoje em dia, mais do que morta, desconhecida que define tudo o que a gente vive e convive sem perceber que está por trás da gente. A frase dizia que "*ubi ius*, *ibi societas*, *ibi societas*, *ubi ius*". Em outras palavras, dizendo basicamente que onde houver o direito, haverá uma sociedade e onde houver uma sociedade, haverá o direito. A conclusão a ser tirada de uma frase tão simples como essa é muito grande: se nós queremos realmente implementar com eficiência, com perenidade, com sustentabilidade os esforços e a dedicação de todos vocês investidores sociais, nós temos que ter um marco regulatório que seja adequado, e nós temos que trabalhar nisso de forma a criar uma perenidade.

Todos os senhores são criadores de fundações ou organizações sociais e, portanto, já enfrentaram parte dos parâmetros e da estrutura legal necessária para exercer as suas atividades. Todos nós sabemos que, preenchidos certos requisitos legais, as fundações e as associações civis não são contribuintes do imposto de renda e são merecedoras até de alguns incentivos fiscais que nos tem permitido operar até hoje. Claro que, basicamente, nas fundações, através das dotações iniciais que constituem as fundações e, nas associações, através das contribuições dos seus associados. Muito me entusiasmou ouvir as palavras do ministro, do Gilberto Carvalho, que o governo está aberto a conversar com a sociedade para encontrarmos um marco regulatório que possa tornar mais perene o exercício das atividades do terceiro setor.

Eu acredito que um ser humano, uma pessoa, pode fazer a diferença e faz diferença, mas infelizmente a nossa vida sempre é finita, de todos nós é finita, e, às vezes, a ideia morre com o seu idealizador. E se nós pudermos criar uma estrutura jurídica que permita que a ideia sobreviva ao idealista e continue, é isto que nós devemos buscar. As palavras do ministro Gilberto Carvalho muito me entusiasmaram por isso,

porque demonstrou uma aquiescência ao que nós buscamos. Nós temos que criar estruturas que, de uma forma ou de outra, criem uma sustentabilidade, uma perenidade às atividades das fundações, das associações lideradas, como eu já disse, por jovens como vocês, e que isso os garantem o futuro.

Mas, antes de entrar na análise jurídica ou no que nós podemos fazer, eu queria apenas comentar com vocês um detalhe que foi divulgado há algumas semanas, que seria o resultado de uma pesquisa que diz que no Brasil existiriam 247 mil pessoas físicas detentoras de patrimônio superior a um milhão de dólares. Esse número de 247 mil na nossa população significa 0,01 porcento. Eu não estou mencionando esse número apenas para dizer que nós temos um número pequeno de milionários, eu estou mencionando esse número e a sua relativização de 1 milhão de dólares, para passar aos senhores e às senhoras o nível de responsabilidade que esse número tão pequeno de cidadãos brasileiros tem para com a comunidade brasileira. Nós temos que, mais do que ninguém, criar um efeito multiplicador na sociedade. Nós não podemos esperar que o governo sozinho faça o que a sociedade brasileira tem de alcançar. Nós somos aqueles que, com eficiência, com eficácia, seremos capazes de produzir e alcançar resultados. Nós somos um número pequeno, se é verdade que somos 247 mil para uma população de 200 milhões. São os nossos recursos é que terão de alavancar a melhoria da comunidade.

José Eduardo Sabo Paes: O mundo vive em transformações, isso é uma continuidade, e essa transformação se faz no espectro social e no próprio Estado. Hoje, a gente vive uma ótica em que existe o Estado, a sociedade civil, o terceiro setor, as redes e os movimentos sociais. Nós poderíamos conversar sobre cada um deles, mas eu prefiro jogar todos eles para dizer apenas o seguinte: todos são instrumentos, são fatores para efetivar, no nosso caso brasileiro, doutor Boscoli, uma verdadeira sociedade democrática, uma sociedade participativa, uma sociedade de que se imagina, um dia, poder resgatar a cidadania de cada um de seus integrantes. No entanto, a realidade brasileira, não obstante os esforços dos nossos presidentes dos últimos anos, é uma realidade em que o viés econômico ainda é muito incisivo. Talvez não pudesse ser diferente, ou talvez pudesse. Houve um ganho incrível provocado de 1964 a 1984, gestado de 1985 a 1988 e sacramentado na nossa Constituição, artigo primeiro, artigo terceiro, artigo sexto – uma série de direitos sociais. Nesses 25

anos, foi um período de complementação, foi um período de sedimentação desses direitos e foram iniciadas as formas de garantir esses direitos. Agora, espera-se que nos próximos 25 anos nós tenhamos a eficácia plena desses direitos fundamentais que hoje já passam mais do que gerações, passam-se em dimensões de direitos, que quanto mais tempo o governo demora, quanto mais tempo o Legislativo demora, o ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal cumpre essa lacuna, tornando vivos esses direitos consagrados há 25 anos.

Como é que eu vejo essa realidade brasileira? Eu vejo que ela apresenta dificuldades imensas para que o social seja significativo frente ao econômico, porque são barreiras dificílimas de serem transpostas. Não obstante, nós temos um pacto federativo, nós temos uma federação. O pacto federativo ainda se anuncia o seu cumprimento e esse pacto federativo impacta diretamente no nosso terceiro setor. A partir do momento que não houver um direcionamento e uma importância do que realmente representa a sociedade civil organizada, que ela é capaz de não só promover, como executar as políticas públicas, como está no artigo sexto, artigo 199, parágrafo primeiro, artigo 156, e tantos outros da área de educação, saúde e assistência, dificilmente nós vamos ter uma cidadania plena.

Nós dizíamos que o primeiro passo para o Marco Legal do Terceiro Setor seria consolidar as normas, que dizíamos que a lei das OSCIPS representou um novo marco legal àquela época, e que hoje dizemos, com muita alegria, é que efetivamente a presidenta Dilma foi capaz de recepcionar os anseios e os projetos da sociedade civil, diferentemente do presidente Lula, que era a sociedade civil, que incorpora a sociedade civil, o movimento sindical e os demais movimentos. Ela recebeu as observações, trouxe o grupo, trouxe a sociedade para trabalhar e apresentou um projeto e esse projeto se disseminou no Parlamento, mesmo que de forma indireta. E isso é um motivo de satisfação, mesmo porque a tônica tem sido o exame de um marco legal que possa afirma a autonomia das entidades, que possa atuar, possa ter atuação das entidades baseado em princípios de responsabilidade, em princípios de transparência.

Vamos à filantropia. Como é que o Ministério Público observa tudo isso, como é que ele atua tudo isso? O Ministério Público tem cada vez mais, em termos brasileiros, adquirido uma consciência do exercício do seu papel, até entendendo como é e da onde que ele áurea a sua legitimidade. Movimentos recentes fizeram o próprio Ministério Público ficar alerta para esse papel que ele exerce na

sociedade e a própria sociedade tem cada vez mais se aproximado do Ministério Público. No entanto, essa questão de filantropia é uma questão que passa um pouco distante do Ministério Público, como um todo. Existem hoje na Procuradoria, promotorias especializadas em temas de direitos humanos, direitos sociais, idosos, crianças, meio ambiente, fundações, mas nós temos um grande caminho a percorrer que é sensibilizar o próprio Ministério Público do papel dessas entidades na promoção e na execução de políticas públicas, inclusive o de integração com o Ministério Público e de troca de informações. Qual é a visão que tenho desta legislação ou desse cenário legal para o incentivo ao investimento social privado e essa legislação que se apresenta? Essa legislação é extremamente lacunosa, e essas lacunas se refletem nas ações diárias tanto dos órgãos fiscalizadores, dos órgãos de controle, como dos agentes que querem promover essa integração entre investimento social e a participação das entidades. Há uma necessidade premente de estabelecer-se um marco legal para essa área. O sentido dos fundos patrimoniais ou o crescimento ou a criação são extremamente vinculados às fundações, praticamente o mesmo nível de existência. Mas agora se entende, acertadamente, que devem ser diferenciados tanto a atuação de uma fundação como a importância de um fundo patrimonial com a personalidade jurídica distinta e, podendo agregar-se tanto a entidades privadas como entidades públicas. Muito bem, esta minha colocação inicial é no sentido de que hoje a percepção que tenho é que o Estado brasileiro não é receptivo a uma alteração voluntária da legislação, no que se refere aos fundos patrimoniais. De uma forma alvissareira, nós ouvimos hoje do ministro Gilberto Carvalho uma predisposição inicial do tratamento desse tema. O que é excelente! Por quê? Porque essa matéria, matéria de incentivos, a aplicação de recursos privados, matéria de incentivos a transferências públicas, é matéria sistematicamente recusada nas comissões de orçamento e finanças da Câmara e do Senado, ou seja, o projeto não passa! A criação de fundos não passa! Então, só havendo uma sensibilidade, uma demonstração política de interesse, é que isso pode ser levado adiante, porque a legislação hoje existente é praticamente nula e inexpressiva com relação a fundos patrimoniais, inclusive havendo entendimentos diferentes a respeito do tema no próprio Ministério Público, que muitas vezes pensa de uma forma em São Paulo, e no Rio de Janeiro pensa diferente de São Paulo ou de Brasília.

Paula Fabiani: Esse tema é um tema que me interessa muito, porque eu acho que realmente que é uma das razões para gente não ter um desenvolvimento da filantropia no seu potencial aqui no país. Eu gostei muito do termo que o doutor José Eduardo usou de uma legislação lacunosa —eu ia usar fragmentada. Mas eu acho que realmente é uma legislação de difícil compreensão, de difícil aplicação, é difícil para o doador fazer sua doação com tranquilidade. A gente tem, na parte de incentivo fiscal, leis para setores: tem lei dos esportes, cultura, criança, deficiência. Então, para cada coisa você tem uma legislação diferente, um processo diferente e isso prejudica muito. Além do que, esses incentivos fiscais são voltados a projetos e não a organizações ou causas. Quando o doador quer fazer uma doação para uma causa ou uma organização, esses incentivos não se aplicam, o que também dificulta. Outra questão é a falta de números, a gente não sabe exatamente quanto que se doa nesse país. Essa questão também deve dificultar muito até a ação do governo nesse sentido. Ou seja, vamos aumentar a doação no país. Quanto se doa? Mesmo se você pensar em uma estratégia de longo prazo, em quanto tempo você quer crescer esse volume se você não sabe nem exatamente qual é a base? Eu acho que isso também é uma questão muito importante que até a própria filantropia poderia fazer uma contribuição para si mesma.

Uma das coisas que eu queria trazer é a questão da elasticidade do preço da doação. A elasticidade é um conceito da minha área (Economia) e que mede a relação entre o preço de uma coisa e qual o impacto na demanda ou na oferta da variação do preço disso. Há alguns estudos fora do país, Estados Unidos e Europa, que medem quanto custa para você fazer a doação e, se você mexer nesse preço da doação, qual o impacto na doação. Ou seja, existe uma clara relação entre incentivo fiscal e doação, e, dependendo do modelo que você adota. Lá fora, eles estão estudando qual o melhor modelo que tem um impacto maior na doação. Isso é uma questão importante para o governo levar em conta, de que o incentivo fiscal, ele sim, é um promotor da doação. Existem evidências de que você não ter o incentivo acaba sendo um desincentivo para quem doa. Então, essa é uma questão. Foi mencionada a questão dos fundos patrimoniais e essa é uma temática que eu tenho tentado promover no país. A gente vê que o Brasil está muito atrasado nessa temática. Tomando como exemplo os BRICs, que são os países com características semelhantes ao Brasil,

a Rússia passou uma legislação em 2006 para a criação de fundos patrimoniais com incentivos fiscais para doação; a própria França, que já é um país desenvolvido, mas que não tinha uma legislação para *endowments* (os fundos patrimoniais) passou uma legislação em 2006, 2008, tornando o *endowment* um instituto jurídico autônomo, uma figura autônoma.

Com a passagem dessa lei na França, que é onde a gente tem mais dados, no primeiro ano, 230 *endowments* foram criados, 230 fundos patrimoniais, o que mostra como é poderosa essa medida. Nesse número está inclusive o *endowment* do Louvre que é inacreditável a gente pensar que o Louvre não tinha um fundo patrimonial, e permitiu, inclusive, uma arrecadação maior de recursos dessas instituições. Até a República Tcheca tem uma legislação para endowments. Se a República Tcheca tem, por que nós, brasileiros, não vamos ter? Por isso, a gente criou, no final do ano passado, um grupo de estudos para analisar o tema e propor uma legislação para essa temática. Nós fizemos várias reuniões ao longo do ano, chegamos num texto final que está sendo circulado pelo grupo para gente bater o martelo numa minuta final que a gente pretende levar para o governo junto com o grupo de doadores que apoie essa temática, que se comprometa a estabelecer fundos patrimoniais uma vez que essa legislação seja aprovada.

A ideia é criar um instituto jurídico autônomo, ou seja, mexer no Código Civil, e que ele seja vinculado a uma instituição existente. O incentivo fiscal se aplicaria à instituição existente que tenha certificação do governo. Ou seja, dessa maneira a gente está garantindo que essa organização está prestando contas para o governo, que tem uma fiscalização e que, dessa maneira, você consegue realmente ter uma instituição, um instrumento mais seguro, para o doador inclusive.

Eu entrei nessa temática da legislação há pouco tempo, mas o que eu vejo é que já faz anos que isso é um debate e que a coisa não progride. Ter uma legislação para fundos patrimoniais é uma coisa nova que pode beneficiar a sociedade civil e as organizações sociais de modo perene, no longo prazo, dando uma visão para o setor e dando capacidade de criar instrumentos de sustentabilidade no longo prazo. É uma questão muito importante. Eu estive com a Laís e com o doutor José Eduardo em um evento para falar sobre sustentabilidade das organizações sociais e um caminho que a gente vê no mundo é que os fundos patrimoniais são instrumentos muito importantes. Faço essa colocação e coloco essa provocação para a mesa toda!

Laís Vanessa Carvalho de Figueredo Lopes: Sei que a presença do ministro hoje foi importante para todo mundo, inclusive para nós aqui, porque trabalhamos com ele e sei que temos, realmente, o aval, a confiança e o compromisso dele com esse tema desde o início do mandato. Eu acho que foi um dos poucos compromissos que ele publicamente fez no momento da sua posse, justamente porque esse tema, esse desafio de trabalhar essa agenda do marco regulatório das organizações da sociedade civil, chegou ao governo por meio da sociedade civil. Um grupo de organizações, movimentos, redes se constituiu em uma nova plataforma para um novo marco regulatório e apresentou essa ideia de trabalhar mais aprofundadamente propostas que aperfeiçoassem esse ambiente regulatório e institucional referente às organizações da sociedade civil. Em 2011, então, foi feito um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria Geral, mas com participação interministerial, formada pela Casa Civil, Advocacia-Geral da União, Controladoria Geral da União, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça e muito apoio do Ipea. Esse grupo tem um tempo determinado. Ele existe desde o início do mandato e tem um dia para acabar, que é 31 de dezembro de 2014. Então, desde o começo, a nossa perspectiva era ver o que era possível avançar, pactuando o que deve ser continuado. Acho que esse é um dos pontos principais de que essa porta que se abriu ao nosso legado. Espero que não se feche e que a gente deixe esse espaço de discussão da institucionalidade das organizações, das redes e dos movimentos nesse diálogo com o governo federal de uma forma bastante consolidada. Então, a gente tem um trabalho que é bastante forte para dentro também, enquanto lócus institucional de discussão do tema.

Nesse grupo de trabalho, todas as propostas referentes ao ambiente foram agrupadas em três eixos temáticos. O primeiro deles se chama contratualização, que é essa relação de parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil, o segundo é o financiamento e a sustentabilidade econômica das organizações e o terceiro é o eixo da certificação. Eles não necessariamente têm uma ordem, mas a gente acaba sempre explicando assim porque a prioridade do grupo de trabalho foi aprofundar, inicialmente, as propostas referentes ao tema da contratualização, especialmente entendendo o cenário de criminalização que está colocado já há bastante tempo no nosso país. A gente passou, durante todo o governo Lula, por duas CPIs das ONGs dentro do Senado. Necessariamente, as CPIs começavam investigando uma

determinada organização, uma determinada ponta e, enfim, no final o relatório sempre acabava criminalizando todas as organizações, como se a gente não conseguisse separar o famoso joio do trigo.

Quando a gente fala sobre o caso Siemens, por exemplo, a gente individualiza muito bem, circunscreve todos os atores, nomeia, e não culpa todas as empresas por um determinado caso que esteja evidenciado dentro da grande mídia, mas quando a gente fala da Operação Esopo, que foi agora descortinada e revelada pela Polícia Federal, a gente fala que ONGs desviaram 400 milhões de reais em recursos públicos durante cinco anos e não explica que, na verdade, essa organização que está sendo falada, na verdade, é uma organização criminosa que está usando da figura de entidade sem fins lucrativos para finalidades escusas, é um instituto que ninguém conhece Instituto Mundial de Defesa da Cidadania – do governo federal. Se você for investigar - e o Siconv, que é o sistema de convênios de contratos de repasse e termos de parceria, está com dados abertos -, qualquer um pode entrar e ver, eles têm 27 convênios com o governo federal, que somam 40 milhões de reais, e os outros 370 milhões de reais são de estados e municípios, são de outros programas, são outras formas, são várias empresas envolvidas, como empresa que emite nota de aluguel de carro e só tem um carro. "Tem corrupção dentro da administração pública!" Por que não se faz um esquema, não se monta um esquema de fraude e crime, se você não tiver todos os atores e agentes corruptos envolvidos? A gente não faz essa divulgação mais recortada e acaba vivendo esse cenário de criminalização. Foi diante disso que o tema da contratualização, a despeito de apenas 3 porcento das organizações no país terem parcerias com o governo federal, foi escolhido como prioritário, entendendo que ele contamina. Se a gente não tiver uma legislação que melhore essas parcerias do Estado com as organizações da sociedade civil, seja no âmbito federal, estadual e municipal, a gente vai ficar sempre refém desse tipo de situação, onde a nossa própria sociedade, a nossa própria mídia não nos ajuda a esclarecer à sociedade e a retomar essa confiança pública do setor, que hoje está em cheque. Acho que esse é um pano de fundo principal e a gente trabalha para disputar essa agenda. E por isso é uma agenda, não é um projeto de lei, não é uma única medida, é uma estratégia complexa que envolve diversas medidas. E é por isso que, para gente também, além da agenda de contratualização, essa pauta do financiamento e da sustentabilidade tanto nos interessa.

No começo desse ano, a gente fez um diálogo intersetorial, convidou diversos atores da sociedade civil, organizações bem focadas no tema, Banco Central, diversos atores do governo, juristas e fez um grande diálogo intersetorial para extrair vetores para que a gente pudesse orientar o aprofundamento dessa agenda em propostas concretas. Em paralelo a isso, acho que tem um movimento propulsor, que a gente muito se encanta dele, que é o fato de essa agenda estar aberta e cada vez mais outros grupos se somam a isso e buscam estudar para enfrentar o momento. E eu digo, sim, essa é a oportunidade. Vamos cada vez mais trabalhar em propostas concretas, assertivas, estratégicas para gente conseguir mudar isso. Não é impossível. A gente viu agora a alteração do CEBAS, que é o certificado de filantropia, que, enfim, tinha diversos problemas dentro dos ministérios e diversas coisas da conceituação da legislação que não estavam claras, desde a última mudança em 2009, Essa mudança foi pactuada com a sociedade civil, com os parlamentares, com o governo, com organizações. Essas mudanças entraram todas juntas, fizeram parte de uma única medida provisória, que já teve a chance de ser aprovada e hoje já está sancionada, já é lei, já é realidade. Então, não é de todo absurdo pensar que a gente pode mudar essa realidade. E, para a gente da Secretaria Federal, a gente não tem o direito de esmorecer. Todos os dias, a cada dia, a gente trabalha investindo em produção, negociação, articulação, diálogo, enfim, reflexão, ideias de como enfrentar essa agenda de uma forma mais estratégica e conseguir mudar isso de uma forma mais rápida.

O *highlight* do Congresso, hoje, é que as duas casas legislativas já estão propondo um termo de fomento e colaboração que é o nosso diagnóstico. O convênio, a modalidade de convênio, não serve para essa parceria com as organizações da sociedade civil. Ele foi criado para descentralizar recursos entre entes públicos. Toda vez que você compara uma organização com uma prefeitura ou com um estado, você exige dela o mesmo regime de direito público, de licitações, enfim, de todas as cargas que advêm com esse regime para as organizações, o que não está correto, gera distorções, gera uma jurisprudência equivocada, analogias indevidas, e a nossa tese é a de que isso deve ser feito sem certificação, porque é no momento da seleção, é o chamamento público que vai definir se aquela organização está adequada ou não para aquela parceria. A gente tem que investir cada vez mais num bom planejamento dessas parcerias, planejamento dos editais, planejamento da forma. Não é só a capacidade operacional da organização que está em jogo, é a capacidade operacional do órgão de fazer a parceria

com a organização. É uma lei que reorganiza o sistema, foca no planejamento público, numa seleção por chamamento público, numa regra de execução que seja clara o que pode ou o que não pode pagar, em uma fase perene de avaliação e monitoramento e culmina com uma prestação de contas estratificada por inteligência de risco regras mais simplificadas com valores menores e regras mais rígidas com valores maiores.

José Eduardo Sabo Paes: Sem dúvida, hoje, nós vivemos numa sociedade onde cada uma das pessoas quer um protagonismo, cada uma das pessoas efetivamente quer ser um titular de direitos e de obrigações, cada um dos segmentos da sociedade. Os governantes têm cada vez mais que compreender esse protagonismo da sociedade civil. Cada um dos governantes, os atuais e os próximos também, têm que ter essa sensibilidade. Por uma questão histórica, nós estamos conseguindo e vamos conseguir um avanço neste governo. Eu tenho essa convicção, mesmo porque a questão do uso de recursos públicos de forma desvirtuada, logo no início do governo da presidente Dilma, alcançou um ápice, onde foram demitidos, ou pediram demissões, um, dois, três, quatro, cinco ministros pelo mau uso dos recursos públicos. Isso foi um gás muito grande para que se regulamentasse essa área, inclusive alterando-se, enfim, o decreto 6170 e tomando outras medidas. Agora, nós temos que ter a consideração de que essas ações têm que ser com responsabilidade, com transparência e com um verdadeiro compartilhamento entre o público e o privado, entre as ações de governo e as ações da sociedade civil. Eu faço esse destaque para entender que, sem dúvida nenhuma, tanto na parte do poder executivo quanto na parte das duas Casas do Congresso, como reflexo ainda que tardio das CPIs, que os projetos que estão lá, o PL 3877 e o PLS6401... 6409 são ambos reflexos diretos das duas CPIs.

O governo, em muito bom momento e em boa hora, se acopla a essas iniciativas e aos relatores e os próprios relatores acoplam as ideias do governo para tratar desse tema. E o que nós queremos? O que a sociedade quer? A sociedade quer reconhecer –e aí, tenho certeza que a imprensa também vai na mesma esteira –que existe uma diferenciação clara entre o público, entre o privado, entre as ONGs-associações, as ONGs-fundações e que há responsabilidade e que há controle. No entanto, ainda se busca, e o que não se encontra na plenitude, é uma transparência dessas ações com uma nova legislação, tornando mais clara essa contratualização e com a qual essa transparência se tornará mais evidente.

Quero fazer também um segundo comentário a respeito de eixos de trabalho. Curiosamente, no Brasil, as coisas não funcionam numa só linha. Muitas vezes, se apresentam novas linhas de trabalho e de ações no meio político. Por que eu quero dizer isso? Quero dizer isso porque um trabalho de *endowments*, por exemplo, capitaneado aqui pela Paula Fabiani, ali pelo Rodrigo Alvarez, ali pelo Felipe Sotto-Maior, pelo Dr. Boscoli e tantos outros expoentes pode ter guarita por quê? Porque, cada vez mais, os cidadãos dentro de uma linha maior de participação social, de voluntariado, de empreendedorismo social querem ter protagonismo. Ou seja, há espaço para isso. Cada vez mais, os cidadãos querem ver os seus recursos sendo bem utilizados ou mesmo querem ter incentivos, em termos de imposto de renda, em termos de contribuições ao estado, querem ter incentivos e querem ser chamados para efetivamente verem as suas contribuições sendo úteis. Portanto, há espaço para esse projeto ou para tantos outros que visem regulamentar o setor.

Realmente, essa conversão da medida provisória 620, que foi transformada em lei no último dia 15, sancionada, publicada no 16, tem um destaque muito interessante para o nosso terceiro setor. A importância está na questão da possibilidade da remuneração dos dirigentes da Santa Casa. Conversávamos aqui com o doutor Airton, nosso curador de fundações, e inclusive há possibilidade - nada mais claro, justo e honesto - da remuneração inclusive daqueles que integram o corpo daquela entidade realizando outros trabalhos. Ou seja, relação transparente para que fique claro, em vez de usar subterfúgios, que muitas vezes existem como diárias, ajudas de custo, nomenclatura diferente do cargo, "não é diretor, mas é supervisor".

Vamos deixar as questões claras, vamos deixar as questões transparentes. Há espaço para medidas pontuais nesse campo da legislação, como também há um espaço grande para a união da sociedade, uma participação maior, para avanços dentro desta linha de novos projetos ou de novas medidas, além da contratualização que agora já está madura, já está pronta para entrar na ordem do dia do Congresso e da sociedade.

Paulo Sotero, Instituto Brasil do Wilson Center (Washington): Eu tenho duas perguntas, uma é para Paula: você fala dos fundos patrimoniais e da necessidade de se estabelecer um sistema de certificação - pelo que eu entendo -, que dependa do governo federal. Eu moro muitos e muitos anos fora, mas eu venho aqui

a cada dois meses e a coisa que me impressiona sempre, em todas as discussões, é a quantidade de coisa que vocês pedem do governo. Precisa sempre o governo decidir. Neste caso, qual é a necessidade? O fundo patrimonial é algo que pessoas ou entidades precisam de uma reforma no código tributário que torne atraente às pessoas doarem dinheiro para causas beneméritas. Eu imagino que a autorregulação seja a melhor forma de fazer isso e impedir que esses fundos sejam usados para propósitos outros que não aqueles que inspiraram a sua criação. Assim, qual deve ser a participação do governo nisso? Eu fico pensando nos endowments nos Estados Unidos, onde eu moro, e eu não sei qual é a participação dos governos federal ou estaduais lá, porque eu acho que não passa pela cabeça de ninguém que o governo federal tenha qualquer coisa a ver com isso, a não ser via IRS, receita federal, que terá os códigos e aquilo tem que ser seguido. Isso eu queria que você esclarecesse.

Segunda coisa, eu sou jornalista. Durante 38 anos, eu fui jornalista militante diário ou semanal, na época de revistas, e eu fui beneficiário da generosidade de funcionários públicos, de professores universitários, de militantes que tiveram a paciência de sentar comigo e me explicar as coisas. Muitas vezes, as melhores matérias que eu fiz derivaram de momentos em que eu disse às pessoas, "Eu não vou escrever nada amanhã. Eu prometo que seu nome não vai sair! Eu só quero entender o que está acontecendo! Explica, por favor, que isto vai virar notícia. Mas eu quero entender na hora em que eu escrever." Você fez uma observação a respeito das ONGs. Eu sigo esse assunto há muito tempo e acho que falta hoje nas entidades, no governo a disposição de chamar, sobretudo, jornalistas mais jovens e explicar para as pessoas do que se trata. Essa afirmação que você fez de que alguma notícia que saiu colocou todas as ONGs no mesmo saco, isto é porque alguém não trabalhou. Não é um trabalho que você explicar uma vez e está explicado! Isto é um trabalho que você tem que fazer todos os dias, sempre, de esclarecer às pessoas por que alguma coisa está sendo feita e, de preferência, num contexto. Não convoque uma entrevista coletiva, pelo amor de Deus! É conversa particular que você tem que identificar jornalistas ou grupos de jornalistas e criar esse diálogo porque, afinal de contas, são jornalistas que traduzirão ou não essas coisas. Outra vez, eu fui beneficiário e as coisas que eu fiz de alguma qualidade como jornalista foi porque eu pude contar com pessoas que olharam para mim e falaram: "Eu vou sentar com esse rapaz e vou explicar para ele como

é que é". Às vezes, eu sinto falta disso aqui hoje. Não sei o que está acontecendo na imprensa ou nas organizações, mas está faltando esse diálogo. Eu só queria deixar isso como observação.

Márcio Waked, Bio Fair Trade: Quando a gente fala em marco regulatório - e a gente estava numa mesa temática falando sobre investimento social privado e negócio social, ou seja, o negócio social como sendo investimento social privado -, a gente se deparou com o seguinte problema: há seis anos, nós queríamos criar uma ONG que pudesse apoiar um pequeno produtor e artesanato e exportar isso. Eis que, pela legislação, para que a gente pudesse ter a licença de exportação, nós não pudemos ser uma ONG. Então, tivemos que nos tornar uma empresa como outra qualquer. Só que, ao fazer isso, existe uma série de consequências que nos impedem, por exemplo, de participar de alguns projetos de incentivo a esse público que eu já me referi. A questão é até que ponto essa nova constituição de negócio social, de empresa social, está sendo discutida também e de que forma isso pode ser equacionado?

Paula Fabiani: Para esclarecer a questão das certificações: o projeto de lei prevê o incentivo fiscal para organizações certificadas. Então, uma organização que já tenha uma certificação com alguma forma de incentivos fiscais estabelece um fundo patrimonial vinculado, que é outro instituto jurídico. Esse fundo vai ter benefício fiscal e a doação vai ter benefício fiscal. É isso. E por quê? Isso foi amplamente discutido no grupo. Hoje, no Brasil, nós temos em torno de 300 mil organizações não governamentais. Não existe um sistema de prestação de contas como a gente tem nos Estados Unidos o IRS, um sistema mais robusto, onde estão todas as informações, mas que todas as organizações que têm certificações são obrigadas a prestar contas num sistema, até porque essas organizações já têm um tipo de benefício fiscal (o governo certificou, mas você tem que enviar informações para ter essa certificação). Assim, o grupo achou que era mais adequado tratar dessas organizações do que abrir para um leque tão amplo que inclui uma ONG minúscula, no Piauí, que não tem nem condição de prestar contas, para também poder usar este benefício Isso também representa uma segurança para o doador, que sabe que tem uma organização que vai ter que ter um balanço auditado. Ou seja, você acaba precisando de uma estrutura mais profissional de gestão. Essa é a ideia por trás.

Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes: Paulo, o que você traz sobre os jornalistas, a gente faz sempre. As notícias que estão informativas sobre o marco regulatório, que traz dados, que traz números, quando não estão baseadas em acórdãos do TCU, quando estão baseadas em números do governo, com certeza passou lá na Secretaria-Geral e foi a gente que pautou. Aqui mesmo, o ministro deu uma entrevista para o Estadão e, quando terminou, eu já me ofereci para passar um *briefing* mais detalhado sobre o marco regulatório, disponibilizei a página, à qual eu convido todos a acessarem e que possui uma sessão sobre o marco regulatório. A gente trabalha muito com o conceito de transparência ativa, então, lá tem uma série de dados, documentos, informações o que você quiser saber mais, tem lá escrito, a gente sempre atualiza e espera cada vez mais poder melhorar esse processo de comunicação pública. A gente tem uma ferramenta muito revolucionária hoje que foi a aprovação da lei de acesso à informação. A lei de acesso à informação exige uma promoção da transparência ativa, e nesse sentido, no âmbito da agenda do marco regulatório, das organizações da sociedade civil, a gente está trabalhando numa pesquisa que vai gerar um portal georreferenciado com bases de dados públicas do governo federal. Então, nesse momento, a pesquisa tem quatorze Ministérios Públicos envolvidos, vinte bases de dados, a gente tem não só o Cadastro Nacional de Entidades Sociais que têm o título de OSCIP e de Utilidade Pública, que é o Ministério da Justiça que outorga, como tem também o CEBAS, mencionado antes, que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que é outorgado pelo Ministério da Saúde, da Educação e da Assistência Social, de acordo com a área de atuação, tem o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, do Ministério do Meio Ambiente, Cadastro Nacional de Entidades Organizadoras, do Ministério das Cidades, que é quem faz o "Minha Casa, Minha Vida Entidades", Cadastro Nacional de Entidades de Socioaprendizagem, que está no Ministério do Trabalho, e por aí vai. Esses são os blocos de certificação das diferentes formas de cadastro que existem no âmbito do governo federal. A gente não substitui essas bases, a gente simplesmente articula, traz essas bases para junto e consegue fazer cruzamentos, consegue fazer indicadores. É um processo que se inicia. Tem uma base de recursos públicos, que são as bases de dados que a gente tem Siconv puxa convênio direto, contrato de repasse e termos de parceria, leis de incentivo, cultura, esporte. A

gente tem também uma coisa bem interessante que é um bloco de participação social, onde as organizações estão sentadas em conselhos nacionais, em comissões nacionais, participando da incidência da vida política do país. São bases de dados que existem e o nosso grande trabalho nessa pesquisa é articular sabendo que a gente está, nesse momento, ainda, agora formatando esse grande banco de dados que a gente vai precisar alimentar e buscar os novos, porque a gente conseguiu dar conta de quatorze ministérios e somos trinta e oito.

Isso tudo para te contar que a gente está nesse espírito da transparência ativa, do acesso à informação, da explicação, mas, mesmo assim, como você mesmo colocou, às vezes é preciso uma conversa mais detalhada. Tem gente que quer conversar e tem gente que não quer conversar. Quem não quer conversar publica do jeito que quiser. Às vezes tem outros propósitos. Mas a sociedade civil puxou uma discussão interessante, encomendou uma pesquisa. O Vivarta, que estava aqui, da Andi, realizou uma pesquisa sobre as organizações da sociedade civil na mídia. Como é que a mídia trata? Fez uma pesquisa dos últimos seis anos com cinquenta periódicos entre jornais, revistas, não só nacionais, regionais, pegou uma diversidade grande. Fez um estudo realmente significativo. Esse estudo deve estar publicado a partir de novembro e será lançado na feira ONG Brasil. Tudo isso é para mostrar que a gente tem, sim, estratégias de lidar com a mídia. Tratamos disso como uma questão importante para enfrentamento da agenda, mas ainda assim é uma disputa, e acho que é bom que todo mundo conheça, que todo mundo se una, e quanto mais a gente puder falar para promover, quanto maior for a explicação, melhor ainda!

Por fim, só para dialogar com a fala do Márcio. Nesse diálogo intersetorial que a gente comentou, a gente trabalhou em eixos temáticos dentro do tema do financiamento e da sustentabilidade e um deles era justamente uma roda que discutia o empreendedorismo social, a economia solidária, os negócios sociais, as empresas sociais, em geral. Nesse momento, a gente está dialogando muito com a iniciativa da força tarefa de finanças sociais, de que faz parte a Célia Cruz e vários outros presentes, que também deve dar luz a esse tema. Muito provavelmente essa é uma iniciativa que o governo pretende aderir e se unir. Somem-se ao processo e vamos estabelecer as prioridades, colocar em cronograma e fazer o debate sempre que possível, na linha de elucidar, de pactuar e de colocar

cada vez mais informações para que a gente avance no cenário de melhoria do ambiente institucional e regulatório referente às organizações da sociedade civil, que são a base fundamental da nossa democracia, atores da participação social. Consolidar a participação social como método de governar não é possível se a gente não fortalecer os atores da participação.

José Eduardo Sabo Paes: Apenas respondendo ao Márcio, dentro dessa parceria institucional, é importantíssimo que haja uma conscientização e capacitação não só da área não governamental, mas principalmente da área governamental, ou seja, atores como Receita Federal ou Banco Central têm que ter consciência e capacitação do que significa Terceiro Setor, do que é essa legislação. Muitos dos entraves são entraves infralegais por falta de conhecimento e de capacitação. Essa é uma grande bandeira que eu sei, inclusive, que o trabalho que a Laís faz tem desenvolvido essa parte de capacitação. Isso é essencial! Muitos dos entraves são do burocrata, não é? E o nosso jornalista, nosso expoente, tem essa noção. Ou seja, nós temos que ter informação de pessoas capacitadas. Agora, há pessoas que não são capacitadas. O que nós temos que fazer? Capacitá-las! E aí eu coloco também o Ministério Público. Não é o fato de ter passado em um concurso de qualquer agente público que mostra que ele está capacitado. É uma vida, é uma vida de aprendizado profissional e acadêmico e prático.

SESSÃO PARALELA

PARCERIAS NO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: CAPACITANDO A NOVA GERAÇÃO PARA O TRABALHO

Palestrantes:
Elias Tergilene, diretor, Doimo Brasil
Riccardo Barberis, CEO, ManpowerGroup
Adenil Falcão Vieira, diretora, Instituto Aliança

Moderador:
Bernardo Guillamon, gerente escritório de Parcerias Estratégicas, BID

Bernardo Guillamon: Meus colegas aqui presentes têm uma experiência muito rica no tema que vamos tratar. No entanto, antes de passar a palavra, queria chamar atenção brevemente para alguns dados que mostram a importância deste tema e motivaram o nosso interesse em abordá-lo no fórum deste ano, visto que é um dos temas-chave para o desenvolvimento de nossa região e do Brasil

também: a América Latina toda tem uma região jovem, com um terço da população entre 15 e 24 anos. Um de cada cinco jovens de nossa região nem estuda nem trabalha, são os chamados "*generación ninis*". A taxa de desemprego dos jovens é de dois a três meses maior do resto da população, e, ao mesmo tempo, as empresas da região e num momento bom para a região, bom para a América Latina têm muita dificuldade de encontrar 40 porcento de seu pessoal qualificado - esses são os números gerais nas pesquisas que a gente tem. A situação não é diferente no Brasil, mas tende ainda a ser mais difícil. Recentemente, por uma pesquisa da EY (Ernst & Young) brasileira, os empresários pesquisados dizem que a maior dificuldade para aumentar o investimento no Brasil tem a ver com deficiência de estrutura e com a falta de pessoal qualificado. A escassez de mão de obra especializada é um tema-chave. Outro exemplo é que, uma recente pesquisa realizada pela CNI indicou que quase 70 porcento das empresas entrevistadas encontrou dificuldade em encontrar pessoal qualificado neste país o que é um problema muito importante, e 52 porcento das empresas indicam que a precariedade da educação básica tema que conversamos no painel da manhã é um tema principal também dentro dessa situação. Muitos jovens não possuem as habilidades críticas para trabalho, técnicas, mas também falta um pouco das habilidades de interação, as chamdas *soft skills*, que a gente chegou a falar aqui. Com essa breve introdução, eu queria também comentar que temos aqui um painel com diferentes ângulos sobre essa discussão, onde a gente vai colocar algumas experiências e casos.

Adenil Vieira Falcão: O Instituto Aliança é uma organização social que tem dez anos de fundação, mas a equipe que está junta há 23 anos. Essa trajetória nossa começou na Fundação Odebrecht e hoje o Instituto tem bastante capilaridade. Estamos hoje em 20 estados, 207 municípios. A contribuição que eu gostaria de trazer hoje é a importância da parceria intersetorial; é a nossa experiência de 23 anos que mostra que uma parceria intersetorial envolvendo a iniciativa privada, o poder público e a organização social pode ser muito transformadora. Além disso, é um *case*, um *case* da nossa parceria com a Secretaria do estado do Ceará. Nós começamos com uma escola, hoje estamos em 214 escolas; começamos com 100 jovens, hoje estamos com 100

mil jovens. E é um programa de formação para o trabalho dentro da rede de ensino médio, no próprio currículo.

Para a gente começar a parceria, foram dez anos de construção de uma tecnologia, de uma boa prática, e essa prática nós começamos a construir na Fundação Odebrecht, quando nós fomos procuradas por uma organização americana chamada Advocates for Youth e eles estavam muito entusiasmados com recentes pesquisas realizadas nos Estados Unidos que mostravam a importância da ferramenta "Construção do Projeto de Vida" na formação e prevenção dos agravos de juventude, como gravidez na adolescência, uso abusivo de drogas, uso abusivo de álcool, violência. E eles nos convidaram para juntos nós adaptarmos o manual deles, que chamava "Adolescência: Época de planejar vida", para a realidade brasileira. E esse manual foi adaptado, transformado em livro e entrou em circuito comercial pela FTD com o nome de "Aprendendo-se a conviver". Foi um sucesso editorial porque era um assunto que, no Brasil, as ONGs não estavam sabendo como tratar. E isso foi 1992, foi a época da publicação do livro, e em 1998, 2000, nós começamos a transformar essa metodologia, percebemos também que poderíamos aplicar a mesma metodologia baseada no desenvolvimento de competências não cognitivas, ou soft skills, em um itinerário de formação para o mundo do trabalho. Em 2005, nós tivemos a chance, através do programa "Entra 21", também financiado pelo BID-Fomin, de desenvolver, de adequar essa metodologia de formação de jovens com base na construção do projeto de vida, no fortalecimento da identidade, num programa de formação profissional.

Aí entra já a importância da parceria e do investidor social privado: nós não éramos conhecidos, nós não tínhamos ainda nenhuma avaliação do nosso itinerário formativo e vários financiadores nacionais e internacionais acreditaram no desenho da metodologia. E assim fomos desenvolvendo, aprimorando. Começamos no Ceará, com 500 jovens inicialmente, ainda não na escola pública. Em 2005, já sabíamos o seguinte: nós temos uma tecnologia potente, os resultados são positivos –já tinha sido feita nessa época uma primeira avaliação financiada pelo BID, pela International Youth Foundation, com resultados muito positivos -, mas, para ganhar escala, para transformar qualidade em quantidade, precisamos procurar o sistema público.

Foi uma feliz coincidência encontrar na Secretaria de Educação do estado do Ceará uma equipe absolutamente identificada com a nossa metodologia, identificada com os nossos valores, compromissada e que abraçou também essa tecnologia de formação de jovens, que a essa altura já chamávamos, em inglês, "Carrier Development", "desenvolvimento de vida e de carreira do jovem". Eu tive a chance de ir aos Estados Unidos passar seis meses em Harvard, graças ao apoio da Fundação Kellogg, aprimorando a metodologia, discutindo com educadores que estavam implementando metodologia semelhante no sistema público de Boston, e, quando retornei, então com mais subsídios, nós iniciamos essa parceria com a Secretaria de Educação do estado do Ceará. Essa parceria, inicialmente, era no contraturno escolar. Nós começamos com uma escola, passamos para quinze, trinta, mas sempre no contraturno escolar e através de um apoio do Instituto IBI, que não existe mais, mas mostra o quanto foi importante nessa trajetória o apoio do investidor social privado. Quando ele terminou, o Instituto IBI nos disse que tinha um recurso que ele gostaria de empregar no projeto que eles consideravam que tinha o maior potencial de escala na rede pública na época: o projeto "Condomínio digital". Então, nós procuramos o secretário de educação, o Maurício, com quem já vínhamos desenvolvendo o projeto fora da escola. O Maurício, que é um educador, uma pessoa que é apaixonada pela educação, disse: "Olha, quando você fala de transferência de tecnologia, me arrepia, porque a gente não transfere de uma boa prática, de um projeto que é feito fora da escola para uma complexidade de uma rede pública de ensino".

Então, fomos juntos, construímos conjuntamente dois desenhos do "Condomínio Digital", um para as escolas regulares, aumentando uma hora do currículo normal (os jovens iam para escola de 8h ao meio-dia, hoje vão das 8h à 1h), e outro para as escolas profissionais, em que foram introduzidas duas disciplinas: "Formação para o mundo do trabalho" e "Projeto de vida". Nós formamos a cada ano quatrocentos, quinhentos professores para essas duas disciplinas. Atualmente, o projeto está em praticamente toda a rede –como eu falei, são 100 mil jovens, 214 escolas, 540 professores formados a cada ano. Em função dessa possibilidade de ter ele na rede, das pessoas poderem visitar, já estamos com esse projeto em quatro países: chegamos no Peru e, através da nossa parceria também com o Instituto

Walmart, parceiro que acreditou na tecnologia, estamos levando a tecnologia para Chile, Argentina e México.

Em 2014, o Ministério do Trabalho está se aliando à experiência e introduzindo a lei de aprendizagem, em que jovens no terceiro ano, após terem a "Formação para o Mundo de Trabalho", ministrada pelos professores da rede capacitados pelo Instituto Aliança, vão para a empresa através da parceria e da articulação que as delegacias regionais de trabalho fazem com a empresa. É um desenho completo, que só foi possível graças a essa complementação intersetorial da iniciativa privada, da organização social e do poder público. Sem isso não seria possível. Se a gente puder contribuir estimulando a utilização desse modelo, dessa articulação, ficaremos muito contente com o resultado da nossa participação aqui.

Elias Tergilene: Meu nome é Elias Tergilene. Sou um ex-camelô que virou empresário, e, agora, sou ex-empresário e virei camelô, isso porque eu voltei pras ruas e fui para as favelas. Nosso trabalho consiste em gerar novos empreendedores, empreendedorismo na base da pirâmide. Nós acreditamos que, através do empreendedorismo, a gente faz uma revolução.

Eu fui chamado ao Rio de Janeiro, depois que as pacificações das favelas geraram alguns efeitos colaterais. Por exemplo: a renda do comércio da favela despencou absurdamente. Por quê? Porque tiraram uma matriz econômica ilegal, que era o tráfico de drogas, e não colocaram nada no lugar. Então, deixaram a droga e levaram o dinheiro. O dinheiro hoje vai embora, mas a droga continua lá dentro. Então, nós tivemos que criar uma porta de entrada para o mundo empresarial. Se a gente pegar o asfalto hoje e tirar os empreendedores do asfalto, o asfalto vira uma favela, vira um caos. E hoje os governantes acham que se faz uma revolução na favela sem ter o empreendedorismo lá dentro. E isso que a gente vem defendendo: mudança de uma matriz econômica. Essa matriz econômica que nós estamos desenvolvendo como plano piloto no Complexo do Alemão consiste em levar todo o mundo empresarial lá para dentro por meio de uma porta de entrada que a gente chama de "Shopping Favela". O que é o "Shopping Favela"? "Shopping Favela" é o equipamento de infraestrutura urbana com altíssima capacidade de geração de emprego, renda e empreendedorismo na base da pirâmide. Cem por cento da mão de obra é da favela 100 porcento, seja da faxineira ao administrador do shopping, 60 porcento das lojas

são do empreendedor-favela através da franquia social (a gente está chamando os empresários que querem esse mercado da favela para capacitar o empreendedor--favela e transformá-lo em um empreendedor). Esse trabalho está sendo feito a mil mãos e vem refletindo todo o trabalho que a gente tem feito nas ruas a gente pega o camelô, o feirante, e o traz para dentro de um shopping popular.

Muita gente fala que começou do zero. Nós estamos começando de um déficit de milhões, de bilhões de reais e de décadas, que é um déficit negativo de educação, de cultura e empreendedorismo nesses locais que a gente chama até de "gueto". Os shoppings nossos são instalados em centros altamente degradados, favelas onde a gente encontra uma equação que é o camelô, o traficante, a prostituta e a criminalidade.

A primeira coisa que a gente faz é um processo de inclusão, "Amigo, você é camelô? Vem para cá!", "Ah, você vende drogas? Vem para cá!", "Prostituta? Vem aqui também!". Vamos sentar e vamos conversar sobre uma mudança de uma matriz econômica através de um empreendedorismo. Por exemplo, a favela hoje já vende passagem aérea, a favela já está se preparando para montar as pequenas distribuições junto com a Procter & Gamble para o empreendedor-favela. Nós estamos pegando a Zona Franca de Manaus com eletrônicos, Limeira com a bijuteria, Franca com calçado e bolsa e fazendo com que o empreendedor informal, o camelô, esse empreendedor-favela, passe a ser um distribuidor da indústria brasileira, porque se a indústria não vier, vem o contrabando e a pirataria, se o empreendedorismo não vier, vem o tráfico de drogas, vem o traficante e pega aquele jovem mais inteligente, o mais capaz, que é o que o tráfico quer - o tráfico não quer burro, não quer pessoa sem capacidade de realizar.

Não basta dar dinheiro para resgatar essa pessoa, a gente tem que dar dinheiro, poder e status. Essa é a mudança. Quando uma pessoa está no tráfico de drogas e ganha 4 mil reais, 5 mil reais, se eu chamo ele para ser um empreendedor, ser um trabalhador, e dou a ele apenas os 4 mil reais, ele não vem. Por que não vem? Porque no tráfico de drogas ele tem poder, *status* e dinheiro, ele transa com todas as meninas da favela, já que a moda é ser mulher de bandido na favela. Então, eu tenho que chamá-lo para ser o meu gerente de segurança. Aí eu dei dinheiro, *status* e poder. Aquele cara que está ali fazendo comércio de um contrabando, eu tenho que chamá-lo para fazer o comércio de um eletrônico de uma indústria da Zona Franca. A mudança dessa matriz econômica é um processo lento e o Ministério

Público está sendo envolvido. A gente está chamando o Ministério Público: "olha, Ministério Público, a gente está implantando um shopping lá na favela. Gostaria que vocês viessem junto para dar transparência e legitimidade à nossa operação". A gente tem que relacionar com os políticos, com os traficantes, com a favela, com o camelô. Isso é uma relação muito conturbada ainda, mas sem essa relação, sem esse início, não se faz uma transformação dentro de uma favela. Os projetos do governo ficam muito bonitos no papel, mas o governo não vai dentro da favela. A gente está tendo muita dificuldade em financiamento, porque o discurso do BNDES e da Caixa Econômica é: "Mas isso é shopping", eu falo, "É. é shopping!", "Ah, mas então o dinheiro é 15 porcento ao ano, 15 porcento para você pagar,". Eu falei: "não, mas espera aí. É um shopping em que o favelado está aqui dentro. O empreendedor-favela está se capacitando". "Não, não importa! Na cartilha do banco está que você é shopping, eu vou te enquadrar aqui". Nós estamos em uma crise de identidade muito grande, não sabendo mais o que é o projeto.

Dentro da favela, junto com esse projeto, vem o turismo de favela, vem a comida de favela. Os motoqueiros que trabalhavam no tráfico de drogas ganhando 150 reais por dia, hoje estão ganhando 30 reais e vão ser os *deliveries* do shopping. Eu queria deixar aqui um chamado ao mundo empresarial, o shopping é uma porta de entrada para esse mundo empresarial, a Procter & Gamble está lá, a Nike está lá. Dia 4 agora, no Copacabana Palace, nós estamos entregando os resultados de uma pesquisa que foi feita em todas as favelas do Brasil: o anseio do brasileiro era ter a casa própria, ter o carro. Isso não é mais um sonho, virou uma realidade. O sonho hoje desse pessoal é ser patrão, é virar empreendedor. Então, nosso projeto consiste em fazer com que o empreendedor informal se transforme num empreendedor formal e arraste junto com ele o maior número de pessoas possível, gerando emprego, gerando instrução e uma favela melhor para os próximos anos.

Bernardo Guillamon: Obrigado, Elias! É uma experiência incrível. Nós estamos hoje inaugurando no Complexo do Alemão um projeto de inclusão social com a Prefeitura, na vila olímpica do Complexo do Alemão e que vai ser aplicado nas 17 vilas olímpicas com a Fundação Barcelona, Colgate e Ibiza. E foi assim que o conhecemos, lendo um diário da Argentina. Vi a notícia que vai fazer um shopping na mesma favela em que a gente vinha trabalhando, tentei buscar o nome da pessoa, que é um

empreendedor, nos conectamos e o convidamos para vir aqui hoje falar com a gente, ver como podemos fazer alguma coisa juntos. Estamos superanimados porque este é o país do futuro e do presente. Com gente como ele, gente como a gente, que fica aqui, que faz coisas, fez-se uma aliança e criou-se o Data Favela, uma organização que faz investigação de mercado, pesquisa de mercado de favelas, que identifica as oportunidades que existem nas favelas, que identifica o regime econômico e possibilita fazer inclusão social. Parabéns!

Riccardo Barberis: É um pouco particular a posição da Manpower nesse assunto porque somos uma empresa de recursos humanos dentro de diferentes comunidades e em um papel bem diferente. Assim, vou falar rapidamente o que nós estamos fazendo como empresa, porque temos uma parceria aqui no Brasil com a Junior Achievement exatamente para oferecer, no Ensino Médio público, o conhecimento dos nossos colegas que estão nas filiais, que todos os dias falam com empresas e fazem recrutamento e seleção de jovens em 75 porcento dos casos.

A experiência está sendo maravilhosa! Você não imagina o nível de profundidade das perguntas das pessoas, dessas crianças que você percebe claramente que não têm um contexto familiar parecido com a maioria de nós aqui, não tem uma visão de futuro como nós sempre tivemos - ou que a maioria de nós sempre teve -, mas, mesmo assim, mostram interesse ao falar de um assunto como: "O que significa ter ética no negócio?", "O que significa ser empreendedor?", "O que significa fazer um plano de negócios básico?". Ou seja, é uma experiência boa e hoje nós estamos realmente oferecendo, lá, assim como em outros 15 países no mundo, exatamente porque sabemos que nessa faixa de idade, no final do Ensino Básico e Ensino Médio, temos a possibilidade de oferecer a experiência que as nossas pessoas na empresa, na maioria dos países, estão já fazendo com o Junior Achievement.

Outra coisa que estamos fazendo e que está tendo um interesse muito relevante, especialmente nos jovens, é a nossa uma plataforma de *training* e *learning center*. Ou seja, tem jovens que, em vez de serem empregados da nossa empresa, têm acessos a muitos cursos *online*. Claro que você já começa a fazer isso com pessoas que ou têm computador ou têm uma básica competência de informática. Isso está sendo muito importante por alguns aspectos básicos. Por exemplo, muitas pessoas estão se conectando hoje por inglês básico. Olha como o mundo do jovem está já percebendo

bem claramente que esse *gap* é um limitador forte no mundo do trabalho. Assim, ou eles entendem e vão procurando uma solução - tem empresas que fazem isso de maneira privada, mas nós fazemos isso como *learning center*.

Essa é a parte que eu posso contribuir como empresa, que estamos fazendo porque nós achamos que realmente que a nossa presença é reconhecida não somente como empresa de RH, que tem diferentes marcas embaixo do grupo, mas porque tem uma marca que é conhecida porque trabalha muito na área da recolocação e do primeiro emprego. Porém, eu acho que a minha contribuição hoje com a Manpower é realmente em outro pequeno ponto, que é a segunda parte dos meus cinco minutos, já que todo mundo aqui está ciente dessa responsabilidade da capacitação dos jovens.

Infelizmente, o meu papel aqui é dizer que a situação pode só piorar se nós não aumentarmos o nosso foco nessa área. Por muitas razões. A primeira é porque, como já foi mencionado, nos próximos 30 anos, o Brasil vai ser um dos únicos países, junto com México e a Índia, com um aumento da população economicamente ativa. Em todos os outros países do mundo, vai ser reduzida a população. Isso significa, de um lado, uma competição global por talentos melhores, mas, em segundo, que as pessoas com menos competência terão dificuldade de entrar no mundo do trabalho se o país não crescer pelo menos 4 porcento. Há um monte de estudo que mostram isso: se o Brasil não cresce pelo menos 4 porcento de PIB por ano, não gera suficientes vagas para os jovens que estão entrando no mundo do trabalho. Ou seja, tudo o que nós podemos fazer, como experiências maravilhosas aqui mostradas, por cruzarem interesse privado, interesse social, grupo corporativo, público é uma bomba, e nós temos já aqui no Brasil a experiência de outros países. Se você pega hoje a Europa, incluindo o meu país, onde nasci, a taxa de desemprego juvenil na Espanha é 50 porcento, e de 20 porcento no geral, Na Itália, o desemprego é de 15 porcento o juvenil e de 30 porcento. O futuro é realmente como incluir o que normalmente está pagando o preço da crise global. Há muitas coisas que podemos fazer, mas eu acho que um país realmente se mede pela forma como desenvolve os futuros líderes e o futuro cidadão.

O último ponto que gostaria de mencionar, que está realmente bem conectado com a experiência compartilhada, é a questão do microempreendedorismo. Apesar da nossa parceria com o Junior Achievement, que tem como missão desenvolver o mi-

croempreendedorismo, o nosso interesse no tema se deve à dificuldade que esse tipo de jovem tem de entrar no mercado de trabalho e cada dia mais a empresa tem menos interesse a contratar pessoas sem experiência. Esse é o grande descompasso que passou a aumentar nos próximos anos. A empresa sempre menos disposta a contratar pessoas sem experiência, essa pressão terrível da produtividade – a palavra do futuro –, fazer mais com menos, e, do outro lado, jovens que estão tentando entrar no mundo de trabalho e estão parados porque não têm experiência. Esse descompasso pode ser a nossa área de ação, pode ser uma área de responsabilidade forte. Então, esse era o recado que eu queria passar. Infelizmente era um recado de que o problema existe, em um tamanho que não sei se é tão claro para todo mundo, mas foi realmente um prazer compartilhar essas experiências, porque eu sei que lá tem o nosso futuro.

Bernardo Guillamon: Agradeço como você colocou a importância do tema de caráter global em comparação também com a situação em outros países, sobretudo, a oportunidade que há neste país, nesta região da América Latina, de mudar essa situação e colocar uma situação de melhor competitividade e oportunidade de trabalhar em parcerias entre sociedade civil, fundações, setor privado, setor público, e ver como desenvolver experiências-piloto que possuem eficiência de custo para vocês escalarem para nível nacional, local ou internacional, como algumas experiências que estavam aqui.

José Luiz Setubal, Instituto PENSI: Elias, além de oferecer a estrutura, como você faz a capacitação dessas pessoas para tocar um negócio? E qual o grau de formalização que existe nos shoppings que você já tem?

Elias Tergilene: Como nós fazemos para capacitar? Justamente, aproximando o mundo empresarial dessas pessoas. Eles são hoje 100 porcento informais, não só no que se diz ao pagamento de impostos, mas à capacitação. Esses empreendedores naturais que a gente trabalha são pessoas que têm sangue de comerciante na veia. Ninguém vai ser camelô porque não sabe vender, ele vai ser camelô porque ele sabe vender. É um talento natural dele. Então, nós exploramos todo esse talento natural. Um exemplo que nós podemos dar aqui, nós estamos criando a chamada "empresa-escola" dentro das favelas. O que é a empresa-escola? É uma empresa que vai ser uma escola, uma escola que é uma empresa voltada à área

de eventos. A favela é que faz o carnaval. É o maior espetáculo do mundo! Quem faz? É a favela! O samba, a música, a cultura, a arte nascem onde? Nas favelas e nos guetos! Já que isso é uma vantagem competitiva daquele lugar, vamos potencializar! Como que a gente potencializa? Criando uma escola técnica já dentro da favela. Você pega aquele que faz o samba, aquela que canta, junta aquilo tudo e vamos fazer evento para o mundo empresarial.

A Globo, hoje, tem um problema sério os canais de comunicação – porque hoje propaganda não é mais uma vantagem competitiva, todo mundo pode fazer propaganda; produto não é mais uma vantagem competitiva, todo mundo tem produto; ponto de venda não é mais uma vantagem competitiva, todo mundo tem ponto de venda. Então, qual é a vantagem competitiva para o mundo empresarial? Interação! E essa interação a favela dá um show! Então, a gente pega esses artistas naturais e os coloca a serviço do mundo empresarial. A TIM liga e diz: "Olha, eu preciso vender chip. Eu preciso ter capilaridade". Então, vamos pegar a turma da favela aqui que sabe fazer interação e vamos colocar vendendo chip da TIM dentro da favela. Nós estamos fazendo isso muito bem com LEC, é a Liga de Empreendedores Comunitários. Hoje, se o "paraíba" que está nas favelas do Rio de Janeiro ou o baiano que está aqui em São Paulo programar a viagem, fica mais barato ir de avião do que ele ir de ônibus. Então, o quê que a gente faz? Nós fizemos um convênio com a Vai Voando e colocamos o pessoal vendendo passagem aérea porta a porta. Essa interlocução é que é o sucesso, porque se você virar para um favelado e falar assim, "Oh, compra uma passagem aérea, vai lá no aeroporto e faz o check-in", "Check o quê?!" A linguagem dele é outra. A linguagem tem que ser assim: "Irmão, a dona Mariquinha, filha do seu João, comprou uma passagem aérea, foi a família dela toda lá pra Paraíba. Você vai chegar lá, tem um balcão escrito 'Gol', você chega lá, entrega sua mala. Não se preocupa, não, que te devolvem lá no final. Oh, isso é o tal do check-in. Quando eles falarem para você que é para fazer check-in, é ir lá no balcão para entregar a mala para pegar depois. Outra coisa, dentro do avião tem um lanche. Você não precisa tirar dinheiro da carteira, não, que é de graça, tá?! E não precisa ficar com medo, não, que não tem problema nenhum. Está todo mundo voando." Aí a passagem aérea é vendida! Nós estamos criando uma máquina de interação que chama empresa-escola para o mundo empresarial dessa forma. A favela não tem carro, a favela tem moto. Então, nós já estamos em contato com a Honda, vamos vender consórcio Honda

dentro da favela. Então, o que a gente tem feito para capacitar é trazer o mundo empresarial e é o mundo empresarial que capacita. Depois da Revolução Industrial que o mundo tornou-se mundo! Então, volto a dizer: querer transformar a favela sem empreendedor lá dentro, isso não existe, é utopia.

Você perguntou sobre o grau de formalização. Isso é uma pergunta muito séria, porque, como eu falei aqui, muita gente começou do zero, nós estamos começando do negativo lá embaixo. Então, se hoje eu tenho uma matriz econômica que é a prostituição, o tráfico de drogas e a criminalidade. Eu estou com a matriz econômica negativa e que faço a nação gastar bilhões com a segurança, com a recuperação do viciado em craque, que não tem recuperação. É dificílimo. Isso faz a sociedade gastar bilhões. Então, nós partimos do princípio que a gente quer sair do negativo e zerar. A formalização não é a nossa preocupação hoje. A formalização é a segunda preocupação nossa. A primeira preocupação é trazer o mundo empresarial para que a gente evite o contrabando e a pirataria. Aí, eu começo a ficar cada vez menos negativo. Então, partindo do princípio que toda grande empresa foi informal - Bill Gates começou numa garagem, ele era formal? Não! Henry Ford, quando estava inventando o motor a combustão, ele era formal? Não! Zara era um costureiro, eu era um vendedor de esterco -, então, a gente tem que partir do princípio que a informalidade é um estágio natural de qualquer grande empresa. Partindo desse princípio, a gente começa a ver por outro ângulo a formalização. A formalização é igual a dinheiro no bolso. Se você não tem dinheiro no bolso e não tem a cultura de trabalhar e ganhar dinheiro, não adianta falar em formalização agora.

A nossa preocupação é mudar a matriz econômica e mostrar que ele pode ganhar dinheiro sem a criminalidade. Segundo passo, a formalização. As leis brasileiras não permitem essa formalização. Ela é contra a formalização. Primeiro que ela é muito burocrática, segundo que a quantidade de imposto que impõe para pagar leva qualquer pequeno empreendedor à falência. Então, isso gera, cada vez mais, uma distância do mundo formal. O maior trabalho que nós estamos tendo nesse projeto é falar com o Ministério Público. Meu amigo, você já tem dificuldade em aplicar as leis que são feitas para o asfalto, nisso aí que vocês chamam de sociedade organizada. Pensa, então, você querer aplicar as mesmas leis num território que, durante décadas, ficou sem a presença do Estado. Isso é virar para uma criança de três anos de idade e falar assim:

"O senhor não pode fazer xixi na calça!", "O senhor não pode chorar!", "O senhor tem que trabalhar, recolher seus impostos e se manter!". Isso é brincadeira! Nós estamos num déficit negativo muito grande. Eu tenho que colocar dinheiro no bolso do povo, mostrar para eles que eles são capazes de trabalhar –porque, na cabeça deles, há um complexo de inferioridade muito grande. Você falar que eles vão virar empresários, isso está muito longe para eles. Então, nós temos que quebrar essa barreira, fazer esse equipamento funcionar e aí nós vamos buscar a formalização.

Helena Monteiro, WINGS: O trabalho para a juventude é uma questão que preocupa todos os associados da rede WINGS, seja da região árabe, da América Latina, da África. Ou seja, é realmente uma prioridade global. Queria compartilhar isso e fazer uma pergunta: vocês têm contatos com outras redes de outros países da América Latina ou, tendo em vista que esse é um tema de prioridade global, vocês estão em contato para ganhar experiências e compartilhar conhecimentos com outros países sobre este tema?

Adenil Vieira: Na verdade, alguns dos projetos funcionam em rede. Esse projeto nosso que está na rede estadual do Ceará é o mesmo projeto que é financiado pela Caterpillar em nove países, pela Alcatel-Lucent em mais oito e a Escola Social do Varejo, financiada pelo Walmart, está em quatro países. Através dessas fundações internacionais, nós trocamos experiências com vários países, não só da América Latina. Através de fóruns na web, onde se é lançada uma pergunta e cada país responde. Então, nós temos condição de intercambiar as experiências na internet.

Riccardo Barberis: No caso da Junior Achievement, nós estamos fazendo o mesmo projeto em quinze países no mundo, estamos já falando de desenvolver aqui no Brasil um projeto que já está sendo desenvolvido da nossa Manpower no México, com *counterparty* deles, exatamente nesse sentido de não reinventar a roda, como se fala, mas realmente de fazer o que precisa ser feito, que não é tão diferente, especialmente nos países da América Latina, para os jovens.

Bernardo Guillamon: Nós temos um projeto chamado "New Employment Opportunities", novas oportunidade de emprego, que o programa é uma aliança com Walmart, Microsoft, CEMEX, Caterpillar e Arcos Dorados para treinamento, emprego

de jovens que nem trabalham nem estudam. Esse programa começou no México, vai para a Colômbia, estamos começando no Brasil também, com a Confederação Nacional de Indústria e com esses mesmos parceiros e outros, e a gente.

Elias Tergilene: Nós estamos trabalhando com outros países, sim. Nós estivemos agora no Paraguai a convite do governador, em Pedro Juan Caballero, que é um estado a 300 quilômetros de Campo Grande, na intenção de fazer com que a gente diminua o contrabando naquela região. Os shoppings populares são característicos por venda de contrabando e pirataria. Isso é um problema de fronteira brasileira, isso não é um problema do pequeno empreendedor que está lá vendendo. O Brasil tem que bloquear as fronteiras. E esse é um trabalho que a gente começou, com o pessoal do Paraguai dizendo: "olha, é melhor vocês mandarem para o Brasil tudo legalizado, porque se vocês não mandam legalizado, vai a polícia federal lá, toma a mercadoria toda do pequeno empreendedor e ele vira um problema de caixa". Angola veio nos procurar para que a gente também implante esse sistema de shopping popular em Angola, que lá é muita gente vendendo as mercadorias na rua. E o grupo nosso é italiano, nós temos sociedade com o grupo Doimo italiano há mais de 15 anos nas nossas indústrias, e hoje a economia da Itália está muito ruim assim como na Europa, em geral. Nós estamos querendo criar o primeiro *outlet* de favela, que é pegar o produto de marca, europeu de *design*, e a favela começar a comercializar esse produto dentro da favela. Nós estamos criando turismo de favela, então, queremos vender Armani, Gucci, Prada dentro da favela. Uma importação legal e que as madames vão lá dentro comprar. E quem estará lá atendendo vocês? Um favelado. Vocês vão poder entrar num equipamento bonito, arrumado, com segurança dentro da favela e vão poder comprar grandes marcas. Esse intercâmbio a gente está fazendo. Estamos fazendo também o intercâmbio com a G-Planet. É uma das maiores empresas europeias na parte de eventos e vai vir para o Brasil operar essa escola de evento com a gente. Semana que vem nós vamos receber o pessoal da Argentina, que está querendo implantar esse equipamento lá. A gente está, sim, rompendo as fronteiras.

Agop Kayayan: Uma pergunta para senhora Vieira. Obviamente, a organização Aliança conseguiu levar a um nível de escala significativa a capacitação de jovens no

Ceará. O que faltaria para o Brasil ou para a sua organização para fazer isso a nível nacional, quando sabemos que o problema é extremamente grave e que, se algum dia estourar, para ninguém dizer que não sabia. O que falta para fazer isso?

Adenil Vieira: Na verdade, nós já estamos com esse mesmo modelo. Como nós não somos uma organização muito grande —nós temos 140 colaboradores em 20 estados e nos preocupamos com o crescimento excessivo e a possibilidade de perder a qualidade -, nós estamos iniciando em 2014 a parceria com o Instituto Walmart, na rede pública do estado de Pernambuco. Então, a mesma experiência do Ceará está sendo replicada em Pernambuco. E, por meio do Ministério do Trabalho, dentro desse desenho de usar a lei da aprendizagem, o jovem é capacitado na escola, no último ano do Ensino Médio. O projeto chama "O aprendiz na Escola", e já começa, no contraturno escolar, o programa de aprendizagem na empresa. A ideia é fazer um piloto, em 2014, e, em 2015, iniciar também a disseminação em todos os estados do Brasil. Ele quer levar primeiro para o Paraná e aí vamos ver quais são os próximos estados. Quando nós formos disseminar o programa que chama "Aprendiz na escola" para outros estados, nós necessariamente teremos que levar essa experiência de preparação para o mundo de trabalho.

Nós tivemos várias avaliações recentes do BID, consultores independentes, e o último chama Marcelo Pizarro - nos deu um *feedback* importante, que ele disse o seguinte: "Olha, vocês estão fazendo na escola o que todo sistema de educação ocidental deveria fazer". Nós trabalhamos com o jovem muito com o que está fora dele, o conhecimento que está fora. Vocês estão criando oportunidade para o jovem se voltar para dentro dele mesmo e se perguntar: "O que eu quero?", "Qual é meu sonho?", "O que faz meu olho brilhar?", "Que medos eu tenho de chegar até meu sonho?", "Quais são minhas fragilidades?", "Quais são minhas forças?". Então, é um programa de alto conhecimento, inicialmente, e de fortalecimento da identidade e da autoestima. Então, o que nós achamos é que à medida que nós formos nos sentindo mais fortes - no Ceará nós já estamos em quase toda a rede de Ensino Médio, são 214 escolas, o que é quase o universo - nós iremos para Pernambuco. Para isso, nós temos que ter uma secretaria compromissada com recursos financeiros capazes. Para você ter uma ideia, nos últimos quatro anos, a Secretaria de Educação do estado do Ceará tem investido, fora o recurso da iniciativa privada,

entre 3 milhões de reais e 4 milhões de reais. Por isso, tem que ser uma Secretaria que disponha desse recurso, tem que ter parceiros privados que também estejam acoplando recursos. É um processo que depende de uma série de condições. Nós fomos muito felizes com a experiência no Ceará, mas estamos criando condições para ir lentamente para outros estados.

Uma coisa que eu acredito que está faltando em experiências bem-sucedidas, que aparentemente é o caso de vocês, porque tem um modelo que incorpora uma aliança: governo, empresa privada, setor não governamental, que é muito raro. Mas, eu acho que o que falta é uma divulgação maior, mais massiva, e ter a cooperação e apoio de organizações como o Banco Interamericano, mas que eles ajudem com a credibilidade do Banco Interamericano, também de organizações como UNESCO para que isso seja um exemplo conhecido de sucesso, que deu certo e que pode dar certo. Porque, em alguns lugares, eu acho que ainda estão ainda buscando modelos.

Bernardo Guillamon: Conectando com isso mesmo, queria agradecer a oportunidade do IDIS de trazer a experiência de diferentes ângulos, do multilateral, como o nosso BID, de um do setor privado, de empreendedorismo local, das fundações locais e como estão fazendo experiências que são piloto que podem mostrar o caminho para seguir, mas que não ficam somente isoladas em um âmbito muito pequeno, que à medida que são monitoradas, avaliadas e que, com certa credibilidade, depois podem ser escaladas, como políticas públicas, como programas nacionais, regionais que podem dar uma transformação ao tema. Mas parece muito importante o talento e o empreendedorismo, para fazer dessas primeiras experiências realidade.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO:

FILANTROPIA E CIDADANIA

Palestrantes:
Felipe Medina, presidente do Conselho, Transforming Philanthropy Initiative
Gesine Schawn, presidente e fundadora, Humboldt-Viadrina School
Paulo Sotero Marques, diretor, Brazil Institute, Wilson Center

Moderador:
Marcos Kisil, diretor Presidente, IDIS

Marcos Kisil: É um prazer muito grande a gente poder chegar ao fim dessa jornada vendo o quanto se falou da importância da cidadania e quanto se colocou a responsabilidade individual junto com a responsabilidade coletiva. Esse momento é particularmente importante para os nossos países, em especial para o Brasil quando a gente pensa que estamos completando 27 anos que deixamos um regime mais totalitário para nos transformar num regime democrático.

E nós sabemos que, enquanto o regime democrático não tem limite porque nós não sabemos dizer o que é a cidadania, porque a cidadania não tem limite – nós sabemos que a gente não queria era ir para o regime ditatorial. Então, é muito mais fácil a gente começar por onde a gente não quer estar. Nós vimos aqui que a discussão que permeou várias das falas levavam muito em conta que o investimento social é ao mesmo tempo um produto e, ao mesmo tempo, pode ser um produtor dessa democracia.

Nós temos uma maneira de pensar bastante simples que ajuda a gente a raciocinar sobre o tema: como se pode pensar numa filantropia se a gente não pensar que ela é uma filha que nasce de um casamento entre um tipo de regime econômico, que a gente chama de capitalismo - e que tem o fulcro no capitalismo, a mais-valia, o lucro, o ganho, o crescimento de capital - com aquilo que a gente pode chamar de democracia - que é a liberdade de tomada de decisão dos indivíduos, das entidades com os quais a sociedade tem que lidar.

Esse casamento entre capitalismo e democracia é que gera o espaço de uma filantropia, e essa filantropia, como qualquer criança, tem que entrar numa idade adulta para produzir os frutos que a gente espera. O Brasil tem uma história de filantropia tradicional, mas tem uma história relativamente recente do que seria essa filantropia estratégica, porque é uma história recente também o que a gente está chamando de democracia, e é uma história relativamente recente como é que o Brasil passou a ser um ator econômico importante. Vocês viram o dado que foi projetado aqui, logo no começo da manhã, que o Brasil ocupa uma posição de sexta ou sétima economia mundial, de acordo com a maneira que a gente entende os dados, e que nós estamos na posição 91 do *Global Giving Index*, e ao mesmo tempo a gente olha os subdesenvolvimentos pelo IDH, nós somos posição 85.

Nós temos uma economia, temos o capitalismo já de um país desenvolvido e vivemos ainda um pedaço dessa história que é de um país subdesenvolvido. Como compensar isso no regime democrático? Esse é o objeto da nossa conversa. E nós temos três participantes que vêm com experiências bastante diferentes e, ao mesmo tempo, bastante coincidentes sob o ponto de vista da riqueza que eles podem apresentar ao debate. E nós temos aqui, no espaço, em que a gente vê como é que a Europa, no momento atual, berço de muitas das influências que nós

temos aqui no Sul do Brasil, vive um momento muito sério com alguns problemas econômicos, da crise que alguns países seguem patinando, ao mesmo tempo em que têm problemas sociais seriíssimos. O mais recente nós assistimos agora com o afundamento de um barco de imigrantes em que morreram duzentas e poucas pessoas. Então, existe um problema na nossa Europa - um velho continente com novos problemas, eventualmente. Ao mesmo tempo, eu tenho um novo continente que, provavelmente, está com os velhos problemas. Isso ocorre na nossa Colômbia, um país que seguramente desponta como um dos países com maior riqueza cultural, maior riqueza política, que, apesar de uma guerra civil, conseguiu manter um regime democrático ao longo desse processo, conseguiu fazer um capitalismo próprio. E temos aí o espaço de um brasileiro que está há mais de 20 anos nos Estados Unidos tendo a chance de estar numa vitrine do mundo, ao mesmo tempo em que carrega todas essas informações e conhecimentos sobre a realidade brasileira, que é o Paulo Sotero.

Gesine, a pergunta é muito simples: No mundo atual, como é que você vê esses processos democráticos frente às questões econômicas que o mundo está passando? A nossa democracia é capaz de sobreviver a esses processos econômicos? E, se isso é possível, como é que você vê, particularmente com uma visão europeia, esse espaço que se abre para filantropia?

Gesine Schwan: Nós já falamos esta manhã sobre o papel tradicional da democracia. E qual é o problema? O problema são os limites de alcance nacionais e a complexidade da sociedade, dos estados e, principalmente, do eixo transnacional dos desafios, que não permitem que os países façam aquela politicagem para chegar a uma solução. Você precisa de atores transnacionais adicionais. Eu gostaria de sublinhar que não são substitutos dos representantes oficiais da democracia. E com essa finalidade do seu convite, quando você falou da minha experiência institucional, enfim, talvez duas palavras sobre a minha experiência pessoal: eu nasci no final da Segunda Guerra Mundial, e, desde o momento que eu nasci, recebi a obrigação dos meus pais, eu e o meu irmão, de que nós tínhamos de lutar pela democracia, pelo entendimento mútuo, por reconciliações. Isso é de uma dimensão essencial e os europeus têm essa questão existencial. Como cientista política, entendemos que a democracia tradicional não é suficiente.

Há quatro ou cinco anos, junto com colegas, fundamos uma escola governamental que está sendo legitimada por duas universidades. É a escola Humboldt-Viadrina. Ela está sendo validada por uma universidade onde eu fui presidente por nove anos e a ideia é trazer a Academia muito mais próxima das práticas da sociedade para ajudar a encontrar soluções políticas. E, para esse propósito, nós temos três tipos de atividades: primeiro, cursos de graduação, onde todos se candidatam para ensinar profissionais, nós temos de ter dois anos de experiência profissional para se candidatar e apresentar um projeto onde eles têm de resolver um problema. Nós queremos pessoas que encontram soluções, e não pessoas que sejam ambiciosas e persigam só uma carreira. Há projetos de todos os campos da sociedade. Então, nós já temos cinco grupos da primeira turma, com cerca de 18 projetos sendo iniciados e implementados, seja nutrição nas escolas, ajuda para imigrantes ou ajuda para uma nova produção, pessoas que tenham algum tipo de invalidez e também projetos para a África ou para a Ásia. E essa é a primeira coisa que nós estamos fazendo, estimulá-los a encontrar a cooperação entre a política, os políticos, o setor empresarial e a sociedade civil organizada. Peter, meu marido, já apresentou as vantagens de um casamento e eu posso fazer outras coisas. Mas esses programas têm projetos em países em transição, como Afeganistão, África, para encorajar o empoderamento da sociedade civil para a redemocratização. Porque, se você der uma nova constituição, não significa que a democracia será estabelecida. O terceiro é sobre a Internet, *e-learning*, esses currículos. Esse terceiro é uma plataforma política onde organizamos os "triálogos" de mais longa duração com políticos, homens de negócios e a sociedade civil junto com a Academia e a mídia para tratar os problemas de longo prazo, como, por exemplo, a energia. O Parlamento decidiu, com todos os parlamentares, sair da energia nuclear, mas não falou mais nada. Como isso vai continuar ninguém sabe! Há grandes conflitos sobre isso e é muito difícil promover e sair da energia nuclear, da geração de energia nuclear, sem prejudicar as empresas, indústrias etc. Então, nós promovemos esses "triálogos" com os vários interessados. São "triálogos", não diálogos, e são extremamente favoráveis. Há um propósito também para mostrar os argumentos e essa transparência dos argumentos através da Internet, porque, para a Europa, nós contribuímos com essa escola durante a crise financeira para criar uma nova ONG, Financial Watch, onde tem uma nova plataforma, sob as leis das organizações e do Parlamento europeu, de novo, para promovê-los também.

Eu tenho um minuto e gostaria de encerrar com duas frases. Uma é que, durante essa manhã, cuidadosamente, ouvi sobre o financiamento das atividades das ONGs, nós somos um misto de escola acadêmica e uma ONG e financiamos tudo por nossa conta. Penso que há dois pontos na Alemanha. A cada dia uma nova fundação é criada. Elas são mais e mais operacionais e não financiam outras iniciativas. Acho que é um erro, porque há tantas atividades na sociedade que deveriam ser financiadas como operação. Eu sugeriria uma lei na Alemanha que pelo menos 50 porcento dos gastos de uma fundação deveria ir para outras fundações e outros financiamentos institucionais. E a segunda é que se as fundações institucionais só tiverem um único projeto de financiamento, não será suficiente. Porque se você não tiver um corpo mínimo para poder ter vários projetos não vai adiantar. Nas fundações alemãs, a sustentabilidade do financiamento institucional também é discutida - por exemplo, de cinco anos, um financiamento institucional. E a organização a qual eu citei fez um diagnóstico de cooperação entre política, negócios e a sociedade civil organizada.

Marcos Kisil: Quando eu comecei nesse setor, nós tínhamos duas fundações na Venezuela que eram fundações exemplares para a época. Uma se chamava Fundação Eugenio Mendonça e a outra se chamava Fundação Polar. Uma era de um grupo que a família tomou a decisão de fazer da sua riqueza a fundação e a outra era uma empresa –que a família utilizou a empresa para fazer a fundação. Mudança de regime, Venezuela assumiu outro papel em termos de democracia, As duas fundações desapareceram, praticamente, e não foram substituídas por nenhum outro instrumento que pudesse vir de uma nova, modelo de fundação. A Colômbia, na mesma época, - principalmente o pessoal de Medelín, Cali, Bogotá –já tinha uma história de criação de fundações com recursos privados extremamente importante. Era mais raro encontrar algum tipo chamado fundação que seria pública porque a grande maioria era privada, e ao longo do tempo a gente viu que a democracia da Colômbia é uma democracia que deu chance para novos modelos dentro do interior (isso em que os interiores serviram de apoio importante sob a existência desse modelo fundacional). Então, Felipe, eu gostaria que você, que tem essa chance de olhar a América Latina, tua experiência enorme desde os Estados Unidos e desde a Colômbia, como é que você agora, no nosso continente, vê essas mesmas questões de "linkar" a democracia, o capitalismo nosso com a questão do mundo filantrópico?

Felipe Medina: Como discutimos hoje, estamos vivendo um capitalismo não sustentável em função da desigualdade e destruição do meio ambiente. Para reverter essas forças, é crucial coordenar os esforços dos três setores. Eu gostaria de falar um minuto para descrever um pouco o trabalho da Transforming Philanthropy Initiative. Essa Initiative tem três pilares. O primeiro pilar é motivacional: vemos que as pessoas da região e os gastos subiram, e queremos mudar isso. O segundo pilar é educacional: queremos ajudar que os doadores sejam mais estratégicos e efetivos nos investimentos sociais. E o terceiro é tentar mudar o ecossistema e trabalhar para que haja transparência, e trabalhando com as universidades para criar centros de filantropia.

Muitas pessoas associam filantropia com dinheiro doado. Historicamente, o Sérgio Mindlin disse que filantropia tem uma conotação negativa no Brasil, mas a realidade é que, se você olha para a origem da palavra, é "filos" e "antropos" igual a "amor à humanidade". Para os gregos, filantropia é compartilhar conhecimento, conexões e habilidades. A realidade é que o conhecimento e quem sabe fazer algo é mais valioso ou pode ser do que o cheque que você assina para resolver os problemas sociais. Nós também achamos que a defesa de políticas públicas é importante. A questão é que você precisa usar o recurso mais raro que você tem, que é o tempo. Isso está relacionado com a definição que foi discutida hoje de manhã, no primeiro painel. Estamos tentando redefinir a filantropia como uma estrada de duas vias, ao invés de ser um paradigma de dar dinheiro dos ricos aos pobres. Achamos que os pobres têm muito a oferecer, e deveríamos ouvi-los. Há um leque de forças, a globalização, a mudança das regras setoriais, crise econômica e tecnologias conectadas. Algumas dessas ações estão mudando. O que a Philanthropy Initiative busca é ajudar os doadores e suas fundações a concluir seus trabalhos sociais no futuro. Para continuar a criar desenvolvimento sustentável, precisamos pensar em uma escala maior e nos adaptar a um contexto maior, temos de superar as barreiras que existem no setor filantrópico. Filantropia é a fonte de capital mais flexível. Nenhuma outra pode assumir riscos novos para mudanças na sociedade. Assim mesmo, a filantropia se focaliza em financiar empreendimentos de baixo risco para não perder dinheiro. A adversidade é um risco. As causas filantrópicas têm um horizonte breve e acabam diversificando os investimentos. Dizem que a filantropia no mundo tem o foco mais profundo, tem mais impacto. Mais cedo, hoje, nas mediações de impacto, falei do

conceito de usar investimentos financeiros de risco ajustados ao retorno quando você considera seus investimentos sociais. Gostaria de encorajar, considerando os riscos quando você pensa em investimento social.

Historicamente, tem havido uma diferenciação entre a organização sem fins lucrativos do terceiro setor e há outros que trabalham no setor privado sem fins lucrativos. Estamos em um mundo bifurcado. Hoje temos investimentos sociais com fins lucrativos, outros estão também tentando cobrir essa lacuna. Essa é uma oportunidade muito interessante para o setor social. Por exemplo, nos Estados Unidos, as doações filantrópicas são de 300 bilhões de dólares, enquanto o setor financeiro mobiliza 41 trilhões de dólares. Somente se 1 porcento desses investidores tivesse seu foco em impacto social ou ambiental, isso poderia aumentar mais do que o dobro as doações filantrópicas. Antonio Moraes Neto mencionou que o equivalente, no Brasil, é de 2 trilhões de reais. Durante os anos 70, Milton Friedman disse que a única responsabilidade das empresas era aumentar o lucro. O mundo evoluiu, e as pessoas de negócios têm a ideia de que se você faz negócio e é socialmente responsável não é só bom para a sociedade, mas é bom também para a empresa. A nova geração de jovens está interessada em trabalhar em empresas que tenham uma contribuição positiva para a sociedade e que seja coerente, harmônico com todos os parceiros. Na Colômbia, há dois anos, havia um banco incorporado com uma entidade sem fins lucrativos, com o mesmo conceito quando os originais bancos sociais vieram a nós na Revolução Industrial: você tem capital de um lado, a necessidade de projetos do outro lado e alguém para fazer a intermediação financeira ou estruturação ou engenharia financeira. Vemos uma grande oportunidade com isso e somos muito otimistas no trabalho que esse banco de investimento social pode fazer. Muitas vezes, alguém que teve sucesso no mundo dos negócios pensa que pode introduzir o sucesso no mundo social, sem perceber as complexidades existentes. Eles têm serviços sem consultar os beneficiários que muitas vezes resultam em recursos desperdiçados. Isso é algo que eles jamais fariam no setor privado. Como mencionado no painel de avaliação, nós gostamos das palavras que começam com "Co": codecidir, cocriar, coconstruir e, claro, Colômbia. Uma recomendação para os nossos filantropos, uma vez que decidiram investir em sua paixão: reservar de seis a doze meses para pesquisar e planejar as suas áreas de interesse. Descobrir o que já funcionou, os erros que já foram cometidos. Erros normalmente são escondidos, mas achamos que é crucial aprender com os erros.

Como a Suzy mencionou, hoje de manhã, a indústria de investimentos foi criada aprendendo com os erros. Fale com os beneficiários, a oportunidade de encontrar uma ou duas organizações, que se você alavancar suas operações, vocês terão mais impactos do que começar do zero. O melhor exemplo do mundo foi o que Warren Buffet fez de não começar a fundação dele, mas alavancar o trabalho da Fundação Gates. Betty Feffer mencionou sobre a importância da consciência. Nós gostamos de fazer filantropia com consciência e com ciência, e, muitas vezes, a ciência da efetividade das organizações sociais já existe. Filantropia é um ato voluntário independente da natureza e pode acontecer sem levar em consideração o que os outros estão fazendo. Não é sujeita à ação política ou forças do mercado. No mundo social, há uma concorrência por ideia, reputação e reconhecimento, e, em certo sentido, isso é compreensível. Como a filantropia, muitas vezes, é ligada a um indivíduo ou uma família, egos podem ser obstáculos maiores para ampliar os impactos do investimento social. A realidade é que, para haver mudanças sistêmicas, você precisa coordenar esforços com a sociedade civil e com os setores públicos e privados. Sem isso, a filantropia fica como um modelo obsoleto. Em vez de se perguntar: "Será que eu estou fazendo o bem?", perguntem: "Como eu posso pegar todos os meus recursos e conhecimento e ter mais impacto?". Falamos mais cedo sobre a importância de se perguntar: "Será que eu estou melhorando?". Todos somos partes de um ecossistema social, uma vez que reconhecemos isso, buscamos formas de melhorar o resultado disso e teremos o benefício do impacto coletivo. Eu termino com uma frase de Harry Truman: "É incrível o que podemos realizar se não nos preocuparmos com quem terá o crédito".

Marcos Kisil: Vocês assistiram aí no nosso documentário, uma fala minha mostra o ponto central que me levou a esse setor. Foi quando, sendo na época um líder estudantil, durante o período militar, nós estávamos nos Estados Unidos e eu descobri essa riqueza que a sociedade americana tem como rotina, que para mim era absolutamente irreal, na nossa realidade, que é o casamento entre o que a gente chama hoje de empreendedor social com filantropo. Pessoas com ideias que podem resolver grande parte dos problemas do mundo, mas sem dinheiro, e pessoas que sabem ganhar dinheiro, e que acreditam nas ideias dos outros, e se tornam os filantropos. E um dia, e aí o Paulo pode me recordar exatamente quando foi, fui convidado para um evento que devia ter o mesmo número de pessoas que está aqui.

Eu fui convidado pelos dois lados dos homenageados. De um lado, quem era homenageada? Doutora Zilda Arns, que para mim é o exemplo de um empreendedor social do mais alto calibre. E, do outro lado, estava Jorge Gerdau, uma das pessoas que nós sabemos que é um dos mais comprometidos como filantropo no nosso meio. Eu, sentado numa mesa, como vocês, estava começando a admirar essa questão, falava: "Poxa vida, aqui eu tenho empreendedor social brasileiro", "Aqui eu tenho um filantropo brasileiro", E quem propiciou isso? O Woodrow Wilson Center, que o Paulo era o dirigente. Na conversa, vai um, polidamente, diz da satisfação de estar com o outro no mesmo evento sendo homenageado, aí o Paulo trouxe uma autoridade do nosso estado aqui de São Paulo para falar. Provavelmente, foi surpresa para o Paulo e foi surpresa para mim, como foi surpresa para todos nós que estávamos ali, que o maior financiador privado da Pastoral da Criança se chama Jorge Gerdau. Eu não sabia, acho que o Paulo também não sabia. Isso mostra como é que é possível fazer esse casamento na nossa realidade. O Paulo, um observador sagaz, um jornalista com uma carreira estupenda, que está vivendo essa experiência de olhar a realidade latino-americana, os olhos estando nos Estados Unidos, ou eventualmente estando com os olhos no Brasil, com os olhos americanos olhar a realidade do Brasil, quer dizer, é um indivíduo que conseguiu transferir conhecimentos, práticas e atitudes de um povo para o outro. Então, Paulo, como é que você vê essa questão do relacionamento da democracia no país que você está vivendo, e que tem uma história desde a sua constituição primeira? E nós, um país que, entre altos e baixos, estamos aí na constituição número cinco ou seis na nossa história. Paulo, a palavra é sua!

Paulo Sotero Marques: Você se referia a um trabalho, algo que aconteceu em 2007. Na verdade, foi quando nós fizemos um *fundraising*, um jantar de levantamento de fundos para o Instituto Brasil, que eu dirijo no Wilson Center, e eu me lembro muito de algo que o então governador do estado de São Paulo, José Serra, que compareceu ao jantar, disse a respeito da doutora Zilda, do trabalho que ela fazia, que ela iniciou a pedido do seu irmão, o nosso querido cardeal emérito de São Paulo um dos dois cardeais eméritos que nós temos em São Paulo, Dom Paulo, que pediu à irmã, a Zilda Arns, uma pediatra, que liderasse essa iniciativa pastoral da criança. E o José Serra, nessa noite em que nós homenageamos a doutora Zilda - ele então tinha sido já ministro da Saúde - disse que a mortalidade, a redução

da mortalidade infantil no Brasil se devia, em larga medida, pela ação da Pastoral da Criança, que se trata basicamente de um trabalho feito com voluntários —mais de 300 mil no Brasil que cuidam de crianças e evitam as causas básicas, principais de mortalidade infantil, coisas como desidratação, essas coisas. Não sei se vocês sabem, o modelo da Pastoral da Criança está hoje em quatorze países do mundo, na América Latina, na África e na Ásia. Uma ideia que nasceu aqui, que deu muito certo e que, com o apoio do Jorge Gerdau, mostra que, sim, a filantropia existe no Brasil. Aliás, a filantropia sempre existiu no Brasil. A escola Luiz de Queiroz, a ESALQ, que é a nossa maior e talvez a nossa melhor escola de Agronomia, que está na base da revolução da agricultura que esse país fez e continua fazendo, que está na base da criação da Embrapa, que comemora quarenta anos no próximo ano, e que transformou o Brasil numa dos mais produtivas nações de agricultura do mundo. Existe um espaço que foi doado por um fazendeiro riquíssimo de café, o senhor Luiz de Queiroz —se vocês forem à Piracicaba podem visitar a escola, que, aliás, é muito bonita. A escola Luiz de Queiroz é resultado de um ato de benevolência. Então, existe sim, como existem as nossas Santas Casas.

Vivendo nos Estados Unidos há 33,5 anos, e me interessando por essas questões, eu, enfim, procurei me informar um pouco sobre uma experiência que eu vivo. Se você mora nos Estados Unidos, você, a filantropia te pega! Não é possível viver nos Estados Unidos sem ter contato com a filantropia. Porque, eu tenho quatro filhos, todos eles foram a escolas públicas e, na escola pública, você é convocado. Você participa da vida da sua comunidade através da escola dos seus filhos, e você, não apenas faz doações, como você voluntaria o seu tempo. Eu, inclusive, tenho a honra de ter sido técnico de um time de futebol que jamais conseguiu uma única vitória. Porque eles olharam para mim, disseram: "Você é brasileiro, certamente você vai ser o técnico do time de futebol". Só que o meu filho, um dos quatro filhos, que era o jogador desse time, ele foi um excelente jogador de voleibol. Aliás, foi o melhor do county nosso em determinado momento, ele foi um excelente nadador, mas era péssimo em futebol como eu, aliás, todos os colegas. Então, o nosso grande momento de triunfo foi um empate. Mas, enfim, a minha mulher, sim, foi técnica de futebol de um time vitorioso de dois dos meus filhos. Mas, estou dando um exemplo. Outro exemplo, quando eu comprei minha casa em Washington, em 1986, os antigos moradores, que faleceram já com muita idade, tinham deixado lá vários papéis, e nós recolhemos

aí para devolver para família, mas eu vi o orçamento familiar deles eram pessoas já próximas dos 90 anos, e o principal item no orçamento familiar eram as doações. Era um casal, ele tinha sido funcionário público do Ministério da Agricultura. Enfim, você começa a aprender essas coisas. Quando vocês pediram para eu estar aqui, eu pedi para minha mulher, que obviamente é a pessoa caridosa e generosa na nossa casa, falei: "Eloísa, quantas doações nós fazemos?" que ela que cuida disso lá, e eu descobri que nós fazemos doações para dezenove instituições. Eu e minha mulher. Nós doamos dinheiro para Anistia Internacional, para - eu gosto muito - a National Public Radio, para Public Broadcasting System, que é a televisão, enfim, para as rádios públicas, as TVs educativas nos Estados Unidos, e várias outras. Você é impelido a fazer isso para participar. É uma forma de participação na sociedade. Claro que você faz isso também porque você tem um incentivo, você deduz isso da sua renda bruta. Então, você participa, leva vantagem, Quando, já duas vezes, fizemos doação de um automóvel. Você dirige um automóvel durante dez anos. Imagina, são quatro filhos, deixa carro na mão de adolescente, depois não vai vender isso porque é um risco a quem comprar, então, nós doamos os automóveis. Enfim, temos uma, essa experiência que eu queria contar para vocês. A experiência da participação da doação nos Estados Unidos, da filantropia, ela existe na sociedade, ela está um pouco nessa pizza aqui. Isso é de 2009. Dois terços das doações feitas, filantrópicas feitas nos Estados Unidos vêm de indivíduos, das pessoas, 88 porcento dos lares nos Estados Unidos fazem contribuições. Agora, as pessoas dizem assim: "Ah, fazem porque há um código tributário que favorece você fazer isso." Não, eu digo assim, não. Há um código tributário que favorece porque existe no DNA dos Estados Unidos a ideia de que a democracia e o doar estão juntos, são ideias inseparáveis. A ideia das associações voluntárias, elas estão na criação dos Estados Unidos, elas são comentadas por Alexis de Tocqueville, que foi um dos principais cronistas do nascimento dos Estados Unidos, um aristocrata francês que visitou os Estados Unidos 50 anos depois da criação do país e observou que havia na sociedade esse ímpeto à participação. O ano passado, depois de uma queda na crise de 2008 –houve uma queda nas doações –, o ano passado eu acho que as doações totalizaram 330 bilhões de dólares. Outra vez, dois terços disso por indivíduos! O código tributário, sim, favorece, mas favorece porque a sociedade americana fez com que ele favorecesse. Não é que isso é o resultado de um código tributário, o código tributário é que é o resultado.

E aí eu concluo dizendo o seguinte: "Enfim, ah, mas isso é lá nos Estados Unidos, aqui é diferente." Nós somos da mesma geração. Meu primeiro ano de faculdade aqui em São Paulo foi no glorioso ano de 1968. Nós depois víamos nascer, pela primeira vez na história do Brasil, um partido político de baixo para cima. Os Estados Unidos é um país feito de baixo para cima, o Brasil é um país feito de cima para baixo, é um país onde o Estado inventou a nação. Nos Estados Unidos, a nação inventou o Estado. Nós tivemos aqui uma experiência muito importante que foi o surgimento de um partido político que saiu lá de baixo, e demorou muito e ele conquistou o poder. E infelizmente, no poder, ele se transformou em algo que nos decepcionou a todos. É uma tristeza! Agora, isso eu acho que não nos deve desencorajar pelo fato seguinte: mesmo neste grupo, você tem, enfim, expressões, pessoas, líderes que lembram de onde veio esse grupo, da importância de estar na base. Não é à toa que uma ex-fundadora, uma fundadora desse partido, ex-ministra e novamente aí nas manchetes recebeu uma votação expressiva numa eleição presidencial. Eu acho que o Brasil vive —e isso é um pouco meu trabalho nos Estados Unidos, é explicar o Brasil —, o Brasil vive um processo de transformação, de democratização, de participação. Quando você olha o Brasil como fotografia, de vez em quando a gente fica assustado e não gosta do que vê. Agora, eu sempre digo às pessoas: "Por favor, olhem o Brasil no vídeo, em movimento." Quando eu estava no primeiro ano da faculdade, em 1978, a ideia de que nós teríamos um dia uma democracia e uma economia estável era coisa de maluco! Não dava para imaginar, em 1978, que o Brasil seria este que nós temos hoje, que continua em transformação. E eu acho que a participação de vocês, a participação da sociedade civil, do trabalho do voluntariado da filantropia é parte fundamental dessa transformação. É difícil fazer? Sim, é difícil. Se fosse fácil, qualquer bobo poderia fazer. É por isso que há pessoas como vocês que têm que estar engajadas. Eu tenho uma visão, eu sou um jornalista meio estranho porque eu sou otimista —jornalista normalmente é pessimista. Eu acho que o copo está sempre metade cheio, e uso isso para continuar motivado e engajado num trabalho de transformação. Eu acho que a filantropia é algo essencial ao exercício da cidadania, o povo brasileiro é um povo generoso —nós sabemos disso —, e, enfim, trata-se de transformar as instituições de forma a poder fazer com que essa energia que existe aqui. Uma vez eu fui aqui a São Paulo convidado por um querido amigo americano-brasileiro, Norman Gall. Ele falou: "Paulo, vem comigo aqui num bairro em Diadema

que eu queria mostrar para você o círculo de leitura que a gente faz aqui." A mulher dele é psiquiatra, psicóloga. E eu fui com o Norman, e nós fomos ao círculo de leitura em Diadema, onde crianças pré-adolescentes em situação de risco, ou seja, o pai e a mãe estiveram, estão ou estarão na cadeia. Esse é o grupo. E eles faziam um trabalho de ler com essas crianças os clássicos –ler Platão –, com um grupo treinado para isso. E eu fui a uma reunião onde eles estavam discutindo a "República" de Platão, Crianças cujos pais estiveram, estavam ou estariam na cadeia –os chamados "trombadinhas". É esse universo. Algo impressionante, porque eles liam Platão, eles entendiam Platão com a ajuda de monitores. Esse grupo, com a ajuda de empresas brasileiras, de pessoas beneméritas no Brasil, existe hoje acho que em dezesseis estados brasileiros. Enfim, não aparece muito nos jornais? Talvez não. Mas o grupo existe, continuam a fazer esse trabalho esplêndido e eu acho que esse é apenas um exemplo em muitos. Nós podemos nos fixar nos exemplos negativos ou nós podemos também nos fixar nesses outros. Eu acho que a escolha é só nossa, eu acho que o Brasil é a prova de que a transformação é possível, que é isso que acontece aqui todo dia.

Marcos Kisil: Tem uma questão que liga muito essa democracia e consenso democrático com o dinheiro, e que liga fundamentalmente com a questão da cidadania, que é o exercício do poder. E nós sabemos muito bem que dinheiro traz poder, mas também ser governante traz poder. E nós sabemos que a sociedade civilo de baixo para cima, a conquista do poder é relativamente longa e dolorosa porque, de alguma maneira, ela pode ser vista como um contestador do poder vigente, e nós sabemos muito bem que têm períodos em que existe um certo temor que essa sociedade civil organizada pode ser um arrebatador do poder existente. Eu gostaria de ouvir um pouco vocês, em realidades diferentes, como é que se vê essa questão do exercício do poder num estado democrático em que nós estamos aqui dizendo que a cidadania tem que jogar o seu papel tendo dois poderes, vamos dizer assim, consolidados, que é o poder econômico e o poder político, e nós sabemos que o poder econômico faz com que alguns grupos possam ser cada vez mais um poder econômico e, os que têm poder político, cada vez menos querem dar espaço para outro poder porque eles estão exercendo o poder. É um processo bastante difícil para abrir a brecha no interior desse exercício do poder pela sociedade civil.

Felipe Medina: Eu acredito que a filantropia tem um papel fundamental na tentativa de promover a transparência e a prestação de contas no setor público. Vou compartilhar uma rápida anedota da Colômbia, onde há uma organização chamada "Empresarios para la Educacion", que estava tentando promover mais investimentos no setor educacional e viram que, com a descentralização da Colômbia, muitos departamentos e a prefeitos não estavam realmente focados na educação. Então, eles criaram alguns parâmetros gerais para ver como todas as diferentes escolas regionais desempenhavam, por isso, fizeram uma campanha nacional. Essa campanha nacional era muito simples. "Pergunte ao seu governador ou prefeito o que ele está fazendo para melhorar a educação". Assim que a campanha foi iniciada, o nível de responsabilidade da população local, no que diz respeito à educação, melhorou significativamente. Isso é apenas um exemplo de como a sociedade civil pode aumentar a responsabilidade dos políticos.

Paulo Sotero Marques: Bom, nos Estados Unidos é muito fácil. Os exemplos são muito fáceis. Eu cito o Bill Gates, a Melinda Gates, o Warren Buffet, e aí a lista. O Bill Gates é uma espécie de Gutemberg. O que ele fez ajudou a mudar toda a nossa a sociedade. Todos nós somos devedores, todos! O que a gente usa, essas maquininhas que a gente usa aqui, que governam as nossas vidas hoje, é desse mundo dot.com aí, desse mundo interativo, que esse moço decidiu. E por quê? Eu acho que é por causa do pai e da mãe, por causa do ambiente, do lugar onde ele mora. Ele benefício do que ele fez, o benefício econômico é enorme! Muitas vezes me falam: "Ah, o poder econômico". O Bill Gates é o poder econômico nos Estados Unidos, e, no entanto, o poder econômico inteligente faz isso que ele fez: a fundação Gates faz coisas maravilhosas, trabalhos importantes, por causa de onde ele está, por causa do DNA americano em relação ao que é filantropia, a doação. Dois terços dos americanos –dos de mais alta renda –, dizem que doam "to give back to society". Essa é a justificativa, o motivo alegado é este. Agora, o fato de ter uma sociedade como a nossa –patrimonialista, injusta, desigual –não nos impede de melhorar e fazer o que nós estamos fazendo no Brasil, que é a transformação. O fato de você vir com a sociedade que tem o DNA certo para essa atividade não impede que também isso seja desvirtuado. Eu vou fazer aqui, dar um exemplo para vocês. Vocês devem ter visto, há duas ou três semanas, uma coisa pavorosa aí que aconteceu em Washington, uma crise absolu-

tamente desnecessária, artificial, que levou ao fechamento do governo americano. Quarenta e cinco dos meus colegas no Wilson Center foram proibidos de trabalhar. É proibido trabalhar, tá?! Não é que você pode voluntariar, Você não pode voluntariar. O funcionário público americano não pode voluntariar o seu serviço ao governo, ele será multado em 5 mil dólares e pode ser condenado a dois anos de prisão se fizer isso. Esta crise tem como origem um grupo da direita do partido republicano, que mais ou menos sequestrou o partido republicano, que se chama o Tea Party. As ideias que fundam o Tea Party vêm desse mesmo DNA de que eu falava, do grassroots, da cidadania comandando a política, comandando a sociedade. É uma visão distorcida da ideia original dos Estados Unidos, do Town Hall, da comunidade tendo o comando. Eu conheço, tenho amigos que são do Tea Party. São pessoas que eu adoro pessoalmente e tenho grandes discussões com eles, que acham que os Estados Unidos têm que voltar às suas origens e o governo tem que ser mínimo. São ideias irrealistas diante da realidade do que são os Estados Unidos hoje. Adquirindo até, no caso do Tea Party, atualmente, em algumas formas de manifestação política, de manipulação política, existe até um conteúdo racista, porque, como vocês sabem, o presidente dos Estados Unidos, o Obama, é o primeiro presidente afrodescendente dos Estados Unidos. Até esse conteúdo! Os Estados Unidos se transformaram politicamente, nas últimas semanas, no "Absurdistão", porque não precisa, não precisava ter essa crise. E dessa crise vem da manipulação política de um ideal que tem a mesma origem dessas coisas profundamente positivas que a sociedade americana tem - desde a sua fundação - a participação dos cidadãos, e que inspiram a ideia da filantropia e da democracia nos Estados Unidos.

Portanto, eu digo isso para que as pessoas que pensam: "Ah, nos Estados Unidos eles fazem tudo tão bem e lá é tudo perfeito. Aqui, não! Aqui é tudo ruim, aqui é tudo uma porcaria.". Não é assim! Mesmo os melhores, os melhores ideais, as melhores ideias numa nação madura, numa nação estável, como os Estados Unidos, podem ser em determinado momento de crise econômica, de crise política, manipulados. Por isso é o que eu digo. Aqui eu acho que o espaço é amplo para nós tomarmos decisões de boa qualidade.

É preciso identificar os problemas e trabalhar. Assim como há trinta e tantos anos, ninguém imaginava que o Brasil que nós temos hoje seria possível, eu acho que o Brasil daqui a trinta anos será muito diferente, muito melhor desse que nós temos,

mais democrático, mais participativo, porque eu acho que a sociedade brasileira não aceita outra coisa. Eu acho que o pessoal foi para rua, em junho, foi porque quer mais, quer melhor e quer mais rápido. Quer o quê? Os benefícios que a sociedade brasileira tem visto nesse processo de democratização. Os benefícios de participação, os benefícios econômicos, os benefícios sociais, e outra coisa que é um benefício que você quer de respeito. Eu acho que as pessoas no Brasil querem que os nossos representantes sejam mais dignos, sejam mais decentes, Eu acho que tudo isso está aí. E eu dou esse exemplo, nesse momento, triste, porque o que está acontecendo nos Estados Unidos é muito triste. Eu estou lá há tantos anos, tenho filhos lá, eu vou estar por lá, Entristece muito o que está acontecendo. Claro que os Estados Unidos superarão isso, assim como eu acho também que claro que o Brasil superará, dependendo do empenho das pessoas. Não está no ar. Dependendo de vocês e das pessoas que fazem o trabalho que vocês fazem.

Marcos Kisil: Agradecendo ao Paulo, ao Felipe, a chance de dar para gente refletir um pouco sobre essas questões, que são fundamentais, porque sempre é a vontade do cidadão que vai levar ele ao seu filantropo que a gente imagina, ou empreendedor social que a gente imagina.

Eu queria convidar a Suzy para vir aqui comigo que nós vamos encerrar. Aqui vem pelo lado nosso um agradecimento enorme pela provocação que representa o Global Philanthropy Forum para nós, de podermos fazer esse tipo de evento aqui no Brasil. Fica o agradecimento aos 186 participantes que nós tivemos. Só para vocês terem uma ideia, o primeiro ano nós tivemos 153, e nós crescemos 20 porcento fazendo o mesmo tipo de esforço que a gente tinha feito anterior. Isso quer dizer que nós estamos tendo uma participação mais ativa dos nossos convidados e agradecemos por isso! Agradecemos bastante àqueles que acreditaram na gente fazendo um apoio, que é um apoio fundamental do que é uma iniciativa do empreendedorismo. Um particular carinho aqui pela Rockefeller, C&A, BID, Fundação Banco do Brasil, Fundação Telefônica, Fundação José Luiz Setúbal, Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, porque acreditaram na proposta e acham que parte de seus recursos deveriam ser canalizados para esse tipo de evento. Um agradecimento especial para os meus colegas aqui do IDIS, na figura particular da Paula. E esperamos reencontrá-los aqui no ano de 2014, quando a

gente tiver o nosso próximo evento. Não vai ser nenhuma surpresa se alguns de vocês forem convidados para fazer parte do comitê que a gente monta ajudar a definir os temas, definir os participantes, palestrantres, que estão atualizados com relação às questões que o mundo está vivendo naquele momento. Por ora, então, fica meu muito obrigado, e eu vou passar a palavra para Suzy falar em nome do Global Philanthropy Forum.

Suzy Antounian: Devo dizer que foi uma conferência muito inspiradora e confiante. Foi inspirador não só ouvir os filantropos, mas o compromisso, a responsabilidade social e o engajamento de todos. Também foi inspirador não só porque ouvimos histórias como do Oscar Ferreira, Peter Eigen, pessoas que estão fazendo coisas incríveis! Mas a coisa mais inspiradora foi que todos, sejam os apresentadores, os participantes com suas perguntas, no sentido geral, que as pessoas estão prontas. Esse é o sinal de um setor filantrópico muito robusto. E, com isso, eu vou embora com muita inspiração, e quero vê-los no ano que vem.
Quero agradecer também todos os palestrantes, todos os participantes, ao IDIS, ao Marcos, à Paula, Rodrigo, João Paulo, toda a equipe. Muito obrigada por terem vindo, e quem sabe a gente não se vê no Fórum Global de Filantropia que será realizado no norte da Califórnia, em abril de 2014.

Paula Fabiani: Bom, eu só queria agradecer à Suzy pelas palavras, Marcos também, e queria fazer alguns agradecimentos antes de encerrar. Queria agradecer imensamente a equipe do Global Philanthropy Forum, com a Suzy e sua equipe, que trabalharam com a gente para fazer esse evento tão rico e transformador, aos palestrantes e líderes das mesas temáticas, a Fundação José Paiva Neto, que realizou a filmagem de todo o conteúdo do evento, a Teresa Bracher e os membros do comitê consultivo, que nos apoiaram para realização deste encontro, a Isabela Paschoal, da Fundação Educar DPaschoal, e o Ateliê do Café, por presentear todos os palestrantes com um charmoso kit de café e um livro "Aroma de café. Um pouco do nosso Brasil", a equipe IDIS e eu gostaria de pedir que todos batessem palma aí porque sem eles e sem a Neurônio a gente não ia conseguir, sem eles a gente não ia conseguir fazer um evento tão interessante, e a equipe do hotel também, que foi importante aí para dar um apoio para todos vocês,

e aos nossos parceiros e apoiadores, a Charities Aid Foundation, a CAF, nosso parceiro institucional, a Rockefeller Foundation, nosso apoiador financeiro, e aos parceiros Instituto C&A, Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, Fundação Banco do Brasil, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal e Fundação José Luiz Egydio Setúbal, e a todos vocês que estiveram conosco hoje e fizeram deste evento um espaço de troca e aprendizagem.

Ao saírem, lembrem-se de entregar a ficha de avaliação preenchida, por favor! A opinião de vocês é muito importante para os realizadores e para os parceiros, e também para organização do próximo evento em dois mil e catorze. Esperamos revê-los numa próxima oportunidade, uma ótima noite a todos! Obrigada!

PALESTRANTES

ADENIL VIEIRA

- É formada em Psicologia e Comunicação, com Mestrado em Psicologia Cognitiva pela FGV e Doutorado em Educação pela UFBA. É Diretora do Instituto Aliança desde 2002 sendo uma das fundadoras. Atua no setor há 22 anos no gerenciamento de programas sociais dirigidos à juventude e é conselheira de ONGs e institutos que trabalham com esse público. Em 2005 foi Visiting Scholar do Graduate School of Education de Harvard tendo como foco dos seus estudos o desenvolvimento de carreira de adolescentes e jovens. Publicações de sua autoria: "Protagonismo Juvenil", "A formação de educadores protagonistas" e "Aprendendo a Ser e a Conviver"(org.). É líder-parceira AVINA.

ALTAMIRO BOSCOLI

- É sócio do escritório Demarest Advogados desde 1969. Advogado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Mestre em Direito pela Harvard Law School e participante do Programa de Instrução para Advogados de Harvard. Ex-diretor da Lex Mundi, a maior organização mundial de escritórios de advocacia. Membro da Inter-American Bar Association, do Instituto Brasileiro de Direito Tributário e da Câmara Americana de Comércio/SP. Recebeu as honras de "Leading Lawyer in his Field" dos diretórios Which Lawyer and Who's Who Legal e os prêmios de "Lifetime Achievement Awards" das Revistas "Latin Lawyer" e "Chambers".

ANTONIO MORAES NETO

- É sócio e co-fundador da Vox Capital, empresa de investimentos com foco em negócios de alto potencial com soluções de impacto para a população de baixa renda. Anteriormente, criou e presidiu o fundo familiar do Grupo Votorantim. É co-autor do documentário internacional Entremundos e recebeu o prêmio de Líder Global pelo Goldman Sachs. Em 2012, foi destacado pela Revista Época como um dos 100 brasileiros mais influentes e pelo Financial Times como um dos 25 brasileiros "para se olhar" em 2013. É membro do Global Agenda Council do Forum Econômico Mundial. É formado em Administração Pública pela FGV, com estudos pelo Babson College e pela Universidade de Berkeley.

ARON BELINKY

- Consultor especialista em sustentabilidade, responsabilidade social e consumo sustentável. É Coordenador de Desenvolvimento Local / Articulação e Parcerias do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), onde tem desenvolvido aplicações das diretrizes da ISO26000 em variados contextos e trabalhado na articulação entre processos locais, nacionais e globais, nos trabalhos de construção da Agenda Pós-2015 e no seguimento dos temas da Rio+20, especialmente os relacionados à utilização de instrumentos econômicos e de governança para avanço na agenda da sustentabilidade.

BERNARDO GUILLAMON

- Gerente, Escritório de Parcerias Estratégicas (ORP), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). ORP mobiliza cerca de 3bilhões de dólares/ano e tem mais de 200 parceiros públicos e privados. O Sr. Guillamon trabalha na área de desenvolvimento do setor privado no BID desde 1992, ocupando diferentes posições no Setor de Integração e Comércio, Escritório de Coordenação do Setor Privado e Escritório de Avaliação e Supervisão. Previamente, ele trabalhou na área de agronegócios em empresas pequenas, grandes e multinacionais. Educação: Engenheiro Agrícola pela Universidade da República do Uruguai e MBA pela Universidade de Santa Clara, Califórnia.

BETTY FEFFER

- É formada em Letras na Universidade de Londres e em Eutonia pela Escola de Eutonia da America Latina, Instituto Paulista de Stress e Psicossomática , além de formação contínua no Institute of Noetic Sciences, e também Budismo, Psicologia, Antroposofia. Possui mais de 40 anos de prática em técnicas terapêuticas. É membro honorário do Board of Governors da Universidade Hebraica de Jerusalém. Preside o Instituto Jatobás, que administra o Centro Max Feffer Cultura e Sustentabilidade e a Fazenda dos Bambus. Teses: "Eutonia e Desenvolvimento Espiritual" e "Eutonia, Profilaxia e Terapêutica do Stress". Autora dos livros "Setênios" e "Haicais".

CLOVES CARVALHO

- No Grupo Votorantim desde 2008, o Diretor do Instituto Votorantim, Cloves Otávio Nunes de Carvalho, é formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Ouro Preto e possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Sua trajetória no Grupo inclui a liderança das Diretorias de Desenvolvimento Humano e Organizacional e de Gestão da Votorantim Metais e a função de Diretor Industrial da Votorantim Metais-CBA. Antes de ingressar na Votorantim, atuou por 22 anos na Alcan/Novelis do Brasil.

EDUARDO MARINO

- Gerente da área de Avaliação e Pesquisa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Mestre em Administração de Empresas pela USP. É avaliador de programas sociais e tem experiência em avaliação nas áreas de sustentabilidade, conservação ambiental, geração de renda, e educação para crianças e adolescentes. Marino trabalhou com instituições como a Fundação Kelogg, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Avon, o WWF- Brasil, Banco Santander, Citibank, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, entre outras. Ele é autor do Manual de Avaliação de Projetos Sociais, publicado pelo Instituto Ayrton Senna/ Editora Saraiva.

ELIAS TERGILENE

- Natural de Carlos Chagas (MG), Tergilene foi cedo com a família para Betim. Começou vendendo esterco, foi camelô, até abrir uma serralheria para fabricar móveis. Com sucesso do negócio, vendeu 51 porcento da empresa ao grupo italiano Doimo, fabricante de móveis de luxo. Em 2007, reencontrou o comércio popular. Como o sócio investia em imóveis, adquiriu um prédio em frente à rodoviária de Belo Horizonte. Usou o local para entrar em um ramo criado três anos antes, quando a prefeitura de Belo Horizonte levou os camelôs das ruas para os camelódromos. Nascia o primeiro shopping Uai. Atualmente são cinco shoppings: três em Belo Horizonte, dois em Manaus.

FELIPE MEDINA

- Medina lidera atualmente a Transforming Philanthropy Initiative na Colômbia. Também colabora com a Social Enterprise Knowledge Network, da Universidade de Harvard, e com organizações como Synergos, The Philanthropic Initiative (TPI), Avina, Aspen Institute, Endeavor, entre outras. Começou sua carreira na Goldman Sachs, em 1990, onde trabalhou na gestão de fundos para clientes da América Latina, tendo formado a maior equipe da região. Entre 2000 e 2003, atuou como diretor regional de Private Wealth Management para a América Latina. Possui MBA pela Harvard Business School e graduação em economia e engenharia civil pelo Massachusetts Institute of Technology.

FRANCISCO DE ASSIS AZEVEDO

- É formado em Administração, com especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos, é diretor executivo do Instituto Camargo Corrêa e participa de conselhos de Fundações empresariais. Já ocupou os cargos de diretor executivo do Instituto Telemig Celular, representante da Fundação AVINA para o sudeste do país, presidente da Fundação Acesita, presidente da FUNDAMIG – Federação de Fundações de Minas Gerais e membro dos Conselhos de Responsabilidade Social das Federações de Indústrias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e da Confederação Nacional da Indústria.

GESINE SCHWAN

- Presidente e uma das fundadoras da Humboldt-Viadrina School of Governance desde 2010. Foi professora assistente do Departamento de Ciência Política em Berlim até 1977, quando se tornou professora de ciência política da Universidade Livre de Berlim, cargo que deixou de ocupar em 1999, para se tornar presidente da European University Viadrina em Frankfurt (Oder), permanecendo na posição até 2008. Por duas vezes foi candidata à presidência da Alemanha (em 2004 indicada pelo SPD e Bündnis 90/Die Grünen, e em 2008-2009 pelo SPD). De 2005 a 2009, atuou como coordenadora do governo federal para relações Alemanha-Polônia.

GILBERTO CARVALHO

- É ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Formado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná, em 1973. Foi secretário-geral, secretário nacional de Formação Política e secretário nacional de Comunicação do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi chefe do Gabinete Pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

HENRIQUE UBRIG

- É formado em Administração de Empresas pela FGV e possui MBA pela Universidade de Ohio. Fundador da Heliagro Agricultura e Pecuária e Presidente da Terasol Energy, com mais de 20 anos de experiência em negócios internacionais em grande e diversificada empresa industrial. Foi presidente da DuPont América do Sul. É membro do conselho de várias Organizações e ONGs, como Artecola Ind. Químicas Ltda., Grupo Lwart, Usina Coruripe e IDIS.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

- Biólogo e ambientalista, especialista em Educação Ambiental pela UnB e doutorando em Ciência Ambiental pela USP. É diretor da Métra – Planejamento Socioambiental Estratégico Ltda e presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade. Fundou e dirigiu várias ONGs, como a Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental, Rede de ONGs da Mata Atlântica e Fórum Brasileiro de ONGs, entre outras. Foi Secretário Nacional de Biodiversidade e

Florestas e Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente. Integra o Conselho de Administração da Bolsa de Valores Sociais, Conselho Deliberativo do Instituto Akatu e Conselho Consultivo do Instituto Ethos.

JOHN LOW

- Presidente executivo da Charities Aid Foundation (CAF). Antes de integrar a CAF, John também foi presidente executivo do Royal National Institute for Deaf People (RNID). John também é um membro independente da House of Lords Appointments Commission e diretor da Euclid Network of European Third Sector Leaders. Possui PhD em Física Biomédica, é engenheiro, associado do Institute of Management e fellow do RSA. Em 2008 foi condecorado pela Ordem do Império Britânico, por seus serviços prestados na área de voluntariado e a indivíduos com surdez. Recentemente, John tornou-se presidente da Association of Chief Executives of Voluntary Organisations (ACEVO).

JOSÉ EDUARDO SABO PAES

- Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, instituição que integra desde 1989. Iniciou em 1991 sua atuação como curador de Fundações na Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social, nela permanecendo até 2005. Formou-se pela Universidade de Brasília (UnB), é Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Complutense de Madri, Espanha e, é Professor do Programa de Mestrado de Direito da Universidade Católica de Brasília – UCB. Atualmente, é o 2º Vice-Presidente da PROFIS – Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social.

LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES

- Assessora Especial do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, atuando na agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Advogada e mestre em Direito das Relações Econômicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante voluntária do Conselho da International Center for Not-for-Profit

Law (ICNL). Participou na ONU do Comitê ad hoc que elaborou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de 2005 a 2006. Foi Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil de 2006 a 2011.

LISA JORDAN

- Diretora-executiva da Bernard van Leer Foundation, onde trabalha desde julho de 2009. Anteriormente, trabalhou por nove anos na Fundação Ford. Lisa é uma executiva sênior do campo da filantropia, com mais de 20 anos de experiência em ONGs, fundações e no poder público. É graduada pela University of Michigan e pelo Institute for Social Studies, com várias publicações sobre temas como globalização, sociedade civil global e accountability de ONGs.

MARCOS KISIL

- Diretor presidente e fundador do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. Anteriormente, atuou como Diretor Regional para a América Latina e Caribe na Fundação W.K. Kellogg. Médico formado pela Universidade de São Paulo tornou-se doutor em Administração pela George Washington University. Atualmente é professor da Universidade de São Paulo, e membro dos Conselhos da Resource Alliance e da SAVE Brasil. É autor dos livros "Comunidade: Foco de Filantropia e Investimento Social Privado" e "Tendências do Investimento Social na América Latina".

MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO

- Mestre em Ciência Ambiental e graduada Engenheira Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Universidade de São Paulo. Já ocupou importantes posições nos Governos Federal e do Estado de São Paulo. Sua última posição foi como Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Em abril de 2011, começou suas atividades no WWF-Brasil como Coordenadora do Programa Mata Atlântica, atuando no planejamento estratégico da preservação e conservação da Mata Atlân-

tica, e em novembro de 2011 foi eleita Secretária Geral, cargo que exerce até o presente momento.

OSCAR RACHE

- Atual vice-presidente da Fiepe (Federação das Indústrias de Pernambuco) e membro do Conselho Superior do Instituto Ação Empresarial pela Cidadania (AEC). Oscar Rache Ferreira é engenheiro Têxtil de formação e empresário da Fiação e Tecelagem São José (1933-2012).

PAULA FABIANI

- Diretora-executiva do IDIS desde junho de 2012. Anterior a esta posição, foi Diretora Financeira da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Controller do Instituto Akatu. Trabalhou no braço de Private Equity do Grupo Votorantim e em uma das empresas investidas. Atuou no BankBoston nas áreas de Asset Management e M&A, e no Lloyds Bank em trade finance. Autora do livro "Fundos Patrimoniais, Criação e Gestão no Brasil", Paula é economista formada pela FEA-USP, com MBA pela Stern School of Business – New York University, especialização em Endowment Asset Management na London Business School e Yale, e Gestão de Organizações do Terceiro Setor na FGV. É membro do Comitê de Governança Corporativa do Terceiro Setor do IBGC.

PAULO SOTERO MARQUES

- É diretor do Wilson Center Brazil Institute e professor da George Washington University. Em Washington desde 1980, foi correspondente dos jornais Estado de S. Paulo e da Gazeta Mercantil. Trabalhou anteriormente para Veja em São Paulo, Recife, Paris, Lisboa e Brasília. Seus artigos são publicados na mídia e revistas acadêmicas brasileiras e internacionais. É membro dos conselhos do Instituto das Américas, da Universidade da Califórnia San Diego, e do Prêmio Maria Moors Cabot, da Escola de Journalismo da Universidade de Columbia.Natural de São Paulo, possui mestrado em Jornalismo pela American University, localizada em Washington.

PETER EIGEN

- O Prof. Dr. Peter Eigen, advogado, foi gerente de programas do Banco Mundial na África e América Latina, tendo também, com apoio da Fundação Ford, prestado assistência jurídica e técnica aos governos da Botswana e Namíbia. Em 1993 fundou a Transparência Internacional (TI), organização não governamental que promove a transparência e prestação de contas no desenvolvimento internacional. Atualmente, é presidente do Conselho Consultivo da TI e professor honorário de Ciências Políticas na Freie Universitat, de Berlin. Recebeu este ano, da República Federal da Alemanha, a Grã Cruz do Mérito em reconhecimento pelos seus esforços no combate à corrupção global.

RICARDO HENRIQUES

- Superintendente do Instituto Unibanco e Professor de Economia da UFF. Foi Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC e Sec. Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social, quando liderou o desenho e a implantação inicial do Bolsa Família. Foi assessor do Presidente do BNDES e pesquisador do IPEA. No Rio de Janeiro foi Sec. Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e Presidente do Instituto Pereira Passos, quando criou a UPP Social. É membro do Conselho de Administração do Inst. Internacional de Planejamento da Educação da UNESCO e presidiu a Comissão de Educação da 34ª Conferência da UNESCO.

RICCARDO BARBERIS

- Com experiência de 15 anos na Manpower, Riccardo participou de projetos significativos na Europa e no Brasil. Foi Diretor de Negócio de Mão de Obra Temporária e Permanente na região da Europa, Oriente Médio e África (EMEA), onde teve colaboração fundamental no crescimento do negócio, com ênfase em pequenas e médias empresas. Atuou como Diretor de Vendas e Operações na Itália, utilizou a vasta rede de filiais para alcançar resultados em todas as áreas do negócio, chegando a obter resultados que superaram 1 bilhão de dólares. É country manager do ManpowerGroup no Brasil desde 2010, participa como membro da

AMCHAM – American Chamber of Commerce e da ABRH – Associação Brasileira de Recursos Humanos. Formado em Direito pela Universidade de Milão, Riccardo fala quatro idiomas: Inglês, Francês, Italiano e Português. Atualmente mora no Brasil com sua família.

ROBERT N. KAPLAN

- Presidente e Diretor Executivo da Fundação Interamericana, órgão governamental independente dos Estados Unidos que investe em iniciativas de desenvolvimento comunitário na América Latina e no Caribe. De 1994 a 2010 trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e anteriormente no Banco Mundial, onde foi o primeiro Chefe do Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil, um programa com uma doação de 250 milhões de dólares. É diplomado pela University of North Carolina em Chapel Hill e pela Princeton University. Kaplan e sua esposa tem dois filhos adultos e é ciclista ávido.

SERGIO MINDLIN

- Fundador e atual Presidente do Conselho do Instituto Ethos. Consultor. Membro das comissões de Sustentabilidade e de Conduta do IBGC. Conselheiro do Instituto Akatu, fundações Roberto Marinho e Jari (Orsa). Foi Presidente da Metal Leve, diretor e membro do Conselho de Administração por 22 anos, Presidente da Fundação Telefônica de 99 a 2011, e membro do Conselho do GIFE. Engenheiro, Mestre em Psicologia Social, Doutor em Administração.

SUZY ANTOUNIAN

- Vice-presidente sênior do Global Philanthropy Forum, coordenando projetos voltados ao engajamento de fundações e filantropos com temas e iniciativas relacionadas ao investimento social privado. Possui vasta experiência em gestão de organizações sem fins lucrativos, com foco em planejamento estratégico e desenvolvimento de programas. Atuou como vice-presidente do World Affairs Council da Califórnia do Norte, supervisionando esforços para envolver seus públicos na exploração de questões internacionais. Também ajudou a criar a American University of Armenia,

onde atuou como vice-presidente e reitora de programas de extensão. Atuou também como consultora para organizações como The Elders e Aspen Institute. Antes de migrar para o Terceiro Setor, trabalhou com direito tributário em San Francisco.

VEET VIVARTA

- É jornalista e ocupa a função de Secretário Executivo da ANDI - Comunicação e Direitos, organização não-governamental, cuja missão visa fortalecer um ecossistema midiático plural e independente, a partir do reconhecimento do papel estratégico da imprensa para a garantia dos direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento inclusivo e sustentável. As metodologias de monitoramento de mídia e capacitação de jornalistas elaboradas pela ANDI são hoje replicadas internacionalmente (Rede ANDI América Latina) e cobrem diversos temas da agenda socioambiental, como desigualdade social, racismo, violência, educação, responsabilidade social empresarial e mudanças climáticas.

VIRGÍLIO VIANA

- Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade de São Paulo (USP), com PhD em Biologia da Evolução pela Universidade de Harvard e pós-doutorado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade da Flórida. Coordenou o processo brasileiro que deu origem ao FSC, foi fundador e presidente do IMAFLORA e o primeiro Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, além de ter coordenado o Programa Zona Franca Verde. Atualmente é Superintendente Geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que visa promover o bem-estar local e o envolvimento sustentável dos habitantes da floresta amazônica no Estado do Amazonas.

II FÓRUM BRASILEIRO DE

FILANTROPOS & INVESTIDORES SOCIAIS

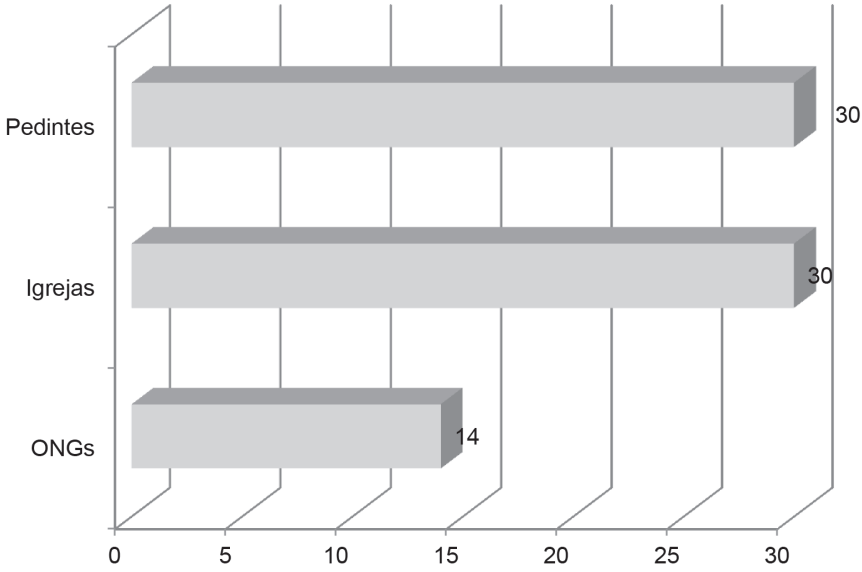
SÃO PAULO 2013

PESQUISA:

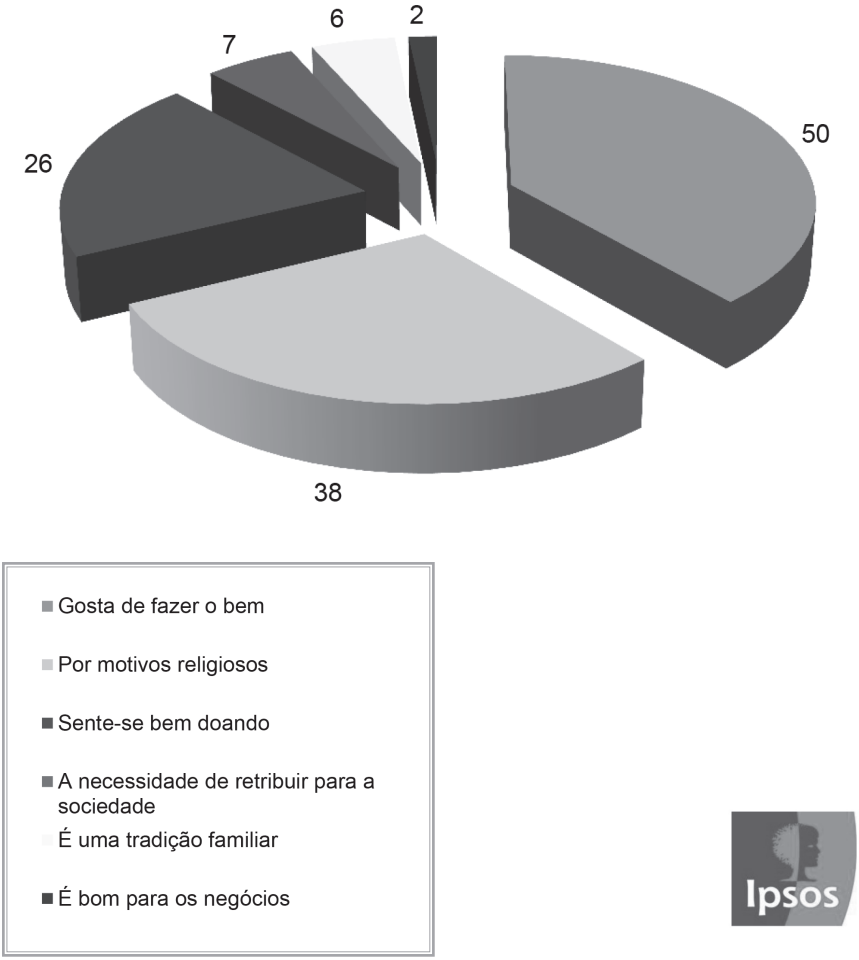
RETRATO DA DOAÇÃO NO BRASIL

A pesquisa Retrato da Doação no Brasil foi realizada pelo IDIS em parceria com a IPSOS Public Affairs, em três rodadas em 2013, a partir de entrevistas quantitativas com mil pessoas em cada rodada. A margem de erro da pesquisa é de 3 pontos percentuais, com coeficiente de confiança de 95 porcento.

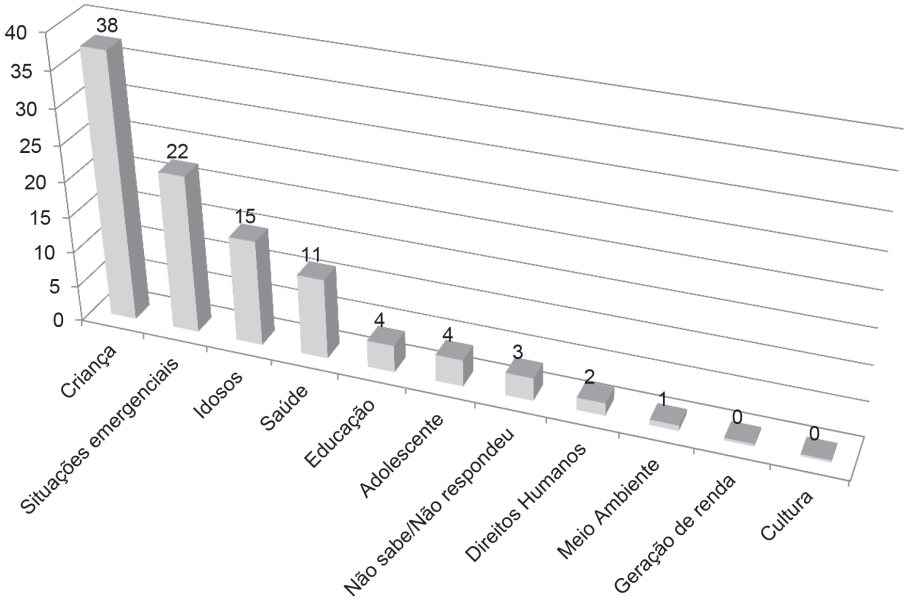
■ Você fez alguma doação nos últimos doze meses, para pedintes, igrejas ou para organizações não governamentais?



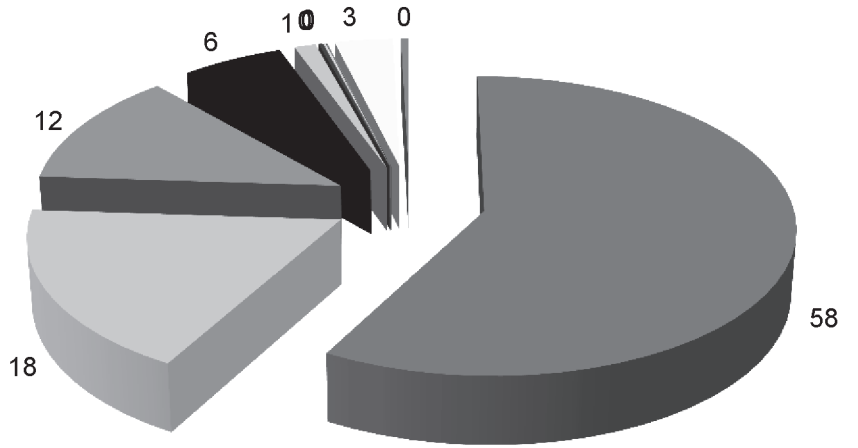
O que levou você a doar dinheiro nos últimos 12 meses?



■ Causas que mais sensibilizam para fazer doação em dinheiro.

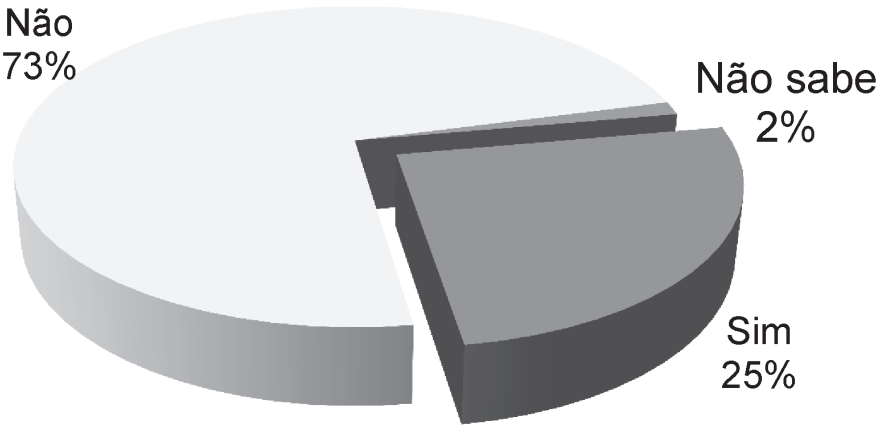


Qual o principal motivo por você não ter doado dinheiro nos últimos 12 meses?



- Não tem dinheiro
- Ninguém solicitou a doação
- Não confia nas organizações
- É responsabilidade do governo resolver problemas sociais
- Prefere realizar trabalho voluntário
- Não faz doações
- Prefere dar para conhecidos que realmente precisam
- Entrega presentes no orfanato
- Não sabe

- No seu círculo de convivência (família, comunidade, escola, trabalho) você se sente estimulado a fazer doações ou voluntariado?



Banco de imagens

PARCERIA INSTITUCIONAL
APOIO FINANCEIRO
CAF Charities Aid Foundation
Rockefeller Foundation
PARCERIAS
BID
FUNDAÇÃO
Telefônica
vivo
Fundação Telefônica
IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
Global Philanthropy Forum
II FÓRUM BRASILEIRO DE FILANTROPOS E INVESTIDORES SOCIAIS
SÃO PAULO 2015

CAF
Rockefeller Foundation
vivo

II FÓRUM BRASILEIRO DE
FILANTROPOS
&
INVESTIDORES
SOCIAIS
SÃO PAULO 2013
iDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
Global Philanthropy Forum
CAF
BID
FUNDAGRAL

FILANTROPOS
&
INVESTIDORES
SOCIAIS
O Papel Transformador do Investimento Social Privado
Antonio Moraes Neto
Betty Teffer
Cecie Kache Ferreira
(M) Sérgio Mindlin

II FÓRUM BRASILEIRO DE
FILANTROPOS
&
INVESTIDORES
SOCIAIS
SÃO PAULO 2013

FILANTROPOS
&
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
Global Philanthropy Forum

II FÓRUM BRASILEIRO DE
FILANTROPOS
&
INVESTIDORES
SOCIAIS
SÃO PAULO 2013
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
Global Philanthropy Forum

INVESTIDORES
SOCIAIS
Almoço Temático

Viviane Sanna
Presidente do
Instituto Ayrton Senna

IDIS
Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

II FÓRUM BRASILEIRO DE
FILANTROPOS
&
INVESTIDORES
SOCIAIS
SÃO PAULO 2013
ORGANIZAÇÃO
IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
Global Philanthropy Forum
PARCERIA INSTITUCIONAL
CAF Charities Aid Foundation
APOIO FINANCEIRO
Rockefeller Foundation
PARCERIAS
BID
FUNDAÇÃO
Telefônica
vivo
Fundação Telefônica

II FÓRUM BRASILEIRO DE
FILANTROPOS
&
INVESTIDORES
SOCIAIS
SÃO PAULO 2013
IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
Global Philanthropy Forum

II FÓRUM BRASILEIRO DE
FILANTROPOS
&
IDIS
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social